

crônos

ISSN 1982-5560

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

v. 18 n. 2
jul./dez. 2017

Dossiê
Diversidade de
saberes sobre a
América Latina II

ANOS
60
UFRN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

SUMÁRIO

v. 18, n. 2 (2017)

Dossiê Diversidade de Saberes sobre a América Latina II

Editorial

Boaventura de Sousa Santos (Univ. Coimbra)	
Itamar de Moraes Nobre (UFRN)	
Zéu Palmeira Sobrinho (UFRN)	
Vânia de Vasconcelos Gico (UFRN)	
Ana Carmem do Nascimento Silva (UFRN)	04-08

DOSSIÊ

Integrando el papel de la agencia en los estudios sobre género y gabinetes ministeriales	
Lúcia Martelotte	09-33
Genocídio na democracia brasileira	
Fernando Conceição	34-45
Economia solidária no Brasil: elementos de uma dialética e dialógica do fracasso – causas possíveis, correções necessárias, desafios inevitáveis	
Edson Marques Oliveira	46-71
A América começa nos Pirineus: as relações ibéricas na “raia” portuguesa e a fronteira da Europa com a América Latina	
José Luiz de Moura Filho	72-92
Reflexões sobre as legislações e práticas de proteção social no Brasil e em Portugal para o enfrentamento à violência contra meninas (crianças e adolescentes) de 2000 a 2015	
Nívia Valença Barros	
Rita de Cássia Santos Freitas	
Maria Izabel Valença Barros	93-104
Educação e emancipação: a perspectiva da Lei Federal 10.639/2003	
Benjamin Xavier de Paula	105-127

ARTIGOS ABERTOS

Sexualidade e parto: em busca do elo perdido

Lia Luz

128-140

A tradição do festival de Caretos de Salsas ou os relatos da mudança social

Savina Lafita

141-150

POIESIS

Humano cão que não chacoalha o rabo

Gustavo Castro

151-154

RESENHAS

A sociologia das ausências e das emergências em sala de aula

Ana Laudelina Ferreira Gomes

155-164

**Estado y parentesco como formas de articulación social en el antiguo egipto:
nuevas investigaciones histórico-antropológicas sobre dinámicas políticas,
económicas e ideológicas**

Horacio Miguel Hernan Zapata

165-169

EXPEDIENTE

Expediente

170-171

EDITORIAL

O dossiê *Diversidade de Saberes na América Latina*, Parte II, configura mais um número da *Cronos – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS-UFRN)*, que em 2017, foi dividido em dois números, sob a mesma temática, para implementar a nova política de publicação dos Dossiês, qual seja, um número menor de artigos temáticos para ensejar maior divulgação de Artigos Abertos. Além do mais, não poderíamos desperdiçar a rica experiência dos artigos que são o fruto de preciosas discussões, advindas do Seminário II do mesmo título que aconteceu em Coimbra entre os dias 4 e 5 de maio de 2015. Podemos afirmar ainda que se trata aqui de uma autêntica integração dos saberes, conforme apregoa a transdisciplinaridade, pois o evento reuniu docentes e discentes de vários países, em especial da América Latina.

Ambos, Dossiê e Seminário, são resultantes das políticas de internacionalização da educação superior no contexto social abordado e vivenciada por professores/ pesquisadores/ discentes do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e das instituições estrangeiras envolvidas. Nesse contexto, as instituições de pesquisa e ensino dispõem-se a desenvolver atividades acadêmicas conjuntas a serem viabilizadas pela cooperação internacional, no âmbito da pós-graduação, a partir de convênio. No caso específico brasileiro o convênio foi estabelecido entre o **PPGCS** e o **Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra**, assinado inicialmente em 2006,

com a presença do Professor Boaventura de Sousa Santos em visita a instituição em Natal-RN e renovado em 2011, por tempo indeterminado, tendo em vista o grau de confiabilidade que o intercâmbio internacional alcançou, a partir das suas ações conjuntas no campo de publicações científicas, seminários e participação em eventos, tanto com a presença de professores pesquisadores portugueses em Natal, Rio Grande do Norte-Brasil, como de professores pesquisadores brasileiros em Coimbra, Portugal, considerando:

- A importância da colaboração científica internacional e do intercâmbio de professores, investigadores e alunos de pós-graduação;
- As afinidades entre as áreas temáticas de pesquisa e de ensino das instituições envolvidas;
- Os contatos e visitas recíprocas já desenvolvidas com vista à cooperação;
- O entendimento existente para que tais iniciativas se prolonguem e ampliem, por meio de diferentes modalidades de cooperação.

Tanto o CES, como a UFRN declararam ser conveniente estreitar as relações entre si, celebrando o convênio de cooperação, que em linhas gerais “destina-se a promover o intercâmbio e a realizar atividades conjuntas” (projeto do convênio), tendo como guias as:

- Visitas de investigadores/as e docentes, de curta ou longa duração, com a finalidade de compartilharem experiências, desenvolverem projetos de investigação, proferirem palestras e seminários, e realizarem outras atividades científicas de interesse conjunto;
- Intercâmbio de doutorandos/as e investigadores/as juniores, por períodos a determinar segundo os objetivos em vista, incluindo-se estágios de curta duração e *doutorados-sanduiche*;
- Desenvolvimento de projetos de pesquisa, de caráter empírico ou de natureza teórico-conceitual e de projetos de extensão;
- Promoção de eventos científicos, como colóquios e seminários internacionais;
- Realização de publicações conjuntas, compreendendo principalmente a preparação e edição de livros, volumes temáticos de revistas e anais de eventos;
- Difusão mútua das atividades promovidas em cada instituição, como publicações e eventos, entre outras.

Desse modo, a publicação do Dossiê em tela, cumpre sua função de publicação, intercâmbio e troca de saberes entre as instituições envolvidas, alargando seu leque a um possível intercâmbio entre as demais instituições, além do que ora já se efetiva, a publicação dos artigos na Cronos.

Assim sendo, Lucia Martelotte, em seu artigo intitulado *“Integrando el papel de la agencia en los estudios sobre género y gabinetes”*, aponta que nas últimas décadas os esforços para investigar o papel das mulheres no Poder Executivo

se multiplicaram. A pesquisadora mostra que pouco se sabe sobre a capacidade da agência das mulheres que efetivamente conseguiram superar obstáculos e obter acesso a posições ministeriais.

Por sua vez, *Fernando Conceição*, destaca que um dos fenômenos mais preocupantes da atualidade da democracia no Brasil, e que pode ser estendido aos países da América Latina e do Caribe, é o alto índice de assassinatos, abalando a vida dos cidadãos em função da criminalidade. Esses se sentem desprotegidos pelo Estado que se autodenomina democrático de Direito. O autor assinala que a população que mais morre são os pobres, negros (ou pardos) e prostitutas, motivo pelo qual não são motivos de indignação no Brasil.

O trabalho realizado por *Edson Marques Oliveira*, *Economia solidária no Brasil: elementos de uma dialética e dialógica do fracasso – causas possíveis, correções necessárias, desafios inevitáveis* é um estudo de caso sobre economia solidária entre Brasil e Portugal, tendo como ponto de partida uma experiência prática de incubação de tecnologias sociais e empreendimentos, na Uniãoeste, Paraná (Brasil) e a Universidade de Coimbra (Portugal). O autor identifica princípio e conceito da dialética e da dialógica ao estudar as causas do fracasso em sua aplicação, e considera esse momento como oportunidade de aprendizagem e não de derrota.

A discussão proposta por *José Luiz de Moura Filho* aborda o arranjo institucional denominado Euroregião Galiza/Norte de Portugal, para contribuir no processo de integração em curso na América do Sul – MERCOSUL – tomando por parâmetro a atual organização política, econômica e socio-espacial de aglomerados transfronteiriços como Chuí/Chuy, na fronteira do Brasil com o Uruguai.

As autoras *Nívia Valença Barros, Rita de Cássia Santos Freitas e Maria Izabel Valença Barros*, refletem sobre as práticas de proteção social e a legislação brasileira e portuguesa, no que tange ao enfrentamento à violência contra meninas (crianças e adolescentes), nos primeiros anos do século XXI (2000 – 2015). As pesquisadoras destacam o caráter sexista e excludente, ainda presentes, no Brasil nos anos de 1990, e em Portugal, pós 25 de abril de 1974.

Por sua vez, *Benjamin Xavier de Paula*, aborda a implementação da Lei Federal 10.639 de 09 de janeiro de 2003, bem como, seu arcabouço jurídico normativo, o Parecer CNE/CP nº 3/2004 e a Resolução CNE/CP nº 1/2004 seus significados e intenções, numa perspectiva teórico-metodológica que busca articular uma educação antirracista com os pressupostos éticos e estéticos de uma educação para a emancipação social.

Dando efetividade a religação arte/ciência; texto/imagem, contamos com a magnífica colaboração de *Mário Vitória* ilustrador do dossiê "Sociedade, Direitos e Justiça Cognitiva" e agora do dossiê "Diversidade de Saberes na América Latina"; a parte I já foi devidamente credenciada e agora vamos descrever as imagens que compõem a capa e as folhas de guarda da Revista Cronos (UFRN)-Parte II – v. 18, n. 2, ago./dez., 2017.

Magnanim@s (acrílico sobre tela, 113x149cm, 2015) é a imagem de capa deste número. Com esta representação imagética tenta-se contemplar as temáticas que versam acerca de gênero, infância, mulheres, meninas, violência, solidariedade, democracia, África e fronteiras. O número deste volume possui forte teor de *ecologia do reconhecimento*. Esta confronta a lógica da classificação social,

“lógica que a desqualificação incide prioritariamente sobre os agentes” (SANTOS, 2002, p. 18). Sentimos em “Magnanim@s” a desconstrução das diferenças bem como das hierarquias. A obra imagética contextualiza o cruzar fronteiras em um sentido humanitário, e a própria nomenclatura com a utilização do “arrôba” (@); é o reconhecimento das diferentes identidades contemporâneas do século XXI, das quais os textos deste número tratam.

Porqueza (acrílico sobre tela, 80x120cm, 2006), abre os artigos deste Dossiê. Nesta imagem, o artista Mário Vitória combina personagens de sua própria autoria com as do fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado. “Porqueza” faz menção à série “Outras Américas”, produzida por Salgado com o tema da América Latina. Identifica-se ao centro também uma alusão à fotografia “Mãe Migrante” de Dorothea Lange. E ao lado direito podemos imaginar que a senhora idosa pode vir a ser a representação de Madre Teresa de Calcutá (1910-1997), religiosa que dedicou grande parte de sua vida aos pobres. E é muito provável que a injustiça esteja personificada nos homens porcos engravatados que riem da desventura alheia. Imaginamos que esta arte de Mário Vitória represente de forma contundente a América Latina, as diversidades e as fronteiras discutidas neste dossiê.

Com *Ferramentas mistagógicas* (acrílico e tinta da china sobre tela, 50x50cm, 2017) inauguram-se os artigos da seção Artigos Abertos. Esta imagem estabelece articulação com a tônica de transformação, tanto no que diz respeito ao ser social consigo próprio, quanto em comunidade, em âmbito coletivo no qual a natureza, o ser humano, e o espaço físico se inter-relacionam numa dinâmica ao novo. Além do mistério já apresentado

pelo título da obra do artista lusitano, estão expressos nesta imagem diálogos patentes entre corpo e mente. O movimento não-linear proposto pelas expressões das personagens sugere que outros caminhos são possíveis a partir da harmonia da existência humana com a existência de outros seres. Há lugares onde um novo mundo está a ser construído, com mais esperança, diálogo e menos medo.

Para as seções complementares o *Estudo para todas as guerras* (acrílico sobre tela, 200X300cm, 2012) é uma bela proposta de enlace entre a diversidade e a união entre os distintos movimentos de lutas. Esta arte trata de uma representação da maioria insurgente que se rebela contra os opressores. Enfatiza o rinoceronte, pois este, igualmente ao povo, é forte e valioso, porém suas vidas são suprimidas. Este é um animal que há tempos vem sofrendo extinção e sendo severamente caçado. Sobre as costas do casal rinoceronte estão os seres humanos enquanto simbolização de nações que cruzam suas fronteiras por ideais semelhantes.

Parabéns a todos os autores constantes neste número da Cronos, e o convite para que sejam multiplicadores dessa ideia de produção científica conjunta, inclusive no âmbito internacional, pois muitas são as oportunidades de refletir e expressar o pensamento, em diversificados tipos de produção cultural ou científica.

Os Organizadores do Dossiê

Boaventura de Sousa Santos (Univ. Coimbra);

Itamar de Moraes Nobre (UFRN);

Zéu Palmeira Sobrinho (UFRN);

Vânia de Vasconcelos Gico (UFRN);

Ana Carmem do Nascimento Silva (UFRN).

REFERÊNCIA

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. **Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf. Acesso em: 21 dez. 2017.



FIGURA 2 – PORQUEZA (acrílico sobre tela, 80x120cm, 2006).

DOSSIÊ

Cronos: Revista da Pós-Grad. em Ciências Sociais, UFRN, Natal
v. 18, n. 2, jul./dez. 2017, ISSN 1982-5560

INTEGRANDO EL PAPEL DE LA AGENCIA EN LOS ESTUDIOS SOBRE GÉNERO Y GABINETES MINISTERIALES

INTEGRATING THE ROLE OF AGENCY IN THE STUDIES ON GENDER AND
MINISTERIAL CABINETS

INTEGRANDO O PAPEL DA AGÊNCIA NOS ESTUDOS SOBRE O GÊNERO E
GABINETES MINISTERIAIS

Lúcia Martelotte¹

RESUMEN

Aunque con un grado de desarrollo inferior al alcanzado por los análisis sobre género y Poder Legislativo, en las últimas décadas se han multiplicado los esfuerzos por indagar en el papel de las mujeres en el Poder Ejecutivo. Las investigaciones centradas en las mujeres en los gabinetes responden generalmente a diseños cuantitativos, en los que el énfasis está puesto en identificar el tipo de factores que obstaculizan la llegada de las mujeres a las posiciones ministeriales, así como el peso relativo de cada uno de estos factores. Sin embargo, pasados casi veinte años desde que comenzaron a explorarse estos fenómenos, poco se sabe aún acerca de la capacidad de agencia de las mujeres que efectivamente lograron sortear dichos obstáculos y acceder a posiciones ministeriales. En la primera parte del trabajo se ofrece una sistematización

de la literatura sobre género y poder ejecutivo en general y sobre mujeres en los gabinetes en particular. En la segunda parte se presentan argumentos que ponen de manifiesto la necesidad de incorporar la capacidad de agencia de las mujeres, junto con propuestas acerca de cómo definir e introducir este concepto y sus consecuencias en los análisis sobre género y gabinetes.

Palabras-clave: Poder Ejecutivo; Gabinetes; Mujeres; Agencia.

ABSTRACT

Although with a lower degree than the one achieved by the analysis on gender and the Legislative branch, in recent decades the efforts to examine the role of women in the Executive branch have

¹ Universidad Nacional de General San Martín. Responsable del Área de Políticas de ELA- Equipo Latinoamericano de Justicia y Género. CEPAL/ECLAC.

increased. The research on women in cabinets usually adopts a quantitative approach, that seeks to identify the type of factors that hinder women's access to cabinet positions, as well as to establish the relative weight of each of these factors. However, almost twenty years have passed since these phenomena were first studied and we still know little about the capacity of agency of those women who effectively overcome the obstacles and gain access to ministerial positions. The first part of the paper presents a systematization of the literature on gender and the Executive branch in general, and on women and cabinets in particular. The second part offers arguments that show the necessity to incorporate women's agency, along with some suggestions about how to define and introduce the concept of agency, as well as its consequence in the analysis on gender and cabinets.

Keywords: Executive Branch; Cabinets. Women; Agency.

RESUMO

Embora com um grau de desenvolvimento inferior daquele alcançado pelas análises sobre gênero e Poder Legislativo, nas últimas décadas os esforços por pesquisar o papel das mulheres no Poder Executivo têm se multiplicado. As pesquisas centradas nas mulheres nos gabinetes respondem geralmente a modelos quantitativos, nos quais o ênfase está na identificação do tipo de fatores que dificultam a chegada das mulheres às posições ministeriais, assim como o peso

relativo de cada um destes fatores. No entanto, quase vinte anos depois de que esses fenômenos começaram a ter sido explorados, pouco se sabe ainda sobre a capacidade de agência das mulheres que efetivamente lograram superar os obstáculos e ter acesso a posições ministeriais. Na primeira parte do trabalho se oferece uma sistematização da literatura sobre gênero e poder executivo em geral, e sobre mulheres e gabinetes em particular. Na segunda parte se apresentam argumentos que evidenciam a necessidade de incorporar a capacidade de agência das mulheres, juntamente com propostas sobre como definir e introduzir este conceito, e suas consequências sobre os estudos de gênero e gabinetes ministeriais.

Palavras-chave: Poder Executivo; Gabinetes; Mulheres; Agência.

INTRODUCCIÓN

El Poder Ejecutivo desempeña un rol fundamental en el funcionamiento de los sistemas políticos. Se trata de un ámbito crucial de toma de decisiones, pero también de ejecución de políticas públicas y de manejo de recursos. Si a ello se añade el peso creciente que ha ido ganando a lo largo del tiempo, es posible comprender por qué el Poder Ejecutivo constituye uno de los objetos de estudio centrales en la Ciencia Política (AMORIM NETO, 2006; ELGIE, 2011; BONVECCHI Y SCARTASCINI, 2011).

Sin embargo, en lo que respecta a los análisis feministas, la preocupación por la

representación de las mujeres en el Poder Ejecutivo es relativamente reciente, ya que hasta mediados de la década del 90 la mayoría de los estudios estaban enfocados en el Poder Legislativo. El surgimiento de los estudios sobre mujeres y Poder Ejecutivo puede explicarse por la confluencia de diferentes factores. En primer lugar, estas investigaciones intentaron comprender los cambios que se estaban produciendo en las estructuras políticas, ya que su emergencia coincidió con una mayor presencia de las mujeres en estos ámbitos de toma de decisión (ANNESLEY; CLAIRE et al, 2014). También contribuyeron razones de orden normativo, que apelaban a la importancia de estudiar la representación de las mujeres en estos ámbitos apoyándose en argumentos de justicia y equidad, y señalando el costo para los sistemas democráticos de excluir a la mitad de los ciudadanos de los más altos niveles de la formulación e implementación de políticas. Por último, encontramos motivos teóricos, asociados con la identificación de áreas de vacancia, ya que hasta ese momento eran prácticamente inexistentes los estudios que exploraran la presencia de las mujeres en el Poder Ejecutivo, especialmente en países presidencialistas.

En la primera parte del artículo se presenta un análisis y sistematización de la literatura sobre mujeres en el Poder Ejecutivo en general, y sobre mujeres en gabinetes en particular, haciendo hincapié en sus fortalezas y debilidades. En la segunda parte se ofrecen argumentos acerca de la necesidad de incorporar el concepto de agencia, junto con propuestas de cómo integrarlo en los estudios sobre mujeres y gabinetes. También se analizan

los cambios que implicaría su introducción en términos de preguntas de investigación, dimensiones de análisis, metodología, y marco conceptual; así como las posibles líneas de investigación que abriría en los estudios sobre mujeres y gabinetes.

UN BREVE RECORRIDO POR LOS ESTUDIOS SOBRE MUJERES Y PODER EJECUTIVO

En el desarrollo de los estudios sobre mujeres y Poder Ejecutivo pueden distinguirse dos grandes líneas de investigación, con evoluciones muy diferentes. Por un lado aquellos análisis centrados en mujeres ocupando cargos presidenciales o de primeras ministras (GENOVESE, 1993; GENOVESE Y STECKENRIDER, 2013; OPFELL 1993; LISWOOD, 1995; KING 2002; WATSON, JENCIK Y SELZER, 2005; CLEMENS, 2006; JALALZAI 2004, 2008, 2010, 2011; JALALZAI Y KROOK 2010; DAVIDSON SCHMICH 2011) y por otro, los estudios sobre mujeres en gabinetes (SIAROFF 2000; ESCOBAR, LEMMON Y TAYLOR; ROBINSON 2005; 2009; 2010; 2011; 2013; BORRELLI 2010; KROOK Y O'BRIEN 2012; TREMBLAY 2012; TREMBLAY Y STOCKEMER 2013; REYES HOUSEHOLDER 2013, CLAVERIA 2014; JACOB, SCHERPEREEL Y ADAMS, 2014; SCHERPEREEL, JACOB Y ADAMS, 2014).

A su vez, estos grandes grupos no son homogéneos, sino que en su interior coexisten investigaciones de diferentes tipos. En lo que se refiere a mujeres en cargos de máximo liderazgo, la mayor

parte del acervo corresponde a estudios de caso (KING 2002; CLEMENS, 2006; DAVIDSON, SCHMICH, 2011; JALALZAI, 2011), recopilaciones de estudios de caso (GENOVESE 1993; GENOVESE Y STECKENRIDER, 2013) o biografías de presidentas o primeras ministras (OPFELL 1993; LISWOOD, 1995). Todos ellos comparten un diseño de investigación cualitativo, y el objetivo de indagar en las biografías, las características personales y el contexto de aquellas mujeres que llegaron a ocupar posiciones tradicionalmente masculinas.

Dentro de estos análisis destaca un trabajo coordinado por Michael Genovese (1993), no sólo por su carácter pionero en la incorporación de la perspectiva de género en los estudios sobre liderazgo, sino porque ofrece un análisis en profundidad de los contextos históricos y culturales en los que aparecen estos liderazgos. En esta obra colectiva sobre mujeres líderes a nivel nacional se incorporan y analizan casos tan diversos como los de Golda Meir (Israel); Indira Gandhi (India); Margaret Thatcher (Reino Unido); Isabel Perón (Argentina), Corazón Aquino (Filipinas), Benazir Bhutto (Pakistán) y Violeta Chamorro (Nicaragua), “con el objetivo de conseguir que estos estudios casuísticos se conviertan en un primer paso hacia la construcción de una teoría sobre las cuestiones de género y liderazgo” (GENOVESE, 1997, p.16). Dos de las conclusiones más recurrentes de este tipo de estudios son la inexistencia de un vínculo sólido entre nivel de desarrollo y grado de igualdad de un país, y la emergencia de líderes mujeres; y la importancia que desempeñan los vínculos

familiares. Sin embargo, esta segunda afirmación está siendo relativizada con la llegada al poder de líderes sin vínculos familiares, como por ejemplo Margaret Thatcher o Angela Merkel.

Decaráctermásreciente–coincidiendo con el aumento del número de mujeres en cargos de máxima decisión - y con un grado de desarrollo considerablemente inferior, encontramos otro conjunto de trabajos con una perspectiva comparativa, que intentan determinar tanto las características compartidas por las líderes (en términos de formación, edad, experiencia previa, etc.), como las condiciones que posibilitan el acceso hacia esas posiciones de liderazgo (WATSON, JENCIK Y SELZER, 2005; JALALZAI 2008; JALALZAI 2010; JALALZAI Y KROOK 2010), enfatizando el rol de los procesos y las instituciones políticas. De particular importancia resultan los trabajos de Farida Jalalzai, ya que además de constituir una innovación metodológica a partir de la incorporación de herramientas cuantitativas, suponen aportes conceptuales, que permiten evaluar y comprar el desempeño e impacto de mujeres en estas posiciones. Un claro ejemplo es la tipología que elabora sobre posiciones presidenciales, en la que basándose en una serie de poderes y atribuciones presidenciales distingue entre presidencias dominantes, presidencias poderosas pero no dominantes; y presidencias con poderes mínimos (JALALZAI, 2010).

A modo de síntesis, es posible afirmar que respecto a los liderazgos femeninos a nivel nacional se posee un amplio conocimiento acerca de los casos concretos, así como de los perfiles, las trayectorias y los contextos en los que surgieron estos

liderazgos, pero que aún se encuentra en desarrollo un conocimiento de carácter sistemático, que permita integrar estos hallazgos en una teoría generalizable.

El segundo gran grupo de trabajos, sobre el cual nos detendremos en mayor profundidad, se centra en la representación de las mujeres en los gabinetes. La tendencia es opuesta a la que predomina en los estudios sobre presidentas y primeras ministras. Es decir, que se ha desarrollado un importante *corpus* de carácter comparativo con un diseño de investigación cuantitativo, mientras que los estudios de caso, indagando en las biografías y trayectorias particulares de las ministras constituyen un área de trabajo de carácter incipiente. En la siguiente sección se presenta una sistematización de la literatura existente, evaluando sus principales hallazgos, fortalezas y debilidades.

LOS ESTUDIOS SOBRE MUJERES Y GABINETES

Hasta la década de 1990, la mayor parte de los trabajos sobre representación de las mujeres se concentraba en el Poder Legislativo (especialmente en los Congresos Nacionales) siendo uno de sus principales objetivos determinar qué tipo de factores² – y con qué grado de intensidad – incidían

en el acceso de las mujeres a estos puestos de poder. Es por esta razón que muchos de estos estudios adoptan una perspectiva cuantitativa, que mediante la aplicación de diferentes técnicas de análisis de dato se valúan la importancia relativa de los diferentes factores. Mientras que algunos estudios ponen el énfasis en los factores sociodemográficos, como pueden ser el PIB de un país, el grado de desigualdad, el nivel de educación obtenido por las mujeres o su tasa de actividad (HARUN et al 2011), otros consideran que lo crucial es atender a los factores político-institucionales, como pueden ser la introducción de leyes de cuotas, la normativa sobre derechos de las mujeres o el tipo de sistema electoral (HTUN Y PISCOPO, 2010). Por otro lado, hay investigaciones que sostienen que lo importante es una combinación de dos tipos de factores, como pueden ser los políticos y culturales (PAXTON, 1997) o los culturales y sociodemográficos (OAKES Y ALMQUIST, 1993, MOORE Y SHACKMAN, 1996, MATLAND, 1993). Por último, encontramos la posición que afirma que los tres tipos de factores (sociodemográficos, políticos-institucionales y culturales) son igualmente importantes en la determinación de la representación de las mujeres (KENWORTHY Y MALAMI 1999; IPU, 2011; PACHÓN, PEÑAYWILLIS, 2012).

La referencia a estos estudios resulta fundamental, ya que esta variedad de explicaciones construida para dar cuenta

² Las denominaciones recibidas por los diferentes factores varían según el estudio. Con el objetivo de facilitar la exposición, aquí hemos optado por una clasificación recurrente (Reynolds 1999; Tremblay 2012), que es la de factores sociodemográficos, político-institucionales y culturales.

de la representación política de las mujeres en el ámbito legislativo fue trasladada para dar cuenta de la presencia de mujeres en los gabinetes. Así, es posible encontrar algunas investigaciones que señalan que la fuerza de la explicación del escaso número de mujeres en los gabinetes radica en cuestiones sociales y socio-demográficas como la edad, el nivel educativo, el número y la densidad de las redes (ESCOBAR-LEMMON Y TAYLOR-ROBINSON, 2009, 2010, 2011) o el género de quien ejerce la presidencia (REYES-HOUSEHOLDER, 2013).

Algunos análisis destacan el papel que desempeñan los factores culturales, entre los que se encuentra la religión, la ratificación (o no) de convenios internacionales sobre derechos de las mujeres, o el efecto que puede tener el aumento de la representación política de las mujeres en otros países (ya sean países vecinos o referentes culturales), o en otras instituciones, conocido como “efecto difusión” o “efecto contagio” (ESCOBAR-LEMMON Y TAYLOR-ROBINSON, 2005; TREMBLAY 2012).

En su estudio sobre representación femenina en legislaturas y gabinetes, Andrew Reynolds observa una importante variación en el porcentaje de ministras por región, atribuyéndola principalmente a factores socio-culturales, entre los que destaca la religión. Sostiene que “las sociedades que son o bien dominantes (más del 70 por ciento) o mayoritariamente (siendo el grupo numérico más amplio) cristianas tienen en promedio el mayor número de mujeres en el gabinete” (REYNOLDS, 1999, p. 561). Yaña de que uno de los resultados más sorprendentes es que dentro de las religiones cristianas, la católica resulta más favorable a la presencia de mujeres en lugares de poder

que la protestante, marcando una tendencia opuesta a la de estudios previos.

Una de las principales conclusiones es que “para entender la presencia de mujeres en la vida política es necesario atender a la familiaridad de una nación con mujeres en posiciones de poder y con la aceptación socio-política-cultural de las mujeres como líderes, gobernantes y administradoras nacionales” (REYNOLDS, 1999, p. 572).

En 2005 María Escobar Lemmon y Michelle Taylor Robinson realizaron el primer estudio comparativo longitudinal sobre los factores que influyen la representación de las mujeres en América Latina. Una de las conclusiones es que además de los factores políticos:

[...] en América Latina las mujeres parecen haber incrementado rápidamente sus miembros y el prestigio de sus puestos ejecutivos a través de un impulso regional para empoderar a las mujeres (un efecto de difusión) en lugar de esperar por el lento proceso requerido por los factores estructurales o el cambio en las actitudes de la sociedad hacia las mujeres en el gobierno” (ESCOBAR-LEMMON Y TAYLOR ROBINSON, 2005, p. 841)

Por su parte, en su estudio sobre la representación femenina en los gabinetes canadienses de 1984 a 2007, Manon Tremblay encuentra evidencia de un efecto contagio entre instituciones:

Por lo tanto, si la adopción y aplicación de una cuota de género por un país ayuda a difundir esta medida a los países vecinos, se puede sugerir que cuando las mujeres están presentes en las legislaturas en un número que ya no puede ser ignorado, esto

puede tener un efecto de contagio en su nombramiento en los gabinetes (TREMBLAY, 2012 p. 167).

Otros estudios hacen hincapié en las variables político-institucionales, como la relación entre mujeres legisladoras y ministras, el tipo de sistema electoral, el tamaño del gabinete, o la ideología del partido o partidos de gobierno. Alan Siaroff (2000) analiza la representación de mujeres en los parlamentos y gabinetes de 28 democracias industriales, concluyendo que “los factores políticos, y especialmente los asociados a la cultura política, – como contar de modo temprano con derechos políticos para las mujeres, y valores y tradiciones de izquierda – son los más importantes” (SIAROFF, 2000, p. 209).

Otro ejemplo es el trabajo de Andrew Whitford, Vicky Wilkins y Mercedes Ball (2007) en el que intentaban determinar qué factores explican la presencia de mujeres en posiciones ministeriales y sub-ministeriales en 72 países. El principal hallazgo fue que a diferencia de lo que sucede en las burocracias subministeriales, en las que los factores sociodemográficos son los más importantes, para el caso de los gabinetes los factores más relevantes son los políticos:

las mujeres son más propensas a servir en puestos en el gabinete donde hay una mayor proporción de mujeres en la legislatura, por lo tanto, un aumento de la oferta de mujeres disponibles

para pasar a puestos en el gabinete, pero sólo en el caso de los sistemas parlamentarios [...] encontramos una mayor proporción de mujeres en líneas ministeriales bajo sistemas proporcionales de lista abierta que en sistemas proporcionales de lista cerrada o en sistemas semiproportionales (WHITFORD, WILKINS Y BALL, 2007, p. 574)

Mona Lena Krook y Diana O'Brien (2012) llegan a conclusiones similares. Analizaron el proceso de nombramiento de mujeres en posiciones ministeriales en todo el mundo a partir de la generación de una herramienta denominada *Gender Power Score*, que contempla no sólo el porcentaje de mujeres en los gabinetes, sino también si se trata de ministerios tradicionalmente femeninos, masculinos o neutros; y si son posiciones de alto, medio o bajo prestigio³. Emplearon tres hipótesis, una sobre la estructura de las instituciones políticas, otra sobre indicadores sociales de equidad de género, y la tercera sobre el reclutamiento de las mujeres en política (o hipótesis sobre las élites). Según su análisis casi el 80% de los casos pueden ser explicados por la primera y la tercera hipótesis, lo que da cuenta de la importancia de los factores políticos. Pero van más allá, al sostener que:

Entre estas variables políticas, sin embargo, las medidas de la condición de las mujeres entre las élites políticas fueron capaces de dar cuenta de las variaciones de países hasta casi

³ Para la elaboración del índice, las autoras se apoyan en estudios previos, como el de Escobar Lemmon y Taylor Robinson (2005) en donde se afirma que la presencia de las mujeres en los gabinetes no debe ser medida exclusivamente en términos numéricos, y en el que ofrecen diferentes clasificaciones de los ministerios, atendiendo a criterios como el tipo de asuntos sobre los que trabajan o su prestigio.

tres veces mayor que el diseño de las instituciones políticas... Lo que más importa, en otras palabras, es la condición de la mujer entre las élites políticas, y no factores institucionales o sobre su estado más amplio en la sociedad en su conjunto (KROOK Y O'BRIEN, 2012 P. 850-851).

Para las autoras este es uno de los resultados más sorprendentes, ya que implica variables que pueden ser alteradas por estrategias políticas concretas – como las cuotas de género –, a diferencia de lo que sucede con las instituciones políticas, el estatus de la mujer en la sociedad o las actitudes hacia la igualdad de género, cuya modificación resulta más lenta y compleja. Otro dato a destacar es que las autoras reconocen que algunos casos no encajan con ninguna de las hipótesis propuestas, por lo cual consideran positivo seguir desarrollando teoría, “para lo cual contribuiría la realización de estudios de esos casos concretos en profundidad” (KROOK Y O'BRIEN, 2012, p. 854).

En la misma línea encontramos a Silvia Claveria (2014). Tras analizar 23 democracias avanzadas concluye que los factores político-institucionales son determinantes para explicar la presencia de las mujeres en los gabinetes. Destaca el tipo de sistema de reclutamiento (si es generalista o especialista⁴), la ideología del gobierno (siendo los partidos de izquierda más proclives al nombramiento de mujeres),

y si el partido cuenta con sistema de cuotas. Y añade que “aunque es necesario un mayor refinamiento en aspectos metodológicos, las cuotas partidarias son incluso más importantes que otros factores políticos para aumentar las mujeres en los gabinetes, como la ideología partidaria” (CLAVERIA, 2014, p. 1172).

Un aspecto menos explorado, pero en el que se han producido recientemente algunos avances, es el papel de los factores internacionales, que en general no habían sido incorporados o habían sido introducidos bajo la categoría de factores culturales, sin reconocer su especificidad. Un estudio que revierte esta tendencia y pone de manifiesto la relevancia de estos factores es el de Surab Jacob, Scherpereel y Melisa Adams (2014), en el que muestran que a partir de la década del '90 los factores de carácter interno resultan insuficientes para entender el crecimiento de la representación femenina en los poderes ejecutivos de los países, resultando indispensable recurrir a las normas de difusión internacionales.

Llegado este punto es importante preguntarnos ¿Qué es lo que sabemos hasta el momento sobre mujeres en gabinetes ministeriales?, ¿qué interrogantes permanecen abiertos?; así como realizar un balance de las fortalezas y debilidades de los análisis sobre representación femenina en los gabinetes. Las principales conclusiones de los estudios sobre mujeres en gabinetes indican que no existe un

⁴ Los sistemas generalistas son aquellos en los que las posiciones ministeriales tienen que elegirse entre quienes forman parte de los parlamentos, mientras que los especialistas son los que admiten nombramientos externos, y en los que las personas cuentan con experiencia previa en el área. El debate acerca del tipo de sistemas de reclutamiento fue inicialmente tratado por Blondel y Müller-Rommel (1988) y posteriormente retomada desde una perspectiva de género por Davis (1997) y Escobar Lemmon y Taylor-Robinson (2005), entre otras.

consenso acerca de la importancia de los factores socioeconómicos, ya que en algunas ocasiones resultan significativos y en otras no. Según Escobar Lemmon y Taylor Robinson (2005) el porcentaje de mujeres en la fuerza de trabajo o el grado de educación de las mujeres no es importante, mientras que para Krook y O' Brien el porcentaje de mujeres en el mercado laboral sí tiene efecto (2012). Algo similar sucede con el grado de desarrollo de un país, ya que mientras que para Krook y O'Brien (2012) sí es significativo, para Reyes Householder (2013) no tiene efecto sobre la representación femenina en los gabinetes.

Los elementos culturales son importantes para entender el aumento del número de mujeres en los gabinetes, aunque el peso asignado a esta variable difiere según los estudios: mientras que para Escobar Lemmon y Taylor Robinson (2005) es uno de los factores más importantes para entender la representación de las mujeres en los gabinetes en América Latina, para Tremblay (2012) tiene un efecto similar al de otro tipo de factores.

Las cuestiones político-institucionales han demostrado ser significativas (SIAROFF 2000; WHITFORD, WILKINS Y BALL, 2007; KROOK Y O'BRIEN 2012; CLAVERIA 2014). En general los estudios coinciden en que mientras más a la izquierda se encuentre el partido de gobierno, existan normativas de cuotas de género y más mujeres haya en los parlamentos, mayores serán las posibilidades de las mujeres de acceder a puestos ministeriales. Una de las limitaciones de estos estudios es que debido a su propia naturaleza cuantitativa (basada en la formalización y la medición de dimensiones observables) encuentran

dificultades para incorporar los aspectos informales de las instituciones, perdiendo de este modo la posibilidad de explorar lo que Louise Chappell y Georgina Waylen denominan la “vida oculta de las instituciones” (2013), y con ella una cantidad de información valiosa para explicar las inequidades de género en los gabinetes.

Otro de los déficits de los estudios sobre mujeres en los ejecutivos son que generalmente han adoptado la mayor parte de las explicaciones producidas por la investigación sobre mujeres en el Poder Legislativo (ANNESLEY et al 2014; CLAVERIA, 2014) y que han empleado la literatura sobre la rama ejecutiva sin someter las categorías y enfoques a un análisis crítico de género (ANNESLEY et al, 2014: 1). Es decir, que se han apoyado en corpus teóricos preexistentes, sin tener en cuenta las especificidades de la representación de las mujeres en el Poder Ejecutivo.

Como muestra el Cuadro 1 (que resume las principales características de los estudios sobre mujeres y gabinetes), la mayor parte de los estudios responde a una lógica cuantitativa, tanto por la cantidad de países incluidos como por las técnicas empleadas. Salvo raras excepciones (WHITFORD, WILKINS, BALL, 2007; BORRELLI 2010; ANNESLEY Y GAINS, 2010), incluso aunque el estudio esté centrado en un número reducido de casos, el análisis es propio de diseños cuantitativos (ESCOBAR LEMMON Y TAYLOR ROBINSON 2005; 2009; 2011; 2013; TREMBLAY 2012; TREMBLAY Y STOCKEMER, 2013).

Autor/a (año)	Número de países	Región	Período	Método
Reynolds (1999)	180	Todo el mundo	1998	Regresión múltiple
Siaroff (2000)	28	Democracias industriales (Europa, Asia, América del Norte)	1994-1998	Regresión múltiple
Escobar Lemmon y Taylor Robinson (2005)	18	Democracias latinoamericanas	1980-2003	Regresión logística y múltiple
Escobar Lemmon y Taylor Robinson (2009)	18	Democracias latinoamericanas	1980-2003	Tests de diferencias de proporciones
Escobar Lemmon y Taylor Robinson (2010)	5 sistemas presidenciales	Argentina, Chile, Colombia, Costa Rica, y Estados Unidos	aproximadamente 1993-2010 (dependiendo del país)	Modelo de fragilidad compartidos
Escobar Lemmon y Taylor Robinson (2011)	5 sistemas presidenciales	Argentina, Chile, Colombia, Costa Rica, y Estados Unidos	Toman de 2 a 4 gabinetes más recientes	Regresión logística multinomial
Escobar Lemmon y Taylor Robinson (2013)	5 países presidenciales	Argentina, Chile, Colombia, Costa Rica, y Estados Unidos	1998-2010	Tests de diferencias de medias
Whitford, Wilkins, Ball (2007)	72	Todo el mundo	1996	Modelo de regresiones aparentemente no relacionadas
Borrelli (2010)	1	Estados Unidos, especialmente los gobiernos de Clinton, Bush y Obama	1933-2010	Estadística descriptiva y análisis de caso

Annesley y Gains (2010)	1	Reino Unido	1997-1998 2001-2005	Estudios de 2 casos (ministras). Entrevistas en profundidad
Krook y O'Brien (2012)	117	Todo el mundo	2009	Método de elementos finitos mixtos
Tremblay (2012)	1	Canadá	1984-2007	Regresión por mínimos cuadrados
Tremblay y Stockemer (2013)	1	Canadá	1921-2010	Modelo de regresión logística
Reyes Householder (2013)	18	América Latina	1999-2013	Modelo de regresión logística y análisis documental (prensa)
Claveria (2014)	23	Democracias industriales avanzadas (de América del Norte, Europa y Australasia)	1980-2010	Método de errores Estándar Corregidos para Panel
Jacob, Scherpereel y Adams (2014)	No se especifica	Todo el mundo	1979-2009 (en 5 intervalos)	Regresión múltiple. Modelo de efectos fijos
Scherpereel, Jacob y Adams (2014)	No se especifica	Todo el mundo. Con énfasis en Japón, Irlanda y Polonia	desde finales del S XIX hasta el presente	Análisis bivariado y análisis histórico

Cuadro 1 - Principales características de los estudios sobre representación de las mujeres en los gabinetes
Fuente: elaboración propia

Así, muchos estudios longitudinales no tienen como objetivo analizar en profundidad los procesos y las particularidades del caso, sino lograr

más observaciones (cada período de tiempo funciona como una observación), para comparar el valor que adoptan los diferentes factores en distintos períodos

de tiempo. La forma en la que se incorpora la variable temporal sigue siendo limitada, constituyendo un ejemplo de lo que de Santos (2006) denomina acortamiento del presente y desperdicio de la experiencia, ya que no permiten recuperar la experiencia de las mujeres que llegaron a posiciones ministeriales. Este tipo de estudios proporcionan información acerca de los factores limitantes, pero nada dicen acerca de cómo las mujeres que ocupan cargos ministeriales lograron sortear dichos obstáculos.

Por otro lado, en la investigación sobre élites políticas hay pocos estudios sistemáticos sobre ejecutivos que estudien en profundidad los perfiles y las trayectorias de quienes componen los gabinetes nacionales y en general se limitan a países europeos. Los escasos estudios para otras áreas geográficas son de carácter descriptivo y en base a datos agregados (Claveria 2014). Los análisis de la representación de las mujeres en los gabinetes en América Latina son casi inexistentes, con la excepción de los trabajos de Escobar Lemmon y Taylor Robinson. A lo largo de más de una década estas autoras han abordado una multiplicidad de factores vinculados a la representación femenina en los gabinetes latinoamericanos. Entre sus análisis más destacados encontramos algunos sobre las carreras de mujeres ministras (2005);

el papel del contexto en la estabilidad y duración de los cargos ministeriales de hombres y mujeres (2010); la existencia o no de un patrón de género en los nombramientos ministeriales (2011), y el desempeño y la efectividad de mujeres y varones en gabinetes presidenciales (2013), entre otros. De carácter más reciente encontramos los aportes de Catherine Reyes-Householder (2013) y Silvia Claveria (2014). Sin embargo, estos estudios también responden a un diseño cuantitativo, el cual impide un análisis en profundidad del modo en que los factores identificados como significativos operan en los casos concretos.

Como se ha evidenciado, en las últimas décadas proliferaron una multiplicidad de estudios que permitieron dar respuesta al interrogante sobre qué factores (y en qué grado) inciden en la representación femenina en los gabinetes, así como sobre algunas características de los perfiles de las ministras. Sin embargo, el proceso a través del cual estos factores efectivamente impactan en el grado de participación femenina, o dicho en otros términos, el cómo influyen estos factores, continúa siendo una pregunta pendiente, que requiere ser abordada. Según Annesley et al⁵:

Pero mientras que los estudios cuantitativos revelan patrones en los tipos de ministros nombrados, es decir, los rasgos demográficos, perfiles políticos y antecedentes

⁵ Las autoras buscan establecer una agenda de investigación para explicar y evaluar la presencia de las mujeres en la rama ejecutiva, para lo cual efectúan un ejercicio de clasificación de los trabajos existentes sobre el Poder Ejecutivo y particularmente sobre ministerios. Distinguen entre tres grandes grupos: i) estudios de N grande sobre los perfiles de los ministros; ii) teoría sobre coaliciones; y iii) análisis del funcionamiento del gabinete y el rol de los partidos. Intentan determinar si la investigación sobre género y poder ejecutivo ha empleado o no estos enfoques y qué preguntas inspirarían. Señalan que el grupo más amplio es el primero, que el segundo no es fecundo para el análisis desde una perspectiva de género, y que el tercero ha sido escasamente desarrollado.

profesionales; estos no revelan los mecanismos causales que producen y reproducen esas características (por ejemplo, el predominio de los hombres). Para ello, los investigadores necesitan completar los hallazgos de los estudios de N grande con estudios de caso cualitativos. El trazado de proceso y las entrevistas a élites en estudios de casos individuales o comparativos podrían arrojar luz sobre las dimensiones informales pero altamente regularizadas de reclutamiento del gabinete: las normas y prácticas que llevan a que determinados tipos de personas sean seleccionadas para los ministerios” (ANNESLEY et al, 2014, p. 7).

A lo que más tarde añaden que “Sorprendentemente, pocos estudios han investigado cómo la organización y las prácticas dentro de las instituciones ejecutivas crean distintos obstáculos u oportunidades para el acceso y la influencia de las mujeres dentro de ellas” (ANNESLEY et al, 2014, p. 10).

Una excepción a esta tendencia la constituye el trabajo de Claire Annesley y Francesca Gains (2010) en el que dan cuenta del carácter generizado del ejecutivo británico a partir del análisis de los obstáculos, pero también de las oportunidades (en términos de estrategias y recursos disponibles) de dos ministras

durante el gobierno laborista de Anthony Blair, Harriet Harman y Patricia Hewitt.

En la siguiente sección se muestra de qué modo la introducción del concepto de agencia contribuiría a saldar varios de los problemas identificados en los estudios sobre mujeres en los gabinetes.

INTEGRANDO LA CAPACIDAD DE AGENCIA EN LOS ESTUDIOS SOBRE GÉNERO Y GABINETES

Como se evidenció en la sistematización de los estudios existentes, la investigación sobre mujeres en los gabinetes ha teorizado más sobre las barreras que encuentran las mujeres que sobre los factores que facilitan su entrada (REYES HOUSE-HOLDER, 2013) o sobre las acciones y los recursos que emplean para sortear dichos obstáculos. Por otro lado, aunque algunos análisis reconocen estos déficits, las propuestas suelen ser de orden metodológico – necesidad de desarrollar análisis cualitativos – y no teórico-conceptuales⁶. En este sentido, este artículo se propone contribuir a saldar esta laguna a partir de la incorporación del concepto de agencia.

Tanto el debate estructura-agencia como la definición de cada uno de estos conceptos ocupan un papel nodal dentro de las ciencias sociales, y lejos de estar saldados, continúan siendo objeto de profundas

⁶ Aquí podría mencionarse como una excepción parcial a aquellas teóricas que abogan por la incorporación de una perspectiva institucionalista feminista en el estudio del ejecutivo, que incluiría el análisis de las instituciones informales (MACKAY, KENNEY, CHAPPELL, ANNESLEY, WAYLEN). Sin embargo, aún en esos casos, no indican qué herramientas conceptuales se utilizarían.

discusiones. No es el objetivo de este trabajo realizar un recorrido exhaustivo por estos debates, ni proponer soluciones definitivas, sino rescatar aquellas conceptualizaciones de agencia con un mayor potencial analítico para los estudios sobre mujeres y gabinetes. Para ello además de la literatura general, se revisan algunos trabajos sobre la capacidad de agencia desde una perspectiva de género. También se menciona la necesidad de ir más allá y avanzar en la discusión acerca de los diferentes tipos de agencia.

¿CÓMO INCORPORAR LA AGENCIA A LOS ESTUDIOS SOBRE GÉNERO Y GABINETES?

Las definiciones del concepto agencia evidencian un *trade-off* entre abstracción teórica y extremo empirismo, siendo uno de los principales desafíos para los estudios sobre género y gabinetes encontrar una definición del término que esté teóricamente informada y su vez sea operacionalizable y aplicable al análisis de casos concretos.

Como un ejemplo de abstracción teórica, podemos citar a Yong Wang, quien en *Agency: the internal Split of structure* (2008) sostiene que la agencia es definida como un efecto de la división interna de la estructura, y que para comprender la capacidad de agencia es imprescindible reconocer la asimetría entre potencialidad y actualidad. En este sentido la agencia es una potencialidad humana, pero que no puede comprenderse por fuera de determinadas estructuras, que son lo que actualizan esta

posibilidad. Para Wang, “lo que realmente existe son nuestras desiguales capacidades que resultan de desiguales estructuras sociales, económicas, políticas y culturales” (WANG, 2008 p. 485).

El autor examina los conceptos de estructura y agencia siguiendo dos tradiciones intelectuales: la formulación del sujeto dividido de Lacan, y la teoría sobre la hegemonía ideológica de Laclau, lo que le permiten, respectivamente, “prestar nuevas herramientas teóricas para reformular, por una parte, la posibilidad de agencia como residiendo fuera de las formaciones de la estructura; y por otro, las estructuras como construcciones hegemónicas que siempre contienen su más allá o exclusión, lo cual vuelve a la agencia posible” (WANG, 2008, p. 482).

La agencia, al concebirse como la división interna de la estructura, representa tanto las posibilidades como las imposibilidades de la estructura. Según Wang, agencia es aquello que queda cuando se retiran los constreñimientos y posibilidades de la estructura: “Desde una perspectiva Lacaniana, este resto es tanto un efecto producido por la noción de estructura y los límites con los que las formaciones de las estructuras se tropiezan y fracasan” (WANG, 2008 p. 488). Pero ¿qué es exactamente ese resto que queda al retirar los componentes estructurales? ¿Cuáles serían sus referentes empíricos? Son interrogantes para los que Wang no ofrece respuestas.

En el polo opuesto encontramos el Informe del Banco Mundial sobre Igualdad de Género y Desarrollo (2012), en el que se mencionan la voz, la agencia y la participación de las mujeres como

dimensiones clave para lograr la igualdad de género. La agencia es definida como

la habilidad de un individuo (o grupo) de realizar elecciones efectivas y de transformar esas elecciones en resultados esperados. Agencia puede ser entendida como el proceso a través del cual mujeres y hombres usan sus dotaciones y aprovechar las oportunidades económicas para obtener los resultados esperados” (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 150).

Este documento no ahonda en una discusión teórica, sino que se centra en describir cinco expresiones de la agencia: el acceso de las mujeres a recursos y su control; la libertad de movimiento; la libertad de los riesgos de la violencia; toma de decisiones sobre la formación de la familia; y tener voz en la sociedad y capacidad de influir en la política. De modo que si bien incorpora una enumeración de las dimensiones del concepto, no indica sus fundamentos teóricos, ni cómo estas dimensiones se relacionan entre sí.

Una conceptualización que contribuye parcialmente a resolver el dilema abstracción-empirismo es la propuesta por Anthony Giddens en su teoría de la estructuración, en la cual postula una relación de interdependencia entre estructura y agencia. Una de sus ideas centrales consiste en la dualidad de la estructura. Giddens señala que “por dualidad de la estructura pretendo afirmar que las propiedades estructurales de los

sistemas sociales son simultáneamente el medio y el resultado de las prácticas que constituyen esos mismos sistemas” (GIDDENS 2000, p. 43) o dicho en otros términos, que “las nociones de acción y estructura se presuponen una a otra” (p.11). En cuanto a la agencia, Giddens señala que “una acción nace de la aptitud del individuo para 'producir una diferencia' en un estado de cosas o cursos de sucesos preexistentes. Un agente deja de ser tal si pierde la aptitud de 'producir una diferencia', o sea, de ejercer alguna clase de poder (GIDDENS, 2006, p. 51).

Teniendo en cuenta el diagnóstico de la sección anterior, la propuesta de Giddens resultaría enriquecedora para los estudios sobre género y gabinetes por varias razones. En primer lugar, porque uno de los propósitos de su formulación es integrar una teorización sobre las instituciones, que como se mostró anteriormente son fundamentales para entender el acceso de las mujeres a puestos de poder, y que a juicio de Giddens estaban ausentes de la filosofía de la acción anglosajona (Giddens 2000, p. 11). Según el autor “estas corrientes no reconocieron el papel de las motivaciones inconscientes de la acción, ni mostraron un *interés por las consecuencias no intencionales de la conducta intencional*” (GIDDENS, 2000, p. 21). Todo ello explicaría la falta de elaboración de una teoría de las instituciones, ya que las consecuencias no intencionales de la acción “surgen sistemáticamente

⁷ Para un abordaje en profundidad del papel de la temporalidad ver Emirbayer y Mische (1998), quienes afirman que la agencia tiene tres elementos principales: iterativo (vinculado con el pasado); proyectivo (vinculado con el futuro) y práctico-evaluativo (vinculado con el presente).

incorporadas en el proceso de reproducción de las instituciones” (GIDDENS, 2000, p. 22).

Otro aporte es el reconocimiento de la importancia de la temporalidad⁷, no como un conjunto de episodios, sino en términos de proceso. Giddens afirma que “la idea de 'acción, o de agencia, no se refiere a una serie de actos discretos combinados entre sí, sino a un *flujo continuo de la conducta*” (2000, p.14).

Por último, a diferencia de otros autores que conciben a la estructura exclusivamente en términos de obstáculos, para Giddens “la estructura tanto capacita como constriñe, por lo cual el estudio de las condiciones que presiden la organización de los sistemas sociales que gobiernan las articulaciones entre el constreñimiento y la capacitación constituye una de las tareas específicas de la teoría social” (2000, p. 43).

En *A theory of structure: Duality, Agency and Transformation* William Jr Sewell sostiene una posición similar a la de Giddens, aunque introduce algunos matices que contribuyen a clarificar la definición de agencia. Apoya la tesis de la dualidad de la estructura, pero no está de acuerdo en el modo en el que define este término. Señala que para Giddens, las estructuras son un conjunto de reglas y recursos de carácter virtual implicados en la reproducción de los sistemas sociales. Las reglas se conceptualizan como un conjunto de procedimientos generalizables, y los recursos son entendidos como de asignación o de autoridad. Sewell propone que las estructuras son un conjunto de esquemas virtuales (de carácter generalizable y transportable), – concepto más amplio que reglas, ya que permite incorporar preceptos no formales

– y recursos actuales, distinguiendo entre humanos y no humanos.

Para Sewell, la noción de recursos resulta crucial, tanto para la definición de estructura, como para comprender la agencia. En este sentido, señala que “Coincido con Giddens en que cualquier noción de estructura que ignore las asimetrías de poder es radicalmente incompleta” (SEWELL, 1992 p. 9). A lo que más tarde agrega: “De hecho, parte de lo que significa concebir a los seres humanos como agentes es concebirlos empoderados por el acceso a los recursos de un tipo u otro” (SEWELL, 1992, p. 10).

Sostiene que “la agencia, a la que definiría como implicando la capacidad de trasponer y extender esquemas a nuevos contextos” (Sewell, 1992, p. 18). La agencia, para decirlo de otro modo, es la capacidad del actor de reinterpretar y movilizar una variedad de recursos en términos de otros esquemas culturales que los que inicialmente constituyeron esa variedad” (SEWELL, 1992, p. 19).

También es importante señalar que Sewell reconoce que la capacidad de agencia varía tanto entre sociedades como dentro de las sociedades, dependiendo de las posiciones sociales ocupadas por las personas. Así establece que:

La ocupación de diferentes posiciones – definidas por ejemplo, por el género, la riqueza, el prestigio social, la clase, la etnia, la ocupación, la generación, la preferencia sexual o la educación – le da a las personas el conocimiento de diferentes esquemas y acceso a diferentes tipos y cantidades de recursos y por lo tanto, diferentes posibilidades de acción transformadora (SEWELL, 1992, p. 21).

En esta misma línea, Richard Fox y Jennifer Lawless (2014) muestran que la capacidad de agencia no se distribuye equitativamente entre varones y mujeres y está condicionada por diferentes factores contextuales. Analizan la brecha en la ambición política de varones y mujeres a partir de una encuesta en jóvenes de 13 a 25 años y señalan que hay cuatro factores que generan esta diferencia: el estímulo de los padres, las experiencias educativas y de compañeros politizados, la participación en actividades competitivas, y un sentido de confianza en sí mismos. Una de las conclusiones es que el momento en el que la brecha se acrecienta es cuando las jóvenes pasan del colegio a la universidad.

Naila Kabeer (1999), también desde una perspectiva de género, define la agencia como una de las dimensiones (de proceso) del empoderamiento de las mujeres, que implica “la habilidad de definir las propias metas y actuar hacia ellas. [...] Puede tomar la forma de regateo, negociación, engaño, manipulaciones, subversión y resistencia, así como procesos cognitivos más intangibles de reflexión y análisis” (KABEER, 1999, p. 438).

Según la autora, la agencia puede adoptar significados positivos o negativos con respecto al poder. Es decir, que puede ejercerse en términos de tomar decisiones de vida y actuar para conseguirlas, o ignorando la agencia de otros actores. Kabeer también introduce un debate en el que es preciso profundizar, acerca de los diferentes tipos de agencia⁸. Distingue entre aquella agencia efectiva, pero con pocas consecuencias en la vida de las mujeres, y que tiene como resultado la reproducción de roles de género, y lo que denomina

agencia transformadora, o con potencial transformador (KABEER, 1999, p. 452).

A MODO DE CONCLUSIÓN: ¿QUÉ IMPLICARÍA LA INCORPORACIÓN DE LA AGENCIA EN LOS ESTUDIOS SOBRE MUJERES Y GABINETES?

Como puede apreciarse en el Cuadro 2, la incorporación del concepto de agencia en los estudios sobre mujeres y gabinetes no constituye una decisión menor, pues supondría cambios en las preguntas de investigación, en la definición del objeto de estudio, en las dimensiones a analizar, en el tratamiento de la temporalidad, en la metodología, así como en el aparato conceptual asociado para dar cuenta del acceso de las mujeres a los gabinetes.

	Estudios previos	Incorporación de agencia
Preguntas de investigación	¿Qué factores influyen en el acceso de las mujeres a los puestos de poder?	¿Cómo y por qué llegan las mujeres que llegan?
Recorte objeto de estudio	Obstáculos	Obstáculos y Potencialidades
Factores político-institucionales	Formales	Formales e informales
Variable tiempo	Forma de aumentar número de observaciones	Modo de comprender los procesos
Metodología	Cuantitativa. N grande.	Cualitativa. Estudios de caso
Aparato conceptual asociado	Techo de cristal	Laberinto de cristal

Cuadro 2 – De los estudios sobre mujeres en gabinetes antes y después de introducir el concepto de agencia.
Fuente: elaboración propia

En lo que respecta a las preguntas de investigación, implicaría pasar del qué al cómo. Es decir, que el interés no estaría puesto en explicar cuáles son las causas o qué factores explican la llegada (o no) de mujeres a los gabinetes, sino en comprender el proceso, el modo en el cual se logra acceder a esas posiciones.

En términos del objeto de estudio, significaría dejar de centrarse exclusivamente en los obstáculos, y comenzar a interrogarse por las potencialidades. O en términos de Giddens, en reconocer que las estructuras constriñen a la vez que posibilitan el accionar de los individuos, en este caso, de las mujeres que llegan a ser ministras.

Por otra parte, introducir la capacidad de agencia permitía ampliar el espectro

de los factores político-institucionales analizados, añadiendo a las instituciones formales, aquellas prácticas y normas que si bien no están formalizadas, cumplen un rol fundamental en el quehacer cotidiano de los gabinetes. A su vez posibilitaría comprender de qué modo se produce el cambio institucional. Como señalan algunas autoras “Los actores políticos pueden explotar esos 'espacios creativos' para generar cambio institucional, pero estos espacios también pueden ser creados por la agencia de los actores políticos en una variedad de escenarios institucionales” (ANNESLEY et al 2014:19).

Encuanto a la metodología, supondría pasar de un enfoque cuantitativo, con una gran cantidad de casos y de carácter sincrónico – el predominante hasta el

momento –, a uno de tipo cualitativo, con pocos casos y de carácter diacrónico. Asimismo, la variable temporal no sería empleada ya como una forma de ampliar el número de observaciones, sino como un modo de comprender de qué modo influyen los diferentes factores en el acceso de las mujeres a los gabinetes.

Por último, la incorporación del concepto de agencia se reflejaría en una transformación en el aparato conceptual empleado para comprender el papel de las mujeres en los gabinetes. Uno de los cambios más significativos sería el abandono de la metáfora del “techo de cristal”, y su reemplazo por la del “laberinto de cristal”. Es decir, el paso de una idea determinista, según la cual las mujeres encuentran una serie de obstáculos situados en lo alto de sus carreras que les impiden acceder a las posiciones de máxima decisión; a una concepción en la cual si bien existen obstáculos a lo largo de las trayectorias políticas – reconociendo las dificultades y la no linealidad de las carreras políticas de las mujeres –, a través de determinados recursos y estrategias, estas pueden sortearlos y salir del laberinto.

Uno de los desafíos pendientes radica en mejorar la definición y operacionalización del término. Pero como se ha demostrado a lo largo del texto, el concepto agencia contribuiría al avance de los estudios sobre mujeres y gabinetes. No sólo porque implicaría una nueva mirada a viejos problemas, sino porque además permitiría incorporar aspectos hasta el momento no explorados ¿Cómo llegan las mujeres que llegan a posiciones ministeriales? ¿Qué estrategias y recursos emplean? Estos constituyen sólo algunos de los interrogantes a los que la integración del concepto de agencia contribuiría a responder.

REFERENCIAS

AMORIM NETO, Octavio. The presidential calculus: executive policy making and cabinet formation in the Americas. **Comparative Political Studies**, v. 39, n. 4, p. 415-440, may, 2006.

ANNESLEY, Claire et al. Gender and the executive branch: defining a new research agenda. **ECPR JOINT SESSIONS**, 2014. Salamanca, 2014.

ANNESLEY, Claire; GAINS, Francesca. The core executive: gender, power and change. **Political Studies**, v. 58, p. 909-929, 2010.

BANCO MUNDIAL. Gender equality and development. **World Development Report**, 2012. Washington DC. 2012.

BLONDEL, Jean; MÜLLER-ROMMEL, Ferdinand, (Eds) **Cabinets in Western Europe**. Londres: Macmillan.1988.

BONVECCHI Alejandro; CARTASCINI, Carlos. The presidency and the executive branch in Latin America: what we know and what we need to know. **IDB Working Paper Series No. IDB-WP-283**. 2011.

BORRELLI, Maryanne . The contemporary presidency: gender desegregation and gender integration in the president's cabinet, 1933-2010. **Presidential Studies Quarterly**, v. 40, n. 4, p.734-749, 2010.

CHAPPELL, Louise; WAYLEN, Georgina. Gender and the hidden life of institutions. **Public Administration**, v. 91, n. 3, p. 599-615, 2013.

CLAVERIA, Silvia. Still a 'male business'? explaining women's presence in executive office. **West European Politics**, v. 37, n. 5, p. 1156-1176, 2014.

CLEMENS, Clay. From the outside in: Angela Merkel as opposition leader, 2002-2005. **German Politics and Society**, v.24, n. 3, p. 41-81, 2006.

DAVIDSON SCHMICH, Louise. Gender, intersectionality, and the executive branch: The Case of Angela Merkel. **German politics**, v. 20, n. 3, p. 325-341, 2011.

DAVIS, Rebecca. **Women and power in parliament: cabinet appointments in Western Europe, 1968-1992**. Lincoln: University of Nebraska, 1997.

ELGI, Robert. Core executive studies two decades on. **Public Administration**, v. 89, n. 1, p. 64-77, 2011.

EMIRBAYER Mustafa Ann Mische. What is agency? **American Journal of Sociology**, v. 103, n. 4, p. 962-1023, jan.,1998.

ESCOBAR-LEMMON, Maria; TAYLOR-ROBINSON, Michelle. Coming or going: how background affects duration in 5 presidential systems. In: **The American Political Science Association annual meeting**, Washington, DC. 2010.

ESCOBAR-LEMMON, Maria; TAYLOR-ROBINSON, Michelle. Getting to the top: career paths of women in Latin American cabinets. **Political Research Quarterly**, v. 62, n. 4, p. 685-699, 2009.

ESCOBAR-LEMMON, Maria; TAYLOR-ROBINSON, Michelle. Pathways to power in presidential cabinets: do men and women appointees differ. In: **Quality and Professionalization of Politicians in Latin America and Europe Conference**, Universidad de Salamanca, España. sep. 26-27, 2011.

ESCOBAR-LEMMON, Maria; TAYLOR-ROBINSON, Michelle. Robinson women ministers in Latin American government: When, where and why? **American Journal of Political Science**, v. 49, n. 4, 2005.

ESCOBAR-LEMMON, Maria; TAYLOR-ROBINSON, Michelle. Tokens with Power or Powerful Tokens? Women's Role and Representation in Five Presidential Cabinets. In: **Reunion annual de la American Political Science Association**, 29 de agosto al 1 de septiembre 2013.

FOX, Richard; LAWLESS, Jennifer. Uncovering the origins of the gender gap in political ambition. **American Political Science Review**, v. 108, n. 3, aug., p. 499-519, 2014.

GENOVESE, Michael. **Mujeres líderes en política: modelos y perspectiva**. Narcea: Madrid. 1997.

GIDDENS, Anthony. **Dualidade da estrutura: agência e estrutura**. Oeiras: Celta, 2000.

GIDDENS, Anthony. **La constitución de la sociedad: bases para la teoría de la estructuración**. Buenos Aires: Amorrortu. 2006.

HARUN, Zainon et al. Some socio-demographic determinants of political participation. **International Conference on Humanities, Society and Culture**, Singapore, IPEDR v. 20. 2007.

HAYS, Sharon. Structure and agency and the sticky problem of culture. **Sociological Theory**, v.12, n.1, p. 57-72, 1994.

HTUN, Mala; PISCOPO, Jennifer. Presence without empowerment? Women in politics in Latin America and the Caribbean. In: **SSRC Conflict Prevention and Peace Forum**. 2010.

IPU. Gender-sensitive parliaments. A global review of good practices. **Reports and documents**, n. 65, 2011.

JACOB, Surab; SCHERPEREEL, John A.; MELINDA, Adams. Gender Norms and Women's political representation: a global analysis of cabinets, 1979–2009. **Governance**, n. 27, p. 321–345. 2014.

JALALZAI, Farida. A critical departure for women executives or more of the same? The powers of chancellor Merkel. **German Politics**, v. 20, n. 3, p. 428-448, 2011.

JALALZAI, Farida. Madam President: gender, power, and the comparative presidency. **Journal of Women, Politics & Policy**, v. 31, n. 2, p. 132-165, 2010.

JALALZAI, Farida. Women political leaders. **Women & Politics**, v. 26, n. 3-4, p. 85-108, 2004.

JALALZAI, Farida; KROOK, Mona Lena. Beyond Hillary and Benazir: women's political leadership worldwide. **International Political Science Review**, v. 31, n. 1, p. 5–21, 2010.

KABEER, Naila. **Resources, agency, achievements**: reflections on the measurement of women's empowerment. **DEVELOPMENT AND CHANGE**, v. 30, p. 435-464, 1999.

KENWORTHY, Lane; MALAMI, Melissa. Gender inequality in political representation: a worldwide comparative analysis. **Social Forces**, v. 78, n.1, p. 235-269, 1999.

KING, Anthony. The outsider as political leader: The Case of Margaret Thatcher. **British Journal of Political Science**, v. 32, n. 3, p. 435–54, 2002.

KROOK, Mona Lena; OBRIEN, Diana. All the president's men? the appointment of female cabinet ministers worldwide. **The Journal of Politics**, v. 74, n. 3, p. 840–855, July, 2012.

LISWOOD, Laura. **Women world leaders**: fifteen great politicians tell their stories. San Francisco, CA: Pandora. 1995.

MATLAND, Richard. Institutional variables affecting female representation in national legislatures: The Case of Norway. **Journal of Politics**, n. 55, p. 37-55, 1995.

MOORE, Gwen; SHACKMAN, Gene. Gender and authority: a cross-national study. **Social Science Quarterly**, n. 77, p. 73-88, 1996.

OAKES, Ann y Elizabeth Almquist . Women in national legislatures: a cross-national test of macrostructural gender theories. **Population Research Policy and Review**, n. 12, 1993.

OPFELL, Olga. **Women Prime Ministers and Presidents**. Jefferson, NC: McFarland & Company. 1993.

PACHÓN, Mónica; PEÑA, Ximena; WILLIS, Mónica. Participación política en América Latina: un análisis desde la perspectiva de género. **Revista de Ciencia Política**, v. 32, n. 2, 2012.

PAXTON, Pamela. Women in national legislatures: a cross-national analysis. **Social Science Research**, n. 26, p. 42-64, 1997.

REYES-HOUSEHOLDER, Catherine. Presidential gender and women's representation in cabinets: do female presidents appoint more women than male presidents? In: **The American Political Science Association Conference Chicago**, Illinois Aug. 29, 2013.

REYNOLDS, Andrew. Women in the Legislatures and executives of the world knocking at the highest glass ceiling. **World Politics**, v. 51, n. 4, p. 547-72, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social**: encuentros en Buenos Aires. Buenos Aires: CLACSO. 2006. (Colección edición y distribución cooperativa).

SEWELL Jr, William H. A theory of structure: duality, agency and transformation. **American Journal of Sociology**, v. 98, n. 1, p. 1-29.1992, jul., 1992.

SIAROFF, Alan. Women's representation in legislatures and cabinets in industrial democracies. **International Political Science Review**, v. 21, n. 2, p. 197-215, 2000.

TREMBLAY, Manon. Women's access to cabinets in Canada: assessing the role of some institutional variables. **Canadian Political Science Review**, v. 6, n. 2-3, p. 159-170. 2012.

TREMBLAY, Manon; STOCKEMER, Daniel. Women's ministerial careers in cabinet, 1921–2010: A look at socio-demographic traits and career experiences. **Canadian Public Administration**, v. 56, n. 4, p. 523–541, Dec., 2013.

WANG, Yong. Agency: the internal split of structure. **Sociological Forum**, v. 23, n. 3, p. 481-502, 2008.

WATSON, Robert, JENCIK, Alicia; SELZER, Judith A. Women World Leaders: comparative analysis and gender experiences. **Journal of International Women's Studies**, v. 7, n. 2, p. 53-76, 2005.

WHITFORD, Andrew. B.; VICKY, Wilkins M.; BALL, Mercedes. Descriptive representation and policymaking authority: evidence from women in cabinets and bureaucracies. **Governance**, v. 20, p. 559–580, 2007.

GENOCÍDIO NA DEMOCRACIA BRASILEIRA¹

GENOCIDE IN BRAZILIAN DEMOCRACY

Fernando Conceição²



RESUMO

Aponta-se que um dos fenômenos mais preocupantes da atualidade da democracia no Brasil, e que pode ser estendido aos países da América Latina e do Caribe, é o alto índice de assassinatos, abalando pela criminalidade a vida dos cidadãos, que se sentem desprotegidos pelo Estado que se autodenomina democrático de Direito. O noticiário das chacinas já não provoca reações de indignação na sociedade, que vai se resignando a essa realidade. Discutem-se essas questões a partir de um ensaio e referentes clássicos multidisciplinares e estratégia de pesquisa, da revisão bibliográfica complementada pela análise de dados estatísticos do mapa da violência. Parte-se das hipóteses que os discursos hegemônicos que naturalizariam o *status quo* da violência nessas sociedades pós-coloniais é reflexão que se impõe a partir do imaginário de senso comum acerca do perfil das vítimas em potencial dos homicídios e se os donos

do poder, em obediência à tradição secular do Estado brasileiro – patrimonialista, cartorial e herdeiro de uma visão epistemológica fundada no racismo – são cognitivamente incapacitados para agir na direção de superar o problema. Conclui-se que a população que mais morre são os pobres, negros (ou pretos) e prostitutas, e que isso não causa indignação, pois costuma-se propalar no Brasil, que essas são vítimas históricas preferenciais da violência em um país construído pela violência do escravismo colonial, de família patriarcal e conservadora, entretanto esse fenômeno do genocídio da juventude negra obstrui a qualidade da democracia no Brasil, sendo os estados de maior incidência a Bahia, seguido da Paraíba.

Palavras-chave: Genocídio-Brasil; Mapa da Violência – 2014; Estado Democrático de Direito.

¹ O presente artigo é um excerto de um ensaio de maiores dimensões resultante de pesquisa de estágio pós-doutoral junto ao CES-Coimbra, com supervisão de Boaventura de Sousa Santos. O autor assume a total responsabilidade por seu conteúdo.

² Pesquisador em estágio sênior posdoutoral junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2014-2015). Professor da Faculdade de Comunicação e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia. E-mail: fernconco@ufba.br. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6703465975546557>

ABSTRACT

It is pointed out that one of the most worrisome phenomena of the present day democracy in Brazil, which can be extended to the countries of Latin America and the Caribbean, is the high rate of murder, undermining by criminality the life of two citizens, who feel unprotected by State that calls itself democratic of Law. The news of the slaughters no longer causes reactions of indignation in society, which is resigning to this reality. These questions are discussed based on a classic multidisciplinary essay and research strategy, from the bibliographic review complemented by the statistical data analysis of the violence map. It is hypothesized that the hegemonic discourses that would naturalize the status quo of violence in these postcolonial societies are a reflection that is based on the common sense imaginary about the profile of potential victims of homicides and whether the owners of power, in obedience to the secular tradition of the Brazilian state - patrimonialist, cartorialist and heir of an epistemological view founded on racialism - are cognitively incapable to act in the direction of overcoming the problem. It is concluded that the population that dies the most is the poor, blacks (or blacks) and prostitutes, and that this does not cause indignation, as it is usually spelled in Brazil, that these are the preferred historical victims of violence in a country built by violence of colonial slavery, of a patriarchal

and conservative family, however, this phenomenon of genocide of black youth obstructs the quality of democracy in Brazil, the states with the highest incidence being Bahia, followed by Paraíba.

Keywords: Brazil-Genocide; Map of Violence -2014; Democratic State of Right.

INTRODUÇÃO

Um dos fenômenos mais preocupantes da atualidade da democracia no Brasil, mas que pode ser estendido ao conjunto de países da América Latina e do Caribe, é o alto índice de assassinatos. Abre-se os jornais, a qualquer dia da semana, e nesses lugares encontram-se as mesmas notícias: “Fogo cruzado”, como está em um Jornal da Bahia em 24 de janeiro de 2015,³ faz parte do cotidiano da população desses países e desses lugares da periferia capitalista.

Restringiremos, porém, o nosso olhar àquele que é apresentado como o país colocado como a 7ª economia global em produto interno bruto nominal, de acordo com rankings de agências como The World Bank (2014):⁴

³ Jornal Correio*, páginas 26 e 27. A reportagem fala do assassinato de dois jovens, de autoria atribuída a policiais, em um bairro popular da periferia de Salvador, da reação de moradores – que tocaram fogo em ônibus – e do clima de temor ali instalado. Coisas iguais acontecem diariamente em cidades da América Latina, sem repercussão equivalente a fatos ocorridos em países democráticos da parcela do globo que adere ao Estado Democrático de Direito.

⁴ A posição do Brasil como país em desenvolvimento e uma das principais economias do mundo se manteve constante no último quinquênio.

Ranking	Economy	Millions of US dollars
1	United States	16,800,000
2	China	9,240,270
3	Japan	4,901,530
4	Germany	3,634,823
5	France	2,734,949
6	United Kingdom	2,521,381
7	Brazil	2,245,673
8	Russian Federation	2,096,777
9	Italy	2,071,307
10	India	1,876,797

Quadro 1 - Gross domestic product 2013

Fonte- World Development Indicators database, World Bank, 22 September 2014.

Se é fato que a violência, transformada em verdadeira epidemia em tempos de paz, atinge de forma avassaladora as populações de países dessa parte do planeta,⁵ há de se distinguir as diferenças de desenvolvimento econômico, de distribuição da riqueza material e da cultura das instituições políticas de cada um deles.

Vai para muito além dos limites da reflexão proposta neste presente ensaio, pretender a ambição de analisar os pormenores das matrizes dos países

latino-americanos e do Caribe. Contudo é mister comparar o lugar ocupado pelo Brasil no concerto da economia global – o primeiro logo abaixo das seis grandes economias mundiais – com seus vizinhos da região planetária que enfrentam o mesmo fenômeno da violência crônica.

É quase a metade da do Brasil a riqueza econômica bruta do México, país que entre os latinos segue o Estado brasileiro, na 15ª posição. Mais abaixo vem a Argentina (21ª), depois a Venezuela (27ª).

Gross domestic product 2013		
Ranking	Economy	Millions of US dollars
15	Mexico	1,260,915
21	Argentina	611,755
27	Venezuela, RB	438,284
31	Colombia	378,148
38	Chile	277,199
51	Peru	202,296
62	Puerto Rico	103,135
64	Ecuador	90,023
69	Cuba	68,234
72	Dominican Republic	60,614

Fonte- World Development Indicators database, World Bank, 22 September 2014

A cada dez minutos uma pessoa é morta no Brasil democrático de hoje. Aí a violência fatal vitima preferencial a juventude negra.⁶ No país, em 2012 foram assassinados 30.000 jovens com idade de 15 a 29 anos – 82 assassinatos nessa faixa etária por dia! Desse total, 77% foram identificados como negros (Mapa da Violência, 2014).

Os pressupostos de uma sociedade que zela pela manutenção da democracia, não apenas nominal, mas formalizada em normas, leis e condutas inerentes ao Estado Democrático de Direito, vêem-se, dessa forma, minados, enfraquecidos, abalados pela criminalidade que atinge

diretamente a vida dos cidadãos. Que, diante do clima de insegurança a que são obrigados a conviver no seu cotidiano, passam mesmo a suspeitar dos valores reivindicados pelo estatuto democrático.

Ora, o país, por sua maioria, lutou anos a fio para reconquistar a democracia recente, depois de conviver, entre 1964 a 1985, com a suspensão, rigorosa ou amena, das liberdades políticas e civis. Com o fim da Guerra Fria, mais e mais as sociedades locais se libertaram do maniqueísmo ideologizante – tendo o Brasil optado, constitucionalmente, por ser uma república social-democrática, de base econômica capitalista, politicamente liberal.

⁶ Não utilizaremos o termo afrodescendente, vez que adotamos a teoria hegemônica quanto à origem da espécie humana, toda ela parente de Lucy, a “Eva” etíope, fóssil encontrado em 1974 pela equipe de Donald Johanson e Maurice Taieb.

A sociedade condenou as arbitrariedades do regime de exceção comandado por militares e quis entregar o comando da pátria a civis identificados com as causas sociais, comprometidos em melhorar a vida das pessoas e resgatar a dívida histórica de um Estado por natureza excludente, posto que originário da colonização escravagista.

Duas décadas e meia depois do retorno da normalidade institucional, o Brasil registra índices positivos em diferentes setores. A liberdade de expressão está assegurada. Há nítida separação na atuação dos poderes legislativos, executivos e judiciários, assim como um Ministério Público independente. Políticas sociais com foco na inclusão de grupos historicamente discriminados negativamente por sua condição étnica, de gênero, ou de participação no mercado, diminuíram os índices de pobreza total.

Contudo, ao lado de tais conquistas, a sociedade vê-se constrangida a conviver com dados alarmantes de insegurança pública. Sem que, nos limites balizados pelo mesmo Estado Democrático de Direito, os governos atuem na direção de garantir à população perspectivas de resolução do problema.

Lima (2008, p. 9), ao propor uma reflexão sobre o tema, embora restringindo-se ao universo específico da atuação das Polícias Militares (PMs), recorre a Zaverucha (2005: 129) para lembrar ser incompatível ao aprofundamento da democracia o que chama de “militarização da segurança pública”. O olhar da autora é de entendimento, pela contextualização, *do como* a instituição policial funciona. O nosso é o da observação do fenômeno, pela crítica. *Do por que* funciona desse jeito.

PERSISTÊNCIA DO FATOR “RAÇA” NAS MORTES

Na década que vai de 2003 a 2012, com o domínio do Partido dos Trabalhadores, que se autodenomina de esquerda progressista, à testa do governo central da República, as mortes violentas aumentaram no país. E a cobertura jornalística na mídia diária tornou o tema banal. O noticiário das chacinas já não provoca reações de indignação no seio da sociedade, que parece vai se resignando a essa realidade.

A minha hipótese é que o comportamento complacente da sociedade com a violência no Brasil tem relação direta com o imaginário de senso comum acerca do perfil das vítimas em potencial dos homicídios. A hipótese secundária é que os donos do poder, em obediência à tradição secular do Estado brasileiro - patrimonialista, cartorial e herdeiro de uma visão epistemológica fundada no racismo - são cognitivamente incapacitados para agir na direção de superar o problema.

O reconhecimento dessa incapacidade não exime de responsabilidade esses que, independentemente do matiz ideológico, dominam as esferas de decisão no Brasil, se direita ou esquerda (os polos que disputam hegemonia). Quem está sendo morta é gente majoritariamente das camadas pobres da população, moradora nos grandes centros urbanos compostas por negros e mestiços. Em um país que tem dificuldades de reconhecer o racismo e a discriminação racial que se abatem sobre esse estrato social.

Pobres e pretos podem morrer à vontade em um país que valoriza muito

mais o patrimônio material que a vida das pessoas (VARJÃO, 2008). Nossa primeira reação à violência fatal da Polícia na Bahia ocorreu, de forma articulada com os movimentos de combate à ditadura militar, ainda em 1982.

Nossa tese é que a mudança do comando do poder político a partir do êxito eleitoral do PT, tanto na esfera federal como em esferas estaduais ou locais, e as expectativas daí advindas, não resultaram em mudança qualitativa da relação do aparelho repressor do Estado – suas forças policiais e o seu aparato judicial – com o estrato populacional subalternizada por razões socioeconômicas.

Pobres, negros (ou pretos) e prostitutas, costuma-se propalar no Brasil, sempre foram as vítimas históricas preferenciais da violência em um país construído pela violência do escravismo colonial, de família patriarcal e conservadora.

Estado brasileiro fundado em bases estruturais escravocratas, com forte componente racialista. Por séculos, plasmado em ideários alienígenas eurocêntricos (SKIDMORE, 1989; SCHWARCZ, 1993). Que sempre enxergou os não-brancos, principalmente os negros, como ameaça, vez que inatamente tendentes à criminalidade (Rodrigues, 1976, 1939, s/d.; Gobineau, 1937, 1874).

Se a reconquista da democracia institucionalizada a partir da Constituição de 1988⁷ possibilitou a emergência de uma sociedade civil que se organiza a duras penas, pressionando o Estado na direção de relações menos arbitrárias contra o seu povo, esse mesmo ambiente democrático, ainda que muitas vezes apenas formal, tem sido incapaz de conter a espiral de assassinatos da população civil em tempos de aparente normalidade institucional.

O Brasil ocupa em 2014 a 7ª posição, entre 95 países do mundo, em taxa de homicídio total e taxa de homicídio contra os jovens.⁸ Saber quais teias invisíveis ligariam, ainda hoje, os discursos hegemônicos que naturalizariam o *status quo* nessas sociedades pós-coloniais é reflexão que se impõe. Apesar de Portugal ocupar a 72ª (no total) e a 70ª (contra os jovens), no âmbito do mesmo fenômeno, seria interessante compreender os resquícios da herança do colonialismo português como fator de influência nessa temática. É desafio que mereceria investimento de investigação.

⁷ No contexto ideológico da Guerra Fria, o Brasil foi mergulhado numa ditadura militar que durou de 1964 a 1985, quando os civis retomaram o poder. A fase de transição política foi concluída depois da aprovação da Constituição Federal de 1988 e a eleição, pelo voto direto e universal, do presidente da República em 1989 e daí por diante.

⁸ Superado, pela ordem, apenas por El Salvador, Ilhas Virgens (EUA), Trinidad e Tobago, Venezuela, Colômbia e Guatemala. Dados de 2007 a 2010, sistematizados por Waiselfisz (2013. p. 68).

VIOLÊNCIA E COLONIZAÇÃO

São essas teias decorrentes da herança das razões imperialistas da colonização escravocrata (SAID, 1995), que implantou o modelo de relações capitalistas presentes em Portugal e no Brasil? Modelo cuja base seria o racismo científico, apontado por Mills?⁹ As migrações dele decorrentes trazem, para a sede da ex-colônia, a presença física de africanos: homens, mulheres, jovens e crianças que chegam das nações tornadas independentes nos estertores do salazarismo¹⁰, a partir dos anos 1960.

Há nas periferias em torno das metrópoles portuguesas, depois da integração desse país à União Europeia¹¹, situações de violência contra a sua população negra, e jovem, que poderiam relacionar-se ao que ocorre em metrópoles brasileiras?

Em quais níveis e escalas? São perguntas ainda órfãs de respostas.

Compartilhamos a tese de Boaventura de Sousa Santos de ser Portugal “uma sociedade semiperiférica [...] de desenvolvimento intermédio, cujo papel estrutural no sistema mundial é o de realizar, no contexto europeu em que se situa, a intermediação entre os países centrais e os países periféricos”. (SANTOS, B., 2013, p. 100-01). Enfrenta, portanto, situações sociais análogas às do Brasil, particularmente no tocante àquele aspecto chamado à atenção por Milton Santos, da dupla existência, dentro da mesma nação, de duas: a “nação passiva” e “nação ativa” (Santos, 2001, p. 155-58).¹²

Pensamos que o fenômeno do genocídio da juventude negra obstrui a qualidade da democracia. Uma ecologia dos saberes, incorporando no mesmo grau hierárquico de conhecimento a contribuição do discurso

⁹ Charles Mills (1997) defende a tese de que a supremacia branca ocidental no mundo é um sistema político não-nomeado, que estrutura a sociedade organizada racialmente, “um Estado racial e um sistema jurídico racial, onde o status de brancos e não brancos é claramente demarcado, quer pela lei, quer pelo costume”. Para Sueli Carneiro (2014), sociedades desse tipo, na qual o racismo é estruturante, “impede a realização dos fundamentos da democracia, quais sejam a liberdade, a igualdade e a fraternidade, posto que semelhante sociedade consagra hegemonias e subalternizações racialmente recortadas.”

¹⁰ Salazarismo designa o longo período político-ideológico da ditadura que dominou Portugal dos anos 20 a 1974. Cf. Meneses (2011).

¹¹ Ao analisar o processo de ingresso de Portugal à Comunidade Econômica Europeia a partir de 1º/01/1986, Fernando Medeiros, da Universidade Paris X e do ICS, escreve: “O balanço do processo de integração de Portugal na CEE permite fazer um apanhado geral dos problemas que as disparidades de desenvolvimento econômico e social colocam à construção europeia, designadamente aqueles que se prendem com os desfasamentos entre integração econômica e unificação política. A questão do dumping social, por exemplo, surge quando a sua prática é erigida num dado país como um instrumento privilegiado da concorrência econômica, e o facto é que Portugal ainda não conseguiu esbater essa imagem depreciativa nos países mais avançados da Comunidade. Sem dúvida, essas acusações denegam uma realidade mais matizada, mas a grande tolerância da sociedade portuguesa para certas práticas, nem sempre ilegais, que constituem verdadeiros atentados aos valores sociais dos países europeus mais desenvolvidos, continua a fornecer matéria para alimentar essa suspeição”. [Foi mantida a grafia original]. As “práticas” a que o autor se refere certamente contemplam o “racismo sutil”, recentemente denunciado por organismos de avaliação internacionais.

¹² “Do fato de serem as contabilidades nacionais globalizadas – e globalizantes! -, a grande ironia é que se passa a considerar como nação ativa aquela que obedece cegamente ao desígnio globalitário, enquanto o resto acaba por constituir, desse ponto de vista, a nação passiva. A fazer valer tais postulados, a nação ativa seria a daqueles que aceitam, pregam e conduzem uma modernização que dá preeminência aos ajustes que interessam ao dinheiro, enquanto a nação passiva seria formada por tudo o mais” (Santos, 2001: 156). Para o autor, o que devemos considerar é o contrário: a nação chamada passiva seria, de fato, a nação ativa.

dos que, de baixo, combatem o morticínio perpetrado, pode oferecer respostas a esse abismo banhado em sangue.

O esforço de empreender uma reflexão simétrica entre o Brasil, país que por quase quatro séculos recebeu mais de 75% do comércio de africanos escravizados no mundo, e Portugal, cujos próceres controlaram e quase monopolizaram tal comércio, poderia ser útil à compreensão do fenômeno nos dias atuais.¹³

RACISMO, BASE IDEOLÓGICA DO GENOCÍDIO NEGRO

Afirmamos ser o racismo a base ideológica que estrutura aquilo que, a exemplo de Abdias do Nascimento (1978), entendemos como o genocídio da população negra na epistemologia etnocêntrica.¹⁴

Dados do Mapa da Violência (2014), que está para além dos registros do Datasus já vistos em páginas anteriores, indicam que no ano de 2012 foram assassinadas no Brasil 56.000 pessoas. O número equivale a mais de 10% do total de assassinatos registrados em todo o planeta naquele

ano – incluindo regiões conflagradas em guerra (UNODC, 2013: 17).¹⁵

Faz-se necessário o investimento numa investigação de caráter transversal. Que não pretenda debruçar-se sobre o número global de mortes no Brasil, a sétima ou oitava economia mais rica do planeta, segundo o Banco Mundial. Que tenha por fim a produção de um diagnóstico interdisciplinar sobre a incidência dos homicídios sobre o estrato específico da população. Diagnóstico advindo das trocas de saberes entre a academia e grupos sociais de combate às violências do racismo.

Pode-se falar em racismo porque, de acordo com documentos oficiais, é alta a parcela das vítimas, entre 15 e 29 anos de idade, identificada como negro-mestiça (pretos+pardos) ou negra.¹⁶ Os índices das ocorrências do fenômeno variam de lugar para lugar, mesmo no Brasil. Contudo, a Bahia é o Estado da federação no qual a juventude negra é o estrato mais vulnerável da população.

¹³ Caldeira (2013) nos informa que entre o final do século XVIII e a primeira metade do XIX o Brasil foi o destino de 95% dos escravizados transportados da África.

¹⁴ Em *O genocídio do negro brasileiro* (1978), Abdias do Nascimento denuncia o duplo caráter desse fenômeno no Brasil, segundo o autor materializado no processo de miscigenação e na imposição do paradigma da cultura eurocêntrica, tendo por resultado o extermínio físico e cultural do grupo subalternizado.

¹⁵ Global Study on Homicide, Unodc, 2013.

¹⁶ Do total de 196,9 milhões de brasileiros, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 52,3% são pretos e pardos, aqui em nosso estudo tomados por negros. Ver PNAD, 2012.

Com mais de 14 milhões de habitantes a Bahia é, das 27 unidades federativas do Brasil, aquela cuja população majoritariamente se autoidentifica como não-branca. É de quase 80% o índice dos que se autodeclararam pretos e pardos.¹⁷

E é o Estado que, superado apenas por Paraíba¹⁸, detém o segundo maior índice de homicídios registrados no país na última década.

Os dados globais apontam para a estabilização da taxa de assassinatos registrados nos últimos anos no Brasil, que ainda permanece alarmantemente alta. Mas enquanto em outros Estados a mortalidade violenta, especificamente homicídios, vem diminuindo, na Bahia entre 2007 e 2011 cresceu em 75%!¹⁹

Entre 2001 e 2011 houve um crescimento de 245,2% no número total de homicídios registrados na Bahia²⁰, o que torna esse o Estado mais perigoso para se viver no Brasil, cujo percentual de aumento populacional na mesma década foi de 8,9%.

¹⁷ Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 2010.

¹⁸ Paraíba, um dos nove Estados da região Nordeste – demograficamente a mais densa e economicamente a mais empobrecida – conta com cerca de 3,8 milhões de habitantes, 63.3% não-brancos, pretos e pardos (mas como já dissemos, a maioria dos pardos é cafuza).

¹⁹ Global Study on Homicide, id., ibid. No mesmo período, na Paraíba a taxa cresceu 150%.

²⁰ Mapa da Violência (2013).

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **MAPA DA VIOLÊNCIA**, 2013. Brasília: 2013.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **MAPA DA VIOLÊNCIA**, 2014. Brasília: 2014.

CALDEIRA, A. M. **Escravos e traficantes no império português** – o comércio negreiro português no Atlântico durante os séculos XV a XIX. Lisboa: Ed. A Esfera dos Livros, 2013.

CARNEIRO, S. "**Epistemicídio**". Disponível em: <http://www.geledes.org.br/epistemicidio#axzz3HPi97tMi>. Acesso em: 30 set. 2014.

GOBINEAU, A. de. **Ensayo sobre la desigualdad de las razas humanas**. Barcelona: Ed. Apolo, 1937.

GOBINEAU, A. "L'émigration au Brésil". In **Le Correspondant**, t.96, 25/7/1874.

GOVERNO Federal. **Vozes da nova classe média**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2013.

LIMA, Cristiane do S. L. "Violência e consolidação democrática do estado brasileiro: um estudo sociológico sobre o processo de trabalho policial militar no Brasil (1985-2007)". **E-cadernos CES**, 02, 2008 [<http://eces.revues.org/1278>], acessado em 6 jan. 2015.

MEDEIROS, F. "A formação do espaço social português: entre a 'sociedade-providência' e uma CEE providencial". **Análise Social**, Lisboa, v. 27. p.118-119, 1992.

MENESES, F. R. **Salazar** – biografia definitiva. São Paulo: Leya Brasil, 2011.

MILLS, C. W. **The Racial Contract**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1997.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

POMBO, O.; LEVY; e GUIMARÃES. **A interdisciplinaridade: Reflexão e experiência**. Lisboa: ed. Texto, 2. ed., 1994.

SAID, E. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade** (9ª ed.). Coimbra: Almedina, 2013.

SANTOS, B. de S. e MENESES, M.P. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade de Salvador**. 2. ed. São Paulo/ Salvador: Edusp-EDUFBA, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, T. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

UNITED NATIONS. **Report of the Working Group of Experts on People of African Descent on its eleventh session/ Mission to Portugal**. General Assembly, 13 August, 2012.

UNODC. **Global Study on Homicide 2013**. Viena: 2014.

VARJÃO, Suzana. **Micropoderes, macroviolências**. Salvador: EDUFBA, 2008.

WASELFISZ, J.J. **Homicídios e juventude no Brasil** - Mapa da Violência 2013. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2013.

ZAVERUCHA, J. FHC, **Forças Armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia**. Rio de Janeiro, Record, 2005.

SITES

Campanha Reaja: <http://reajanasruas.blogspot.pt/>

Plataforma Gueto: <http://plataformagueto.wordpress.com/2012/01/13/plataforma-gueto/>

S.O.S. Racismo: <http://www.sosracismo.pt/>

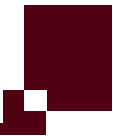
Mapa da Violência: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=148&Itemid=235

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: ELEMENTOS DE UMA DIALÉTICA E DIALÓGICA DO FRACASSO – CAUSAS POSSÍVEIS, CORREÇÕES NECESSÁRIAS, DESAFIOS INEVITÁVEIS

SOLIDARITY ECONOMY IN BRAZIL: ELEMENTS OF A DIALECTIC AND DIALOGIC OF FAILURE – POSSIBLE CAUSES, NECESSARY CORRECTIONS, UNAVOIDABLE CHALLENGES

Edson Marques Oliveira²



RESUMO

Realiza-se um estudo de caso sobre economia solidária entre Brasil e Portugal, tendo como ponto de partida uma experiência prática de incubação de tecnologias sociais e empreendimentos, na Unioeste, Paraná Brasil e Universidade de Coimbra, em Portugal. Ao estudar as causas do fracasso, identificou-se princípio e conceito da dialética e da dialógica do fracasso, e considerou-se esse momento como oportunidade de aprendizagem e não de derrota. Os principais resultados

apontam que os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade são afetados pelos processos de individualização gerados pela lógica do hiperconsumo, desequilíbrio entre competição e cooperação, distorção da ética da autenticidade, processo acentuado de satisfações pessoais, acima das realizações e necessidades coletivas, os quais comprometem a cooperação e a solidariedade numa perspectiva emancipatória, gerando assim um paradoxo da cooperação e seu enfraquecimento e fragilizando o sentido de solidariedade no contexto contraditório da sociedade do consumo, impondo a

¹ Professor associado, graduação e pós-graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná curso de Serviço Social, Pós-doutor pela CES/UC/POSTRAD e Pós-doutorando pelo PPGAADM/UFPR, Doutor em Serviço Social pela Unesp, Franca-SP. Coordenador do Programa de Extensão Casulo Sócio-Tecnológico. Membro do Gepec/Unioeste. Apoio CAPES Bolsa Estágio Sênior Processo BEX 9449/13-2. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7211302835649885>.

necessidades de correções necessárias e confrontos inevitáveis.

Palavras-chave: Economia social; Política social; Fracasso; Dialética e dialógica; Economia solidária.

ABSTRACT

A case study on solidarity economy between Brazil and Portugal is carried out, starting from a practical experience of incubation of social technologies and enterprises, in Uniãoeste, Paraná Brazil and University of Coimbra, Portugal. In studying the causes of failure, we identified the principle and concept of the dialectic and the dialogic of failure, and considered this moment as an opportunity for learning rather than defeat. The main results indicate that the principles of self-management, cooperation and solidarity are affected by the processes of individualization generated by the logic of hyperconsumption, an imbalance between competition and cooperation, distortion of the ethics of authenticity, accentuated process of personal satisfaction, above collective accomplishments and needs, which compromise cooperation and solidarity in an emancipatory perspective, thus generating a paradox of cooperation and its weakening and weakening the sense of solidarity in the contradictory context of the consumer society, imposing the necessities of necessary corrections and inevitable confrontations.

Keywords: Social economy; Social policy; Failure; Dialectic and dialogical; Solidarity economy.

INTRODUÇÃO

O tema economia solidária recebe na atualidade uma atenção redobrada, seja pelo volume da produção teórica sobre o tema, bem como, das práticas e experimentos. A primeira observação a ser feita, para melhor clareza da reflexão que procuramos apresentar, é que ao falar em economia solidária, não há um marco conceitual definido, mas sim, uma miríade de conceitos e expressões, ou seja, ao falar de economia solidária, observa-se ações no campo da produção, dos serviços, das finanças, da gestão organizacional, das relações sociais e políticas, de ideologias, valores subjacentes a sua formulação teórica como ação prática, questões de gênero, religião, entre outros tantos.

Nesse sentido, o presente trabalho apresenta parte dos dados de um estudo de pós-doutoramento junto ao CES/ Universidade de Coimbra, em 2014 cujo objetivo maior seria analisar questão da economia solidária no Brasil e em Portugal. Trata-se de estudo de caso não comparativo, visto que as diferenças históricas dos dois países são brutais, bem como, as configurações dos problemas, mas se caracteriza, sim por ser um estudo comparado, ou seja, como está sendo o enfrentamento de problemas similares, como desemprego, pobreza, desigualdade e necessidade de gerar alternativas a esse enfrentamento, leva a constatação de ações diversas, entre elas da economia social em Portugal e a economia solidária no Brasil.

Como sinalizado, na economia solidária nota-se uma polissemia de entendimentos, a primeira constatação é que no Brasil o uso mais recorrente é do termo economia solidária e em Portugal,

o termo mais usual é economia social. Da mesma forma, existe a configuração da política de ambos seguindo seus respectivos modelos, no caso do Brasil, o órgão organizador é a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) ligada ao Ministério do Trabalho desde 2003, sendo que está em andamento a confecção de uma lei para sua normatização, mas já existem leis de economia solidária em vários municípios, no site Saúde Ecosol, existe uma coletânea dessas leis². Existe uma estrutura organizativa da economia solidária, constituída de instâncias da política pública a partir da SENAES e do Conselho Nacional de Economia Solidária, Rede de Gestores Públicos, Fóruns: Nacional, Estaduais e Locais, e dos Empreendimento Econômicos Solidários (EES) e as organizações de apoio (universidades, movimentos sociais, Igrejas, Ongs, OSCIPS, Fundações e Incubadoras).

Em linhas gerais, e junto ao órgão oficial representativo da economia solidária no Brasil, o entendimento sobre a mesma pode ser expresso da seguinte forma:

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da

inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário” (<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>).

Em Portugal, seguindo a direção da União Europeia, e o modelo da economia social, existe uma organização mista que coordena as ações e articulação das organizações da economia social, que assume papel renovado a partir de 2008, a CASES (Cooperativa António Sergio do setor cooperativo) é uma cooperativa de interesse público que agrega todas as organizações que compõem o setor da Economia Social, a saber: Associações Mutualistas, Misericórdias, fundações, instituições particulares de solidariedade social, associações com fins altruístas, entidades comunitárias e as empresas sociais. Em 2011 em Portugal, foi criado o Conselho Nacional de Economia Social (CNES), que tem uma função consultiva para o Primeiro ministro. Em 2013 foi publicada a Lei de Bases da Economia Social (LBES), Nesse mesmo ano, é lançado um documento oficial estatístico sobre o impacto da Economia Social. O referido documento denominado de “Conta Satélite da Economia Soliária” edição e a CASES, onde vemos que dados consolidados

⁶ <http://saudeecosol.org/biblioteca/biblioteca-de-leis-da-ecosol>.

de 2010 (www.inep.pt) mostram que a Economia Social, representou 2,8% do VAB (Valor Acrescentado Bruto) nacional, 4,7% do emprego total e 5,5% do emprego remunerado. Sendo que nesse setor existe a integração de cerca de 55 mil organizações atuando em vários campos, sendo que esses órgãos oficiais (INE e CASES) em Portugal, tem como base técnica o entendimento de Economia Social, o Relatório “The Social Economy in the European Union” no qual apresenta-se a seguinte definição de Economia Social:

Conjunto de empresas privadas, organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros através do mercado, produzindo bens e serviços, assegurando o financiamento, onde o processo de tomada de decisão e distribuição de benefícios ou excedentes pelos membros não estão diretamente ligados ao capital ou quotas de cada um, correspondendo a cada membro um voto. A Economia Social agrupa também as entidades privadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, que produzem serviços não mercantis para as famílias e cujos excedentes, quando existem, não podem ser apropriados pelos agentes econômicos que os criam, controla ou financiam.

Da mesma forma, nota-se que a produção científica e técnica segue tal proposição, (NAMORADO, 2014; SOARES, 2010) bem como, os cursos de formação e especialização profissional, como é o caso do curso de especialização da FEUC (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra) e de outros com tal formação. Percebemos que existe um esforço em disseminar o conceito de Economia

Solidária em Portugal, apesar de que é nítida a predominância da abordagem da economia social, apesar e a exemplo dos esforços do CES (Centro de Estudos Sociais) como por exemplo, a criação do Ecosol – Núcleo de Economia Solidária (<http://ecosol.ces.uc.pt>), um número temático da Revista Crítica de Ciências Sociais, número 84, sobre Economia Solidária (<http://rccs.revues.org/378>) e um livro que dá ênfase a questão teórica e epistemológica da economia solidária (HESPANHA; SANTOS, 2011) além de outras publicações, encontramos sobre economia solidária em Portugal (VALENTIN, 2012).

Notamos também que tem surgido a utilização do termo, economia social e solidária, sugerindo o entendimento de que o conceito de economia solidária seria um avanço atual da economia social (MONTEIRO, 2004) sendo que economia social tem um forte apelo “conservador” e economia solidária, um apelo mais “revolucionário”.

Respeitando as diretrizes do evento para o qual o presente trabalho foi elaborado, vamos apresentar com maior evidência os dados referentes ao Brasil, fazendo eventualmente e quando conveniente, menção e referencia ao estudo comparado com Portugal.

Nesse sentido, constatou-se que no Brasil, o entendimento sobre economia solidária, segue vários pontos e nuances, sendo que os estudos de revisão bibliográfica, tanto teóricos e empíricos, apontam uma diversidade de entendimentos, mas é possível destacar duas direções básicas e nítidas. A primeira com um bloco de autores que são nitidamente, contrários e outros favoráveis, como podemos ver no quadro 01.

Favoráveis (defensores)		Contrários (críticos)	
Autores	Pontos defesa	Autores	Pontos de critica
Singer (2000)	Superação e contraposição do capitalismo	Quijano (2002)	Não acredita na ação emancipadora, amplia a ação para outras esferas da vida.
França Filho (2002)	Fenômeno plural	Vainer (2000)	Utopia experimental
Gaiger (2003)	Fenômeno emancipatório de produção e relações sociais.	Menezes (2007)	Projeto que favorece ao sistema capitalista e desarticulação a classe trabalhadora
Santana Júnior (2007)	Expressão renovado dos libertários operários e movimento social	Wellen (2008)	Precarização do trabalho.
Caraggio (2002)	Projeto Político	Bonfim (2001)	Uma ação paliativa face aos grandes problemas do capitalismo moderno
Tiriba (2008)	Movimento Social	Bertucci (2010)	Paradoxo entre o real e ideal no enfrentamento dos problemas do capitalismo.

Quadro 01 - Autores favoráveis e contra (críticos) da economia solidária.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Pinheiro, 2013; Calbino; Paula, 2013.

E dentro do grupo dos favoráveis e defensores, apontam a economia em múltiplas direções e conectando com uma multiplicidade de temas transversais, onde é possível destacar os seguintes eixos principais conforme se pode notar no quadro 2.

Eixos	Autores	Observações
Ideológico e político	Singer (2002), Taville, 2002, Arruda, 2002	Estratégia que pode superar o sistema capitalista e que em sua origem nos movimentos operários revolucionários do século XIX.
Ação Plural	França Filho, 2002, 2007; Gaiger, 2003	Fenômeno social plural que tem potencial emancipatório e forte capacidade de interação social.
Movimento social	Tiriba, 2008; Albuquerque 2003; Santana Junior, 2002	Movimento social de reordenação produtiva e representação da classe trabalhadora.
Tecnologia social e forma alternativa de gestão social	Vanda e Bocayuva, 2009 Mello e Mello, 2010	A economia solidária como produtora de novas tecnologias sociais como forma de inserção na economia convencional
Gênero e novas relações sociais no trabalho	Carolina e Toledo, 2010 Costa, 2011	A nova economia é expressão por novas relações onde a questão de gênero é central
Terceiro Setor e Empreendedorismo Social	Defoumy, 1999 Guitierrez, 1998 França Filho e Laville, 2004	As organizações para o campo social na economia são plurais e diversificadas, podendo ser uma cooperativa ou uma ONG.

Quadro 02 - Eixos de entendimento sobre Economia Solidária.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de várias fontes.

Outro ponto a ser destaque, quanto a miríade de entendimentos quanto a economia solidária, são outras expressões, ou proposições que destacam o econômico com o social, mas de forma epistêmica e etnológica diferenciadas, como é possível ver no quadro 3.

Essa diversidade de temas, autores e perspectivas, mostram que no Brasil é nítido que não existe consenso sobre o que seja economia solidária, muito menos sua plena aceitação. O que para alguns autores, como Bertucci (2010) podem criar barreiras para um formação científica

Expressão	Autores	Observações
Economia Social	França Filho, 2002b Morais, 2009 Andion e Serva, 2006	As múltiplas ações de enfrentamento ao desemprego e pobreza são vistos como formas plurais onde se incluem no arcabouço da economia social.
Economia Informal, Popular e dos setores populares.	Arroyo e Schuch, 2006 Kraychete, 2000	Formas que assumem um tipo de microprojetos individuais de produção e alternativa de transformação dos sujeitos.
Economia do Trabalho	Coraggio, 2002	Considera os microempreendedores, e os espaços domésticos como expressões desse tipo de economia
Socioeconomia solidária	Arruda, 2000 Lisboa, 2005	Por ser uma expressão da democracia participativa, e não burguesa, e desenvolver o bem-viver e desenvolvimento integral do ser humano.
Economia de Comunhão	Martins et.al, 2006 Leite, 2007	Expressão de cunho e lógica religioso, empresas capitalista mais justas, gestão com base na partilha, na ética e no respeito as pessoas envolvidas.
Ecosocioeconomia solidária	Sampaio, 2008	Abrange, além do econômico, as dimensões sociais, ecológicas e ambientais do desenvolvimento humano.

Quadro 03 - Expressões associadas a Economia Solidária

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de várias fontes.

solida, ou como Singer (2002, p. 56), que afirma: “[...] está falta de coesão, pode ser considerada positiva, por ser a Economias Solidária um ato de vontade de construir uma sociedade melhor.” O fato é que existe uma nítida disputa desse conceito e de sua prática, o que torna sua análise cada vez mais complexa e desafiadora. O que é reforçado pela especificidade de suas organizações, com veremos a seguir.

ESPECIFICIDADE DA GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como já sinalizado, na referida pesquisa de pós-doutoramento, estabelecemos como foco o estudo das dimensões do fracasso dos EES, e como dimensão a questão da gestão é a que mais emerge como principal ponto causador. E não é por menos, pois, como destacamos, os EES, independente da miríade de entendimentos que tenham, tem especificidades a serem consideradas.

Por exemplo, uma das maiores autores, Singer (2002b) destaca a questão da autogestão como sendo a principal característica da economia solidária, ou como ele mesmo expressa, a “empresa solidária”, sendo que a principal diferença da empresa capitalista seria a forma de apropriação e distribuição do excedente da produção e segundo, o exercício da democracia nos processos de decisão, alterando assim, as relações e organização do trabalho, e aproximando a ação manual da intelectual, ou seja, entre produção e gestão quebrando

assim a ordem de hierárquica. Denomina a forma de gestão da empresa capitalista de heterogestão e da empresa solidária de autogestão, marcando assim um divisor de águas quanto a natureza de cada tipo de empreendimento. Pelo menos em tese.

Ainda sobre essa marca da economia solidária, a autogestão, Azevedo (2003) destaca algumas características da mesma: i) caráter coletivo das experiências, generalização de relações de trabalho não assalariadas, ii) exercício do controle coletivo do empreendimento (de suas informações, fluxos, rendimentos, etc.) e iii) inserção cidadã das iniciativas, ou seja, respeito ao consumidor, ao meio ambiente, a participação ativa, presença na comunidade, entre outras.

Ampliando essas especificidades, França Filho (2001) ressalta as seguintes peculiaridades dos EES:

- Pluralidade de princípios econômicos;
- Autonomia institucional;
- Democracia dos processos decisórios;
- Sociabilidade comunitária-público e;
- Finalidade multidimensional.

Nesse sentido, pensar a gestão dos EES é pensar necessariamente de forma diferente. Vários autores, defendem essa ideia da necessidade de ter outros parâmetros, tanto de análise como de avaliação dos EES, pois os que existem, são voltados para uma lógica de eficiência funcional, o que é aplicado nas empresas capitalistas convencionais, o que requer uma visão mais ampla, ou como sinaliza

Adion (2010) uma visão mais multidisciplinar, mais substantiva.

Reforçando essa visão e as ampliando a caracterização das especificidades dos EES, Magalhães et alli. (2004, p. 75) destaca uma série de fatores, de maior importância para essa reflexão, com destaque:

1. Gestão de recursos provenientes de fontes distintas – a redistribuição, o mercado e a reciprocidade;
2. Em um momento inicial, essas organizações tendem a se utilizar mais da reciprocidade, particularmente o trabalho sem remuneração;
3. O processo de profissionalização leva a uma diminuição dos recursos da reciprocidade e um aumento daqueles resultantes da interface com o mercado e com o Estado;
4. A oferta, a demanda e o preço são aspectos elaborados coletivamente pelos trabalhadores, usuários e voluntários;
5. O trabalho aparece como fonte de satisfação e engajamento pessoal, contrariamente à visão mecanicista e impessoal de trabalho apresentada pelas teorias tradicionais da administração;
6. O enraizamento na comunidade é produzido na prática, através da participação efetiva da comunidade na organização e de alianças e parcerias com outras organizações locais, o que, por sua vez, permitem uma ação conjunta sobre problemáticas comuns, gerando um forte capital social.

Essas especificidades, foram analisadas em nossa pesquisa verificando uma série de fatores relevantes que a partir dessas evidências, sinalizam outros desafios, que inclusive também vivenciado em Portugal e grande parte da Europa. Um bom exemplo é a crise do sistema cooperativo, onde se constata que as cooperativas em sua grande maioria, já não são mais cooperativas no sentido clássico e histórico do exemplo de Rochandeli, em outros termos, estão mais próximas do modelo empresarial.

Outro ponto é a crise de inserção de mercado, considerando que as organizações estão sujeitas ao processo competitivo, visto que apesar dos apelos ideológicos e históricos do cooperativismo, o fato cru e nu é que as organizações precisam sobreviver nesse cenário. Para essa constatação fizemos um estudo em que nos apoiamos em casos concretos, e também na sistematização bibliográfica sobre estudos de caso da gestão dos EES.

Como já sinalizado, a pesquisa de pós-doutoramento, no CES, deu centralidade no fator gestão dos empreendimentos de economia solidária (EES), sendo que no Brasil havíamos pesquisado cerca de 11 EES e uma Incubadora, e um estudo de caso em profundidade. Isso não foi possível realizar em Portugal, existe poucas Incubadoras, e as poucas que existem não tivemos acesso. Bem como, constatamos uma forte resistência em estudar outros EES, o que restringimos o estudo a um caso em Portugal e um no Brasil. O que foi completado pelo estudo bibliográfico sistematizado de cãs pais e conceito.

Tivemos como estratégia de abordagem, análise a questão do fracasso dos EES a partir de três configurações, a saber: contexto, organização e pessoas.

Essa reflexão, possibilitou várias inferências, entre elas o que estamos destacando no presente texto, a questão do fracasso dos EES ser encarado como um fator dialógico e não dialético. O primeiro entende-se como fim em si mesmo, sem contribuição efetiva, o que leva inclusive certa rejeição em analisar o fracasso, seja de forma consciente ou não, sentimos essa resistência ao longo de nossa investigação.

Já o entendimento como fator dialógico, leva a compreensão do fracasso como um momento e processo de aprendizado, vendo o que não deu certo, ou não está dando certo, e corrigir ou no dizer de Sennett (2009) na perspectiva do artífice, concertar o que não está funcionando.

É com essa perspectiva, dialógica que apresentamos essa reflexão sobre as possíveis dimensões do fracasso dos EES no Brasil, de correções necessárias e dos desafios inevitáveis a serem enfrentados por essa modalidade e temática, tão pulsante de nossos dias. Para tanto, e como já sinalizado, faremos uso de alguns dos dados obtidos na referida pesquisa no pós-doutoramento, como se segue.

SOBRE O CONTEXTO E AS DIMENSÕES DO FRACASSO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLDÁRIA

A questão chave par essa análise, que em si é muito ampla, teve como delimitador temporal o período de 2003 a 2013, perfazendo assim dez anos. No tocante ao Brasil,

esse período coincide com o momento mais profícuo para a economia solidária. É o primeiro mandato do Presidente Lula e da criação de uma serie de organizações que darão vitalidade ao movimento e a política de economia solidária, entre eles a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária SENAES sob a coordenação do Prof. Dr. Paul Singer, que já era na ocasião um referência nacional e internacional sobre o tema.

No tocante ao contexto mais amplo, Europeu, esse período é marcado por forte crise financeira internacional, culminado com maior impacto no ano de 2008, e no caso de Portugal, com forte período de recessão principalmente pela implantação da Troica, plano de reforma da Comunidade Europeia sob a supervisão do Banco Mundial e o FMI, levando a um processo de desmantelamento do sistema de bem estar social, da singularidade gerando desigualdade, pobreza e desemprego.

Esse cenário recebe várias interpretações, por exemplo, Boaventura de Souza Santos, a partir da perspectiva da Epistemologia do Sul, afirma que vivemos um momento em que a Europa que ditou os rumos da história e da vida em sociedade, já esgotou suas possibilidades o que requer um novo paradigma, onde os saberes devem estar interligados (ecologia de saberes) e se deve ampliar e dar visibilidade ao que até então não teve valorização (sociologia das ausências) e criar novas propostas que não sejam ortopédicas, mais vitais ao interesse principalmente das minorias separadas pelo conhecimento abissal e colonizador (sociologia das emergências). É preciso potencializar os saberes populares, sem

desprezar o acadêmico, mas sobre tudo, dar valor a um melhor bem viver valorizando a participação popular, os saberes e novas formas de produção, entre eles, a economia social e solidária.

Essa perspectiva, explica em grande medida o crescimento do tema, bem como, da multiplicação das experiências em economia solidária, ou seja, existe uma emergência de novos saberes, novos experimentos que de fato superem as males historicamente criadas por um sistema que vem se alimentado da desigualdade e desvalorização saber e trabalho humano, principalmente das camadas pobres e excluídas.

Outro autor que sinaliza outras perspectivas explicativas do atual contexto, é Richard Sennet, principalmente em dois trabalhos, que fazem parte de um projeto de três estudos, que o autor denomina de Projeto *Homo Faber*, dando centralidade na reflexão sociológica da relação do ser humano com o pensar e o fazer manual. O primeiro trabalho que dá o suporte para esse pensar, é o *Artífice* (SENNETT, 2009) e na sequência *Juntos* (SENNETT, 2012), sendo que o terceiro ainda está em construção, por tanto não foi publicado. De modo elegante e profundo, o autor resgata a noção e valorização do trabalho manual, onde a relação pensar e ação prática sempre estiveram inseparáveis mas que os impactos da modernização provocaram forte mudanças nessa noção.

Em *Juntos* (SENNETT, 2012), de forma específica, o autor enfatiza a compreensão da cooperação humano como sendo uma habilidade, que é considerada nata do ser humano, mas que no contexto da sociedade moderna, e da nova cultura do

capitalismo sofre um processo de desabilitação. O autor dialoga com outras áreas de saber (psicologia antropologia, filosofia, arte e biologia) e com isso desenha uma reflexão brilhante quanto a capacidade humana de criar, mas também de destruir, mesmo que o discurso seja de construção. O exemplo da cooperação fraca que denota o uso do coletivo para benefícios particulares, que por sua vez gera uma solidariedade fingida. O que em muito temos constado no campo do estudo dos EES, como passamos a apresentar.

DIMENSÕES DO FRACASSO DOS EES, ENTRE O REAL E O IDEAL

Concernente ao estudo do fracasso dos ESS, relacionando, estudo empírico com estudo teórico, observa-se que o fracasso não é só notado quando o EES fecha as portas ou encerra as atividades. O fracasso pode ser notado também em EES que estão na ativa. Então temos dois tipos de fracasso dos EES. O primeiro denominamos de fracasso **objetivo**, e o segundo **fracasso subjetivo**. O primeiro é visível e material e concreto, e é causado, em grande parte por problemas de gestão, seja organizacional, financeiro, político, mas principalmente financeiro e pela falta de fator humano de qualidade (compromissado) e sustentabilidade (MOURA E MEIRE, 2002).

O segundo, fracasso subjetivo, não é tangível, e tem um componente emocional forte, que muitas vezes, não permite perceber o fracasso em si, ou até mesmo em não

aceitar, não acreditar no mesmo, pois está relacionado questões políticas e ideológicas, visto que tanto na produção, como no movimento da Economia Solidária no Brasil, a predominância é de ver a mesma como possibilidade de superação do capitalismo e movimento social revolucionário (SANTANA JÚNIOR, 2007, SINGER, 2002, TAUILE, 2002, ARRUDA, 2000).

Numa primeira sistematização do cruzamento dos estudos de meta-análise bibliográfica sistematizada sobre gestão e as dimensões possíveis do fracasso dos EES (OLIVEIRA, 2014), onde foram analisados uma amostra de mais de 107 artigos, sendo que 42% são de fontes de artigos de periódicos, 31% artigos de eventos científicos, 13% de teses de doutoramento, 10% de dissertações de mestrado, 2% de Trabalhos de Conclusão de curso.

E a partir das dimensões, sugeridas pelos especialistas e sinalizando

anteriormente, (ANDION, 1998, MOURA E MEIRA, 2002, FRANÇA E FILHO, 2004, FRANÇA E FILHO, 2002B, FRANÇA E FILHO, 2007, PINHEIRO, 2014) para uma análise mais específica de gestão dos EES, e que se difere da gestão tradicional, que podem ser expressar nas seguintes dimensões: social, econômico, político e técnico. A partir dessa diretriz, elaboramos uma planilha com foi elaborado oito indicadores e três variáveis de medição de identificação desses indicadores nos referidos artigos, sendo que essas variáveis foram: 0 quando não apresenta nenhum indicador, 1 = quando apresenta pelo menos um indicador, e 2 = quando apresenta todos os indicadores. Para cada trabalho/artigo, foi elaborado uma planilha de avaliação o que permite analisar os resultados dessa primeira etapa, como é possível ser observado no Quadro 04.

Indicadores	0	1	2
Social 1: Apresenta dados e informações que sinalizem os impactos e resultados de satisfação dos participantes	64	33	1
Social 2: Apresenta e indicado alterações que motivam as pessoas	66	31	1
Economico 3: Mostram e identificam elementos de valorização do trabalho.	69	27	2
Economico 4: Mostram e edificam elementos de valoriza humana acima da relação econômica/capital.	72	26	0
Politico 5: Mostra elementos que identifiquem os elementos de participação.	66	30	2
Politico 6: . Apresenta elementos que identifiquem o equilíbrio nas decisões	62	33	2
Técnico 7: Mostra elementos de medição e resultados precisos da produção e organização do trabalho, diferente do convencional.	67	30	3
Técnico 8: Apresenta elementos de estruturais diferentes das organizações convencionais.	70	25	2

Quadro 04 - Indicadores de gestão dos EES

Fonte: Elaborador pelo autor durante pesquisa pós-doutorado em 2014, no CES Universidade de Coimbra. (legenda: 0 = nenhum, 1 = parcial, 2 = total.

Como se pode observar, alguns dados são reveladores, principalmente quanto ao segundo tipo de fracasso, o subjetivo. Pois, nos principais indicadores que são a essência da Economia Solidária, as várias de não apresentação de elementos tem maiores índices de pontuação, principalmente nos indicadores 4 com 72%, 5 com 66% e 8 com 70% , sendo que os respectivos indicadores tem uma pontuação baixa em parcial e total.

Essas evidências apontam para uma baixa constatação dos estudos dos elementos que são vitais a manutenção dos EES dentro dos conceitos estabelecidos pelos autores que vem construindo a teoria da Economia Solidária. É importante ressaltar que a análise aqui não é feita com os parâmetros de gestão convencionais, mas específicos da Economia Solidária como sugerido pelos especialistas, mesmo assim, nota-se as limitações tácitas e a distância entre o que se diz (idealiza) e o que se faz (realidade).

E mais importante, essa metodologia da sistematização e da meta análise, correlacionado aos estudos de caso, corroboram efetivamente com os dados empíricos, mas de modo a ampliar o escopo de análise a partir de outros estudos de caso. Mostrando assim, que esses dados são confiáveis e são evidências de uma realidade tangível e factível da relação dos estudos sobre gestão dos EES.

Essas evidências mostram também que existe uma relação direta desses resultados com dois elementos fundamentais, que estão relacionadas diretamente ao imaginário social, dos militantes como dos trabalhadores. Por imaginário social, entendemos como Taylor (2004, p. 31), como:

[...] algo de muito mais vasto e profundo do que os esquemas intelectuais que as pessoas podem acoitar, quando pensam, de forma desinteressada, acerca da realidade social. Estou a pensar sobretudo nos modos como imaginam a sua existência social, como se acomodam umas às outras, como as coisas se passam ente elas e SOS seu congêneres, as expectativas que normalmente se enfrentam, as noções e as imagens normativas mais profundas que subjazem a tais expectativas.

O primeiro grupo, os militantes, absorve as ideias ditas revolucionárias e procura disseminar junto a população participante, já o segundo grupo, dos trabalhadores, por sua vez, sofrem a influência não só dessa relação, tanto imposta pelos militantes inseridos no governo que agem através das ações de política, como dos militantes que atuam nas organizações de apoio e nos fóruns.

No quadro abaixo ilustramos nesse sentido, o que temos percebido, empiricamente, com nos estudos em que se foca a questão do fracasso, tanto objetivo (fechamento do empreendimento) como fracasso subjetivo (quando os ideias não são vividos na prática). Defendendo assim, que uma das possibilidades de dimensões do fracasso seja a diferença desse imaginário social.

Militantes	Trabalhadores
Possibilidade de combate ao capitalismo	Possibilidade de trabalho e renda
Estratégia revolucionária	Estratégia de sobrevivência
Projeto ideológico	Projeto de sobrevivência

Quadro 05 - Imaginário social, militantes e trabalhadores.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados pesquisados CES 2014.

Os dados do Quadro 01, e 02, mostram que existe na atualidade uma distância entre o que se propõe e idealiza em relação a performance real dos EES, no cotidiano, mesmo e principalmente considerando os parâmetros específicos, como a questão da autogestão, pois muitos elementos são apontados como limitadores da atuação dos EES, a começar pela dinâmica de mercado, que inevitavelmente deve ser enfrentado pelos EES. Pois, mesmo que se pense de forma diferenciada, esses EES estarão sempre inseridos em um contexto em que a dinâmica da competição, e se deparando com aspectos do individualismo e da sobrevivência, aliada a cultura e impactos da massificação do consumo. Estratégia essa usada até por governos ditos progressistas.

Uma das dimensões mais complexas, e por que não dizer paradoxal, é a constatação de que, ao mesmo tempo em que cresce o número dos EES, os mesmos estão eivados com a predominância de uma cultura da individualidade, da necessidade de sobrevivência imediata, e do desejo de acomodação (tranquilidade, segurança, garantias, conforto) e falta de profissionalismo principalmente quanto ao processo de gestão, e de EES em que os resultados são variáveis, insuficientes, e requerem

maior compromisso e comprometimento, levando muitos trabalhadores a buscarem outras alternativas, e formas de sustento.

Como mostra estudos como de Moura e Meire (2002) em que se constata como maior desafio da gestão dos EES a relação entre o pensar e o agir, ou seja: “[...] um primeiro desafio da gestão dos empreendimentos solidários; o aprendizado da gestão coletiva e a quebra do distanciamento entre produção e gestão.”

Em outros termos, a essência da proposta da Economia Solidária, que seria a autogestão, marcada pela cooperação espontânea, comprometida, descentralizada, democrática sem hierarquia, participativa e uma solidariedade efetiva, materializada no compromisso, na reciprocidade, não está ocorrendo, e encontra enormes problemas, culturais, técnicos e comportamentais.

Os problemas Culturais são amplos, e não caberia aqui aprofundá-los, mas pelo menos, sinalizar, como são colocamos por vários autores, como Sennett (2006), em relação a nova cultura do capitalismo, onde se observa um processo de fragmentação dos poderes políticos governamentais bem como da própria vida das

peças, onde valores e prioridades são afetadas, principalmente, pela alteração da noção de tempo, dos rompimentos dos laços sociais, onde o viver está centrado no imediato, sem vislumbrar e pensar num futuro distante, cada um voltado para si, sem uma visão de bem-comum.

Ou ainda com restam os autores, Lipovetsky e Serroy (2010) que tratam da ideia de que vivemos um momento denominado de “cultura mundo”, onde os processos de globalização e mundialização assumem impactos viscerais em nossos dias. Entre eles destaca-se o processo de desorientação generalizada:

De forma mais generalizada ainda, o dinheiro-todo poderoso, o consumismo desenfreado e o universo superficial do entretenimento surgem como forças que arruinam os mais elevados valores morais: individualismo que se transforma em egoísmo cúvido, refúgio em si mesmo que anuncia o fim da solidariedade e da fraternidade, violência que se manifesta, tanto nas explorações do terrorismo, como na banalização da delinquência e da criminalidade, democracia sem paixão pela cidadania, mercado que tudo governa, direitos humanos desrespeitados (p. 29).

Isso em grande escala e medida, também e principalmente, atinge os vários atores da Economia Solidária. Por um lado os limitantes e idealistas, muitos vindos de uma caminhada seria e bem intencionados, de movimentos sociais, sindicatos e com base nos princípios revolucionários, viram a partir de 2002, no primeiro governo do Presidente Lula, a possibilidade de efetivação de um projeto revolucionário, o que se intensificou em 2003 com a criação da

Secretaria Nacional de Economia Solidária e o apoio e incentivo financeiro para capacitação e desenvolvimento de ações de âmbito nacional.

Reforçando essa constatação, que apesar de todo esforço militante e governamental, enfrenta na prática uma série de problemas quanto a implantação dessa lógica, como mostra estudos como de Onuma, Mafra e Morena (2012, p. 78) que ao investigar a questão da autogestão, a partir da visão de quem historicamente tem disseminado essa ideia, ou seja, representantes da UNITRABALHO, ANTAG e UNISOL, existem grandes barreiras, ou seja:

As diferentes percepções dos especialistas acerca dos desafios à prática da autogestão mostram que, mesmo para pessoas que se dedicam diariamente a fomentar a criação de novos empreendimentos solidários ou a prestar assessoria a organizações desse tipo, a autogestão ainda gera incertezas, uma vez que parece caminhar na contramão do que preconiza a teoria administrativa corrente. Essas incertezas quanto à aplicação da autogestão plena na prática se refletem em seu campo teórico, que a coloca ora como instrumento de modificação social, ora como aprimoramento do sistema vigente, nova concepção de trabalho ou, ainda, como nova forma de gestão.

As autoras ainda ressaltam que os estudos sobre autogestão ainda não observam o quanto disciplinas como a própria administração, reforça a questão da divisão entre quem faz e quem pensa, luta essa de grande mota para com a prática efetiva, pois vários estudos, honestos sobre autogestão, sempre apontam a dificuldade dos

trabalhadores exercerem a autogestão, como preconizado idealmente, ou seja:

Isso significa que as pessoas que têm estudado as organizações autogestionárias têm deixado de pensar nos importantes processos que os trabalhadores e trabalhadoras desses empreendimentos têm realizado no sentido da superação **de um preconceito** que a própria área da Administração ajuda a fomentar: a ideia de que **existem pessoas aptas a pensar** e decidir dentro das organizações e **outras que só são capazes de executar** metodicamente trabalhos não intelectuais.”(ONUMA, MAFRA E MORENA, 2012, p. 79) [grifo nosso].

Mas acreditamos que a questão não é taxar essa questão como preconceito. É preciso verificar que na prática, nem todo mundo quer liderar, quer estar à frente, assim como, nem todo mundo quer ser empreendedor, quer ser dono do empreendimento. Isso muitas vezes é interpretado como acomodação indolente, ou seja, preguiça. Ou até, como reflexo da lógica e cultura capitalista de comando hierárquico. Mas acreditamos que na verdade seja uma acomodação, mas não indolente, mas acomodação, como a melhor forma e conforto de levar a vida, em outros termos, nem todo mundo quer estar a frente de tudo, nem muito menos, ser revolucionários.

De igual forma, o fato de se disseminar a autogestão não significa que isso fará com que seja transformado o ambiente de trabalho, como mostra o estudo de Vilela, Carvalho Neto e Lopes (2008) onde se verifica que as lideranças de cooperativas, ditas solidárias, se mostram mais

autoritárias do que líderes de empresas capitalistas convencionais.

[...] dirigentes de cooperativas [...] têm um perfil mais autoritário de atuação, talvez justificada pela forma de escolha, nesse caso, se orienta primordialmente pelas questões políticas em detrimento, ou secundarizando as meritocracias, que ocorrem com mais frequência em empresas privadas.

Isso em grande parte explica por que os quadros de lideranças em cooperativas tem dificuldade de serem renovados. A anciã de impor uma ideologia e o vácuo no espaço por parte dos outros trabalhadores que não querem assumir a liderança. Tal constatação, afeta os conceitos básicos da autogestão, tais como comprometimento com os interesses coletivos e a lealdade, o que em estudos empíricos, como de Simioni et al. (2009) mostram que na prática a questão não se materializa conforme o ideal preconizado pelos estudos teóricos, ou seja:

[...] enquanto o **foco dos dirigentes** pretende uma modelação no comportamento do cooperado, no caso destes o foco é a modelação da cooperativa de acordo com os **interesses individuais**. Novamente é perceptível a questão do **oportunismo nas duas esferas**, dos dirigentes e dos cooperados, visto que a lealdade está condicionada à **manutenção do status quo de cada um, relegando os valores cooperativistas de igualdade, coletividade e solidariedade a um segundo plano**. (p. 759) [grifo nosso]

O que se percebe é que não há espontaneidade, de ambas as partes. Tanto de

quem lidera e principalmente de quem está vinculado a algum movimento político, ideológico e até partidário, onde deve impor ao grupo a ideia que defende, e dos trabalhadores, que por varias razões, nem sempre querem de fato assumirem qualquer postura, seja ela revolucionária, seja ela funcional, prevalecendo na realidade a manutenção a vida, do ganho particular, ou ainda de enviesar e/ou distorcer a questão de autogestão como forma absoluta de gestão solidária, como mostra o estudo de Pauli, Bender e Zanella (2013) sobre o perfil de liderança em EES, onde se contata, entre outras coisas:

Em geral, os entrevistados consideram qualquer ordem da por um gestor como algo condenável, necessitando pedir opinião de todos para tudo [...] Em relação ao aspecto da gestão, as lideranças apresentam muitas dificuldade em associar habilidade de gestão administrativa e financeira com os princípios da autogestão (p. 101).

POR QUE REPENSAR A COOPERAÇÃO, SOLIDARIEDADE E TRABALHO COLETIVO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA?

Para pensar esse tópico, podemos fazer outra inferência junto aos resultados parcialmente apresentados anteriormente, sobre as dimensões do fracasso dos EES, é da constatação de um tipo de luto ideológico. Essa ideia surgiu com a constatação acima sinalizada, com a convivência de mais de 20 anos no campo social e da leitura da obra de Slavoj Zizek,

“Viver no fim dos tempos (ZIZEK, 2011) onde o autor faz uma serie de análises sobre a questão do saudosismo socialista comunista do Leste europeu, e da recusa da atual sociedade em aceitar que vivemos tempos apocalípticos sob o manto do liberalismo consumista e individualista. Cita e utiliza a teoria da psicóloga suíça, Elisabeth Kübler-Ross das cinco fases do luto para tratar dessa nostalgia ideológica. Entendendo que luto, não se restringe a perda de um ente querido, mas a qualquer tipo de perda. Mas o principal comportamento que identifica processo de luto, é negar desesperadamente esse processo, seguido de outros quatro comportamentos, como ressalta Zizek (2011, p. 14):

[...] **negação** (nos simplesmente nos recusamos a aceitar o fato: Isto não pode estar acontecendo, não comigo); **raiva** (que explode quando não podemos mais negar o fato: “ Como isto foi acontecer comigo?); **barganha** (esperança de poder adiar ou diminuir o fato: “ Deixe-me viver até meus filhos se formarem”); **depressão** (desinvestimento lobidinal: Vou morrer, então por que me preocupar?); e **aceitação** (Já que não posso lutar, e melhor me preparar.) [...]. [grifo nosso]

Segundo Zizek, que também é psicanalista, as pessoas necessariamente não vivem todas as fases e nem necessariamente nessa mesma sequencia. O fato que queremos ilustrar com essa proposição, é que os dados, tanto empíricos, vivenciais e estudos teóricos sistematizados, mostram que existe sim uma dissonância quanto o que se produz teoricamente, e o que de fato tem sido desenvolvido no campo da economia solidária no Brasil.

Em outros termos, militantes/governos e intelectuais que advogam uma ideologia revolucionária, com base nas experiências do século 19, impõem a uma população que tem um imaginário social oposto, ou seja, eivado de uma cultura onde esses elementos do coletivo, da militância revolucionária, e da solidariedade de cima para baixo, e da ditadura do coletivo, e negação da individualidade, não tem mais espaço e nem aderência por parte da população em geral, e de grande parte dos trabalhadores dos EES em específico. Como temos constatado em nossas experiências. No quadro 06, apresentado no tópico anterior, apresentamos essa diferença entre os atores principais e a diferença de imaginário social. Abaixo, no quadro 7 repetimos o mesmo, só que acrescentando os desdobramentos desse processo, face ao que estamos argumentando quanto a do porque da necessidade de repensar as questões de cooperação, solidariedade e trabalho coletivo.

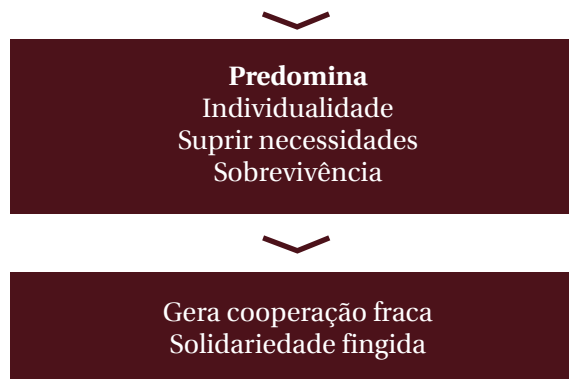
O que de fato vigora, é a competição, o suprimento imediato de necessidades, da possibilidade do consumo e da realização pessoal/individual. Isso faz com que, muitos grupos estejam juntos, mas com finalidades individuais, cooperam para ter o que isoladamente não conseguem, mas quando conseguem se afastam como sinalizado por Sennett (2012) e que faz surgir a chamada cooperação fraca e solidariedade fingida.

Não aceitar isso, é viver a primeira fase de um processo de luto, a negação. É preciso, nesse sentido viver o luto por completo, ver as evidências do fracasso, abandonar o velho, e o que não funciona, e propor um novo modo de ver e fazer a gestão dos EES.

O que pode ajudar a viver esse luto-ideológico, é partir para a fase cinco, do processo de luto, ou seja, a aceitação, e para isso, é preciso considerar as individualidades, o jogo e processo entre cooperação e competição que existe e é

Militantes	Trabalhadores
Possibilidade de combate ao capitalismo	Possibilidade de trabalho e renda
Estratégia revolucionária	Estratégia de sobrevivência
Projeto ideológico	Projeto de sobrevivência

Quadro 06 - Imaginário social dos atores da Economia Solidária e seus desdobramentos



inerente ao ser humano principalmente quando se propõe a fazer algo junto (NARDI E RODRIGUES, 2009; SNYDER E LOPES, 2009), encarar com serenidade e autocrítica honesta (DEMO, 2002) os paradoxos e ambiguidades do trabalho solidário e cooperativo (LIMA, 2009, PALMIRE E BRANCO, 2004; LEITE, 2009), sabendo que esse processo é vivido em meio a uma gama de paradoxos de um contexto em que prevalece a competitividade e a força das relações psicossociais (SATO, 2014) que devem ser consideradas.

O que remete a considerar outras abordagens, que iluminam a compreensão do comportamento do ser humano, tal como a biologia, a neurociência, ciências cognitivas, entre outras, que ajudem a ampliar a cosmovisão de análise do ser humano como ser vivo, que depende de encontrar o que Rocha (2013) chama de o “equilíbrio do ciclista”, ou seja, caminhar continuamente respeitando a dinâmica da vida e a busca de seu equilíbrio necessário para o seu desenvolvimento humano justo e digno.

E para isso, é preciso, primeiro aceitar esse processo, e encarar o fracasso dialogicamente, e olhar com novos olhos, ou seja, aprender com esses fatores de fracasso, mais do que, com os casos de “sucesso”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos ao longo do presente trabalho e alinhando ao tema do evento que motivou sua criação, ressaltar elementos que fizeram parte de um estudo comparado

Brasil e Portugal sobre o fracasso dos empreendimentos de economia solidária, tendo como base, tanto elementos de experiência empírica, no campo de incubação de empreendimentos, como do estudo teórico sobre o tema.

Procuramos ressaltar os dados em relação ao Brasil, onde podemos verificar que entre as causas possíveis do fracasso dos EES estão os fatores tanto técnicos como políticos e ideológico, bem como, de inserção de contexto competitivo que ainda é a sociedade em que essas experiências estão sendo efetivadas. Mas chama a atenção à distância entre a produção teórica, principalmente de cunho político-ideológico, e o imaginário dos trabalhadores em relação aos militantes e apoiadores da economia solidária, o qual de nominamos de luto-ideológico, que pode ser um dos fatores a serem corrigidos para superação do fracasso, tanto objetivo, como subjetivo.

E como desafios inevitáveis, destacamos a relação da inserção dos EES no mercado, mesmo que a ideia seja romper ou lutar contra esse modelo, a contradição entre autogestão e heterogestão é um fato, sendo que o ideal da autogestão fica mais no campo teórico do que prático. Outro ponto é a necessária criação de um estilo próprio de gestão, de avaliação e de condução adequada ao modelo de empreender no campo da solidariedade e da cooperação, que no dizer de Sennett (2012), deve estar centrado na cooperação dialógica, e não dialética, pautada na cooperação e solidariedade de baixo para cima, espontânea e de fato prazerosa, com resultados efetivos e não paliativos, com consciência da ação e não só na defesa meramente de ideias de

grupos que muitas vezes estão em outra direção do imaginário de seus participantes.

É preciso considerar que as pessoas também são cooperativas, mas também competitivas, e que seja necessário à busca do equilíbrio desse processo, que pode e deve ser efetivado junto a um aprendizado cotidiano, franco, aberto e considerando o fracasso como modo de aprendizado, tanto quanto os exemplos de “sucesso”.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ANDION, Carolina. Gestão em organizações da economia solidária: contornos de um a problemática. **Revista Administração Pública**, v. 32.n. 1, p. 70-84, 1998.

ARROYO J.; SCHUCH F. **Economia popular e solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

ARRUDA, M. Um novo humanismo para uma nova economia. In: KRAYCHEQUE, G. **Economia dos setores populares**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 199-223.

AZEVEDO, Alessandra B. A. Inovação Tecnológica em Empreendimentos Autogestionários: Utopia ou Possibilidade? In: **Colóquio Internacional sobre Poder Local**, 9, 15-19 de junho de 2003, Salvador, Bahia. Anais do IX Colóquio Internacional sobre Poder Local, Salvador, 2003.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A produção de sentido e a construção social da Economia Solidária**. 2010. 242 f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade de Brasília, 2010.

BOMFIM, A. M. **Economia Solidária e o “fim” das utopias**: estudo sobre os empreendimentos autogestados pelos trabalhadores na atual configuração capitalista. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, 2001.

CALBINO, D, et al. Economia Solidária e Políticas Públicas: uma aproximação possível, mas desejável?. In: **Gestão Contemporânea (FAPA)**, v. 8, p. 129- 154, 2011.

CALBINO, D. e PAULA, Ana Paulo Paes de. Economia Solidária: uma investigação do estado da arte. **Revista Gestão Contemporânea**, Porto Alegre, ano 10, n. 14, p. 371-397, jul./dez., 2013. Disponível em <<http://seer2.fapa.com.br/index.php/arquivo>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

CAROLINA, Ana; TOLEDO, Dimitri A. C. Economia Solidária e relações de gênero: analisando uma nova relação de trabalho. In: XXX Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, setembro, 2010, disponível em <www.anpad.org.br>. Acessado em 25 out de 2014

COSTA, Jussara Carneiro. Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiania. v. 14, n.1, p.19-27, jna/jun, 2011

CORRAGIO. J. Distintos conceitos para o entendimento da Economia Solidária. In: **Bahia Análise & Dados**, Salvador - Bahia, v. 12, n. 01, p. 35-47, 2002.

DEFOURNY, J. et al. Le fil conducteur de l'ouvrage: enjeux et chantiers de l'économie sociale. In: **Economie sociale: the third sector**. Économie sociale au Nord et au Sud. Bruxelles: Deboeck, p. 11-24, 1999.

DEMO, Pedro. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo; Cortez e Instituto Paulo Freire, 2002.

FRANÇA F; LAVILLE J. **A Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, C. G. A. Temática da Economia Solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. In: **Eneo, Anais**, 2002

FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas**, Porto Alegre, v. 7, p. 155-174, 2007.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador - Bahia, v. 12, n. 01, p. 09-19, 2002b.

GAIGER, Luiz I. Os empreendimentos econômicos solidários diante do modo de produção capitalista. **Revista Caderno CRH**. Salvador, UFBA, n. 39, p. 181-211, 2003.

GUTIERREZ, G. L. Da autogestão à economia social: a concepção de uma nova empresa. **Revista de Administração**. São Paulo, n. 33, p. 68-73, jan./mar., 1998.

KRAYCHETE, G. **Economia dos Setores Populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEITE, Marcia de Paula. A Economia Solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista RBCS**, v. 24, n. 69, fev/2009.

LIMA, Jacob Carlos. Paradoxos do trabalho associado. **Revista Tempo Social** - Revista de Sociologia da USP, SP, v. 21, n. 1, p. 119-132, jun. de 2009

LIPOVETSKY, Guilles e SERROY, Jean. Tradução de Vitor Silva. **Cultura Mundo**: respostas a uma sociedade desorientada. Lisboa/Portugal: Ed. 70, 2010

LISBOA, Armando de Melo. Economia Solidária e autogestão: imprecisões e limites. **RAE [online]**, v. 45, n. 3, p. 109-115, 2005.

MAGALÃES, Ósia A.V. et.al. (Re) definindo a sustentabilidade no complexo contexto da gestão social : reflexões a partir de duas práticas sociais. **Cadernos EBAP. BR**, v. 4, n. 2, junho, 2002. Disponível em <www.ebap.br/cadernosebap>. Acesso em: 23 jun. 2014.

MANCE, E. A. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

MELLO, Ricardo F. de; MELLO, Ruth E.S. de. Tecnologia Social e Economia Solidária e as possibilidades de desenvolvimento sobre a economia. In: VII ENEPES, Teófilo Otoni, MG, set, 2010

MENEZES, Maria Thereza C. G. **Economia Solidária**: elementos para uma crítica marxista. Rio de Janeiro, Gramma, 2007.

MONTEIRO, Alcides. **Associativismo e novos laços sociais**. Lisboa: Ed. Quarteto, 2004.

MORAIS, L. P.; BACIC, M. J. Economia social e programas de emancipação por meio de empreendimentos econômicos sociais no Brasil: avanços e dificuldades. **Revista Alcance – Eletrônica**, v. 16, n. 3, p.339-357, set., 2002.

MOURA, Maria Suzana e MEIRA, Ludimila. Desafios da gestão de empreendimentos solidários. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI v. 12 n. 1 p. 77-84, jun., 2002.

NARDI, Henrique Caetano; RODRIGUES, Manoela Carpenedo. Solidariedade, competitividade e reflexão ética nos contextos da nova economia e da economia solidária. **Revista Psico**, v. 40, p. 458-466, out/dez, 2009.

OLIVEIRA, Edson Marques. Por que empreendimentos sociais solidários “fracassam”? elementos de uma possível acomodação induzida. In: **Anais III Colóquio de Doutores do CES**, Universidade de Coimbra: Coimbra, Portugal, 2012, disponível em <<http://www.ces.uc.pt/coimbrac/pages/pt/comunicacoes-e-posters/806---edson-oliveira.html>>.

OLIVEIRA, Edson Marques. Relatório Pós-Doutoramento CES/ PROSTAD. **Elementos de acomodação induzida e desafios da efetivação emancipatória dos empreendimentos de economia solidária: um estudo comparado Brasil/Portugal**. Coimbra/Portugal, 2014 (mimeo).

ONUMA, Fernanda Mitsue Soares, MAFRA, Flávia Luciana Naves e MOREIRA, Lilian Barros Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, n. 1, p. 65-81, mar. 2012.

PALMIERI, Marilícia W. A.; BRANCO, Angela Uchoa. Cooperação, competição e individualismo em uma perspectiva sócio-cultural construtivista. **Revista Psicologia: reflexão e crítica**, 2004, 17 (2), p. 189-198.

PAULI, J.; BENDER, N.; ZANELLA, W. Perfil de liderança em empreendimentos de economia solidária. **Revista Perspectiva**, Erechim, v. 37, n. 138, p. 93-104, jun., 2013.

PINHEIRO, Daniel Calbino. Economia Solidária: uma revisão teórica a partir dos seus “múltiplos” conceitos. **Revista NAU Social**, v. 3, n. 5, p. 85-105, nov. 2012/abr 2013

QUIJANO, Aníbal. “Sistemas alternativos de produção?”. In: Santos (Org.), **Produzir para viver**, São Paulo, Civilização Brasileira, 2002.

ROCHA, João Batista de Campos. A nossa natureza humana: um colóquio entre Atahualpa, Maturana e Morin. **Revista Phronesis** – curso de Direito da FEAD, n. 9, jan/dez, p. 111/123, 2013.

SAMPAIO, C. **Ecosocioeconomia das organizações: gestão que privilegia outra economia**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

SANTANA JUNIOR, G. **A Economia Solidária em face da dinâmica da acumulação capitalista: da subordinação a um novo modelo de regulação social?** (Tese de doutorado). Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração da UFBA, 2007.

SATO, Leny et. al. **As tramas psicossociais da cooperação e da competição em diferentes contextos de trabalho**. Disponível em: <<http://seer.psicologia.uerj.br>>. Acesso em: 06 out. 2014.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENNETT, Richard. **Juntos**. Tradução de Clóvis Marques. Juntos: os rituais os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SENNETT, Richard. **O artífice**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVIA, Ferreira “New Paths for Third Sector Institutions. In: a Welfare State in Crisis: The Case of Portugal”, **Nonprofit Policy Forum**, 2015

SIMIONI, José Flávio et al. Lealdade e oportunidade nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão. **RESR, Piracicaba**, SP, v. 47, n. 03, p. 739-765, jul/set, 2009.

SINGER, P. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SNYDER, C.R.J., LOPES, S. **Psicologia Positiva: uma abordagem científica e prática das qualidades humanas**. Tradução Roberto C. Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOARES, G; GOMES DE SÁ, M. Poder e Controle nas Organizações da Economia Solidária (OES): Aspectos das Relações Intra-Organizacionais. In: ENEO, 3. **Anais...** 2004.

TAUILE, J. R. Do socialismo de mercado à Economia Solidária. **Revista de Economia Contemporânea**, 1º semestre de 2002.

TAYLOR, Charles. **Imaginários sociais modernos**. Tradução Artur Mourão. Lisboa, Portugal: Ed. Texto & Grafia, 2004.

TAYLOR, Charles. **Imaginários sociais modernos**. Tradução Artur Mourão. Lisboa, Portugal: Edições Texto & Grafia Lda, 2004.

TIRIBA, L. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva**, v. 26, n. 2, p. 69-94, jan./jun. 2008.

VAINER, C. Controle Político ou utopia experimental? **Unitrabalho Informa**, ano III n. 10, 2000.

VANDA, Ana Paula de Moura e BOCAJUVA, Pedro Claudio Cunha. **Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária**. Rio de Janeiro: Fase/Ippur/Lastro/UFPA, 2009.

VILELA, José Ricardo de Paula Xavier; CARVALHO NETO, Antonio; LOPES, Humberto Elias Garcia. Dirigentes de empresas privadas e de cooperativas: quem é mais autoritário? Uma visão do poder das organizações baseada na escala "F" de Adorno. In: **Anais do V Encontro de Estudos Organizacionais da AnPAD**, Belo Horizonte, MG, 2008.

WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da "Economia Solidária". **Katálisis [online]**. v. 11, n. 1, p. 105-115, 2008.

ZIZEK, Slavoj. **Viver no fim dos tempos**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa, Relógio D'água, 2011.

A AMÉRICA COMEÇA NOS PIRINEUS: AS RELAÇÕES IBÉRICAS NA “RAIA” PORTUGUESA E A FRONTEIRA DA EUROPA COM A AMÉRICA LATINA

AMERICA BEGINS IN THE PYRENEES:
THE IBERIAN RELATIONS IN THE PORTUGUESE
“LIMIT” AND THE BORDER OF EUROPE WITH LATIN AMERICA

José Luiz de Moura Filho¹



RESUMO

Discute-se o arranjo institucional denominado Euroregião Galiza/Norte de Portugal, para contribuir no processo de integração em curso na América do Sul – MERCOSUL - tomando-se por parâmetro a atual organização política, econômica e socio-espacial de aglomerados transfronteiriços como Chuí/Chuy, na fronteira do Brasil com o Uruguai. Teoricamente centrar-se-á nas categorias “cooperação sem governo (central)” e “complementar para competir”, que pautam a cooperação transfronteiriça naquela porção da UE, sem descuidar de conceitos caros ao ordenamento territorial como “região”, “fronteira” e “cultura”, historicamente

relativos e fugazes em momentos como o que vivem os Estados-Nação, na presença de fenômenos como a globalização. A investigação da ocorrência de metodologia de análise socio-espacial semelhante àquela consistente na dialética entre os circuitos superior e inferior da economia urbana (Milton Santos, 2004), flagrante no espaço paradigmático através da presença de *free shop* e vendedores ambulantes, poderá contribuir para a superação do dilema “integração regional x concorrência local”. Parte-se da concepção de uma “cultura de fronteira” como elemento de integração das realidades territoriais envolvidas, sobretudo quando articulam Estados Nacionais em blocos, como o MERCOSUL e a UE. Naquele caso

¹ Professor Adjunto do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria-RS. Estágio na UMINHO (Portugal), na área de Cooperação Transfronteiriça (2009) e bolsista CAPES em Pesquisa Pós-Doutoral no Exterior, junto ao Centro de Estudos Sociais (CES) – Universidade de Coimbra. E-mail: zecamoura@smail.ufsm.br. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2827867861087587>

observa-se que a ação estatal voltada ao desenvolvimento urbano responde a pressões do circuito superior, aprofundando assimetrias nos espaços urbanos compartilhados. A complementaridade entre os circuitos da economia urbana nestas cidades aparece como solução que, somada à ação do Estado para dispersão no território de equipamentos sociais, possibilita a (re)apropriação, pelas populações locais, dos espaços tomados pelo econômico. Isso acaba por conformar uma nova identidade, portadora de valores que estão na base de uma comunidade, objetivo maior a ser perseguido por projetos de integração e desenvolvimento regional. A relação com a UE, então, se dá em razão da similaridade de condições jurídico-políticas (poder local/tradição municipalista) e de indicadores socioeconômicos, restando, pois, analisar os arranjos político-institucionais indispensáveis.

Palavras-chave: Cooperação transfronteiriça; Relações Ibéricas Portuguesa; Fronteira; Europa; América Latina; Mercosul.

ABSTRACT

The Research aims to meet the institutional arrangement called Euro-Region Galicia/North of Portugal, to contribute to the ongoing integration process in South America - MERCOSUR - taking as a parameter the current political, economic and socio-spatial organization of cross-border agglomerates Chuí/Chuy, on the border between Brazil and Uruguay. Theoretically, it will focus on the “cooperation without government

(central)” and “complementary to compete” categories, that guide cross-border cooperation on that the EU portion, without neglecting expensive land planning concepts as “region”, “frontier” and “culture”, historically relative and fleeting at times like the living Nation-States, in the presence of phenomena such as globalization. The investigation of the occurrence of socio-spatial analysis methodology similar to that consistent in the dialectic between the upper and lower circuit of the urban economy (Milton Santos, 2004), flagrant in the paradigmatic space through the presence of free shop and street vendors, can contribute to overcoming the dilemma “regional integration x local competition”. It starts with the concept of a “border culture” as an integrating element of territorial realities involved, especially when they articulate National States in blocks, such as Mercosur and the UE. In that case it is observed that the state action geared to urban development responds to the upper circuit pressures, deepening asymmetries in shared urban spaces. The complementarity between the circuits of the urban economy in these cities appears as a solution that, combined with the action of the state for dispersion in the territory of social facilities, enables the (re)appropriation, by the local populations, of the spaces taken by the economic. This ends up forming a new identity, carrier of values that are at the basis of a community, the greater goal to be pursued by integration projects and regional development. The relationship with the UE, then, happens because of the similarity of legal and political conditions (local government/municipalist tradition) and socioeconomic indicators, leaving,

therefore, to analyze the indispensable political and institutional arrangements.

Keywords: Cross-border cooperation; Portuguese Iberian Relations; Border; Europe; Latin America; Mercosul.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de um Estudo (comparado) de caso realizado na fronteira Portugal/Espanha, acerca da cooperação transfronteiriça, como forma de subsidiar o processo de integração denominado Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, que se justifica em razão das semelhanças em termos culturais e socioeconômicos, do ponto de vista dos territórios estudados. A Metodologia utilizada baseou-se, fundamentalmente, em Revisão Bibliográfica, análise documental e entrevistas com autoridades portuguesas e espanholas com atuação na temática, por meio de órgãos públicos ou entidades privadas. O trabalho é parte da Tese de Doutorado do autor, experiência financiada pela CAPES, por meio do Programa de Doutorado com Estágio do Exterior (sanduíche) junto à Universidade do Minho, e agora revisitado por meio da Pesquisa Pós-Doutoral financiada pela mesma agência, porém junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Seu título foi inspirado na pioneira obra *El Bloque Iberoamericano: Punto de vista de un español*, datada de 1953, de autoria de Manuel Fuentes Iruozqui, quem

se revelou visionário de uma cooperação transatlântica ao propor uma maior aproximação e intercâmbio econômico entre os países da Península Ibérica e os Latino-americanos. Este autor chega a afirmar que a identidade entre ambos não se encontra somente nas origens, mas, avança sobre os destinos, ou seja, uma história que se faz não só a um mesmo tempo, mas, também, num mesmo espaço: para ele, a América começa nos Pirineus.

Assim, a experiência europeia em termos de integração pode servir de parâmetro, porém de forma limitada, já que, embora a EU, ao iniciar o processo de abolição das fronteiras, ainda em 1985 (Espaço Schengen), tenha passado a enfrentar problemas que caracterizam estas zonas em todo o mundo, adotou estrutura institucional diversa, conforme previsão original, qual seja, uma comunidade política, mais que meramente econômica.

Do ponto de vista fático, então, a fronteira luso-espanhola não difere muito de outras regiões fronteiriças do mundo, ou seja, é uma área predominantemente rural, com baixa densidade demográfica, atividade econômica basicamente primária, população envelhecida e com poucos recursos, mas com grande identidade cultural, fruto da união de famílias da região, como se pode ver em Cavaco (1997).

Ocorre, porém, que, tendo a UE adotado um processo de integração do tipo “comunitário” e não meramente “inter-governamental”, instrumentos, antes meramente informais, foram institucionalizados para fazer face à situação, ao passo que no cone sul da América Latina, os instrumentos de cooperação continuam a ser aqueles de tipo tradicional

(Tratados Internacionais), cuja efetivação somente se experimenta depois de todo um procedimento formal e burocrático, a demandar tempo não só para sua elaboração como, também, internalização à legislação nacional.

Ademais, os aglomerados urbanos que se formaram na Europa conhecem escalas bastante distintas, em termos espaciais/populacionais, se comparados àqueles verificados nas fronteiras da América Latina, o que facilita eventuais intervenções com vistas às correções de rumos em processos de integração em países periféricos.

A conclusão interessante chegou Lopes (1993), no sentido de que o projeto da União Europeia provocou o processo de integração regional, já que à cooperação entre nações, por meio da formação de blocos, soma-se aquela mais local (fronteira), cujos efeitos (positivos e negativos), não raras vezes se refletem em escala maior e intermediária, ou seja, apresentam-se de forma transfronteiriça, por meio do transbordamento das ações – conjuntas ou não – para o território oposto, estabelecendo verdadeiras redes socioespaciais, configurando assim um fenômeno transfronteiriço, do qual o sucesso daquele bloco é também dependente.

De sua parte Covas (1992, p. 2 apud LOURENÇO, 1998) chama a atenção para uma postura bastante peculiar dos Estados Nacionais quanto a estas porções do território, no que tange à articulação política bilateral. Tal postura passou a ser denominada de “Cooperação sem Estado”, no sentido de que os atores locais, muitos deles privados, passaram a assumir o protagonismo da integração, ante a falta de acesso destes aos organismos

internacionais e a certo desinteresse dos Governos centrais por estas áreas.

A partir de então, o mesmo autor tece considerações acerca do chamado desenvolvimento endógeno, modelo também defendido pelo novo Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira brasileiro (PDFF), conduzido pelo Ministério da Integração Nacional, nos seguintes termos:

Assim, para se criarem soluções de partida para o desenvolvimento endógeno destas regiões de fronteira e para se garantir que os mecanismos de mercado funcionem correctamente defende-se a tomada de decisões no espaço físico do sistema real (nessas regiões fronteiriças). Nesse sentido apela-se à existência de poderes regionais e ao conceito de Stohr de desenvolvimento a partir de baixo, pois só assim estas regiões ganharão uma dinâmica autosustentada (LOURENÇO, 1998, p. 265).

Em estudo específico para a Beira Interior, Lourenço (1998, p.267) elenca o que parecem ser, não só as características da região de fronteira Portugal/Espanha, mas, pré-requisitos à adoção de uma matriz de desenvolvimento de natureza endógena, como contínuos contactos sociais e econômicos; relações comerciais, viagens, migrações; intercâmbio de trabalho; festas comuns; matrimônios mistos; e, apropriações linguísticas. Curioso é o fato de que um elevado número de contribuintes de Navasfrías (espécie de tributo) pertence às freguesias vizinhas de Aldeia do Bispo, Lageosa e Fóios, do que se deduz a grande intensidade e importância de uma economia paralela, apoiada em relações interpessoais e no intercâmbio

irregular, o contrabando, gerador de uma grande dinâmica, de rendimentos elevados e de fortes laços de amizade, de cooperação e inter-ajuda.

Neste particular, avança para uma tese que também é a regra, onde quer que se verifiquem fronteiras entre Estados Nacionais, ou seja, o monopólio das decisões a elas referentes nos Governos centrais respectivos, o que se afigura singular, pelo fato de que isso continue a ocorrer, mesmo na presença de um bloco com as proporções e o nível institucional já atingido pela União Europeia.

Para Castro (2008) as origens institucionais da cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha se encontram na ratificação da Convenção de Madri, do Conselho da Europa, ocorrida entre 1989 e 1990. Sua efetivação resultou, através do Tratado de Valencia, no reconhecimento da atuação de estruturas locais de cooperação, inclusive, com personalidade jurídica, o que teria se dado em dois momentos: um, de instalação, e outro, de capilaridade de tais entidades, caracterizado-se o primeiro por iniciativas bilaterais, e o segundo, por ações comunitárias.

Nesta mesma obra, encontra-se um estudo acerca do grau de participação dos diferentes protagonistas que compõem estas instituições de cooperação, cuja principal conclusão apontou para a predominância das lideranças locais nos projetos apresentados e desenvolvidos. A esta, se segue uma considerável participação de atores regionais, e uma tímida atuação das entidades empresariais, o que

pode estar vinculado a três fatores, respectivamente: a dotação de personalidade jurídica dos primeiros; a não institucionalização dos segundos; e, a falta de clareza dos terceiros, quanto à necessária complementariedade para competir.

Aqui, também, parece revelar-se um paradoxo, ainda que em termos, ou seja, o European Employment Services (EURES), Transfronteiriço Norte de Portugal/Galiza, é a única “filial” entre os países ibéricos das 22 existentes entre as fronteiras nacionais da Comunidade Europeia. Ou seja, trata-se de um organismo que depende, fortemente, da colaboração da iniciativa privada, dado que tem por área de atuação a colocação em emprego e o “auto-emprego”². Mesmo que se possa atribuir tal sucesso à busca de mão-de-obra com menor custo, a experiência tem se consolidado como um “piloto” da integração regional, já que data de 1997.

Analisando-se a estrutura e funcionamento do EURES-T, constata-se a peculiaridade de sua natureza jurídica, o que poderá servir de parâmetro para a superação do propalado “*deficit* institucional”, no âmbito do MERCOSUL. Isto porque, do ponto de vista da organização socioeconômica das cidades-gêmeas da fronteira Uruguai/Brasil, estas já contam com um Acordo Internacional de Trabalho, Estudo e Residência, facilitador da mobilidade das pessoas na região fronteiriça correspondente, num raio de 20 km para o interior de cada um dos países sul-americanos. No caso ibérico, a abrangência territorial do EURES Norte de Portugal/

² Orientação a trabalhadores autônomos sobre o exercício profissional em ambos os lados da fronteira.

Galiza vai de Braga, em Portugal, a Vigo, na Espanha, ou seja, é bem mais ampla.

Promovido pela Comissão Europeia, o organismo adota a personalidade jurídica definida pelo país que o sedia, de forma alternada, sempre por um período de três anos, sendo constituído de uma Presidência, um Comitê Diretivo, composto por representantes das entidades parceiras, e uma Executiva, constituída de pessoal técnico.

Quando está sediado na Espanha, fica sob a jurisdição da Xunta de Galícia, e é coordenado por um membro português, e quando está sediado em Portugal, adota a personalidade jurídica do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), ficando sob a coordenação de um representante espanhol, como forma de dar um certo equilíbrio à governança do órgão.

É ainda Lourenço (1998, p. 305) quem afirma:

A cooperação transfronteiriça é um fenómeno complexo e dinâmico. É complexo, porque não existem soluções idênticas para situações similares que exigem soluções específicas. E, também, porque se combinam as acções de estado, organizações internacionais e entidades regionais em que se encontram interesses opostos para o qual se deve convergir. É dinâmico, porque estão em causa laços de amizade e cooperações formal e informal. [...] Há aqui uma clara contradição entre a actuação da União Europeia e os Estados-membros. Por um lado, a União Europeia fomenta o princípio de subsidiariedade (art.º 3 B do TUE) e a coesão económica e social (art.º 130, A-D do Tratado da União Europeia) e, por outro lado, os Estados membros manifestam

certa apreensão em prosseguir esses mesmos princípios.

Não é distinto o caso do Acordo acima referido, já que se dá no marco do MERCOSUL, em que apenas uruguaios e brasileiros são beneficiados, e não os habitantes da região de fronteira. Isto exclui uma série de nacionalidades aí radicadas bem antes do processo de integração, como os “árabes”, notadamente sírios, libaneses e palestinos. Este processo, inclusive, se alargou com a participação da Venezuela, como membro, e de “associados”, como a Bolívia e o Chile.

Ao abordar a experiência dos países do antigo BENELUX², em termos de fronteiras, Alexandre Neto (1999) revela seus prós e contras: no primeiro caso, ao vislumbrar aí a possibilidade de materialização do próprio objetivo da integração territorial, com a afluência de população e interarticulação de atividades econômicas; e, no segundo, se tornando apenas ponto de passagem, mesmo aquelas com alguma significância, manifestando, assim, aquilo que se denomina “efeito de dupla perifericidade”.

Isto nos remete ao caso brasileiro da Metade Sul do Rio Grande do Sul, denominação que já se transformou em termo pejorativo, eis que vinculada a uma região considerada econômica e socialmente deprimida, onde se inserem os Municípios brasileiros estudados na tese, não sendo o caso do norte do Uruguai, espaço imediatamente contíguo, dadas as características de ocupação desse país, pelas bordas.

Quando trata dos programas INTERREG I e II, como medidas com

³ Bloco econômico formado por Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

vistas à atenuação desta realidade, o autor (1999) afirma que isso se deve em razão de, no decorrer do processo de consolidação da UE, as regiões de fronteira são as que primeiro sentem seus efeitos nas suas respectivas economias, já que se encontram *vis a vis* com outro sistema interno. Ressalta, porém, que estes efeitos nem sempre são negativos, já que possuindo um viés também político, implica em aumento da interdependência e da interpenetração, simbolicamente positivas em termos de integração.

Ao fazer uma retrospectiva das iniciativas de cooperação, Reigado (2002, p. 573) noticia que:

É longa a história dos debates, reflexões e propostas para a criação de uma Europa unida, remonta, pelo menos, ao século XIV, com os trabalhos de Pierre Duboi. No Século XIX, Victor Hugo foi um dos maiores defensores de uma União Européia, como via para se conseguir a paz e a liberdade.

Este mesmo autor elenca o que considera “algumas das principais barreiras à mobilidade de recursos e de bens e serviços que perduram depois de abolidas as fronteiras legais”, o que chama de “fronteiras psicológicas ou contra-poderes”: movimentos políticos e/ou grupos de opinião e grupos econômicos, cujos argumentos giram, normalmente, em torno da possível perda da soberania nacional e a proteção de setores-chave da economia regional, talvez por isso que, mesmo superada a fase de concentração nos poderes centrais das iniciativas no espaço fronteiriço, seja o empresariado ainda o segmento com menor atuação

nos projetos conjuntos, como detectado no estudo antes referido (REIGADO, 2002, p. 575).

Já, no que tange às denominadas “fronteiras econômicas e sociais”, Reigado (2002, p. 576) afirma que diferentes níveis de desenvolvimento, em ambos os lados da fronteira física, determinam o sentido da mobilidade, seja em busca de emprego, seja de consumo. Da mesma forma, entende que a língua e a cultura seriam entraves à mobilidade, enquanto que a deficiente circulação de informações, sobretudo a falta de diálogo entre empresários e sindicatos, estaria na origem do surgimento de conflitos entre trabalhadores, face à concorrência de uma mão-de-obra mais barata de um dos lados. Ainda, a desproporcional intensidade e sentido do fluxo de capitais, em razão de uma legislação fiscal mais favorável de parte de um dos Estados Nacionais e, por fim, as dificuldades de intercâmbio causadas pela concorrência de produtos e serviços, a partir de uma semelhança em termos de estrutura e recursos econômicos de ambos os lados da raia.

Reigado (2002, p. 577) adentra ao depois, nas “fronteiras institucionais”, ou seja, ao problema de carência de instituições vocacionadas e com experiência de coordenação de programas de desenvolvimento transfronteiriço. Ressalta que, mesmo em nível interno, são poucos os casos em que as estruturas de descentralização regional e local, e correspondentes poderes de decisão, sejam suficientemente compatíveis para facilitar as negociações entre parceiros e a concertação de estratégias.

Reigado (2002, p. 578) procura, também, identificar, resumidamente, os entraves à cooperação:

1. a actual centralização política e administrativa especialmente em Portugal;
2. o quase monopólio da Administração Central em matéria de relações exteriores;
3. a divergência na repartição de competências de um lado e de outro da fronteira;
4. a inexistência de estruturas institucionais vocacionadas e com experiência para a cooperação transfronteiriça (grifos no original).

Para este autor, há, ainda, as “fronteiras culturais e linguísticas”, dado que a formação de nações independentes tem por base a diversificação de culturas e, por vezes, de línguas ou dialetos. Ademais, as regiões de fronteira, em geral afastadas dos grandes centros urbanos, são marcadas por traços de cultura popular. Estes se traduzem em determinados comportamentos da população, marcados pela ausência ou fraqueza de fluxos informativos. A superação de tal obstáculo não pode ser encarada separadamente daqueles de natureza econômica, social, desportiva, científica e tecnológica, exigindo, porém, uma atenção particular, por ser mais complexo e mais longo (REIGADO, 2002).

Reigado (2002, p. 582) lembra, ainda, das barreiras de ordem orçamentária, calcadas na “ausência de rubricas orçamentais especificamente transfronteiriças; ausência de orçamentos comuns transfronteiriços e problemas formais no caso de co-financiamentos transfronteiriços”.

Outros obstáculos à cooperação transfronteiriça citados pelo autor (2002, p. 590) são:

[...] níveis e ritmos de desenvolvimento desiguais; fragilidade das relações entre organizações empresariais; problemas de integração no mercado de trabalho; não aproveitamento conjunto de recursos complementares existentes de um e de outro lado da fronteira; intercâmbio comercial entre ambas as zonas realiza-se com produtos dos mesmos ramos produtivos, ainda que cada uma tenha uma certa especialização em termos de exportação.

Concluindo, Reigado (2002, p. 593) entende que “Para além disso, para que a cooperação transfronteiriça seja uma realidade é necessário a criação de uma estrutura organizacional transfronteiriça, que garanta a eficácia e continuidade dessa mesma cooperação” (grifos no original). Razão pela qual se buscou, no contato com os agentes desse processo, acesso aos Projetos concebidos com este propósito, e para esta região, dos quais participem a qualquer título, como subsídio para a proposta constante da Tese da qual este artigo é parte, tendo-se optado pela experiência da chamda Euroregião Galiza-Norte de Portugal, em face dos bons resultados que vem apresnetando.

A EXPERIÊNCIA DE COOPERAÇÃO MINHO (VALENÇA) GALIZA (TUI)

A coleta de dados para a realização do Estudo de Caso, demandou a escolha de uma das instituições voltadas à cooperação transfronteiriça, o que não foi fácil, dado que, se se considerar somente aquelas que têm atuação exclusivamente na

região objeto do mesmo, Galicia/Norte de Portugal, tem-se algo em torno de uma dezena de entidades, com objetivos diversos e mesmo sedes em locais distintos, além de natureza jurídica, composição e âmbito de atuação bastante variados.

Desta forma, optou-se por uma amostragem a partir de um critério mínimo, através do cruzamento das variáveis “escala espacial” e “institucionalidade”, chegando-se, assim, ao Instituto do Emprego e Formação Profissional/*European Employment Services* (IEFP/EURES), em razão de seu caráter supranacional, comunitário, e a ausência de um organismos com estas características no MERCOSUL, aspecto já sobejamente apontado como uma das suas fragilidades e, pois, razão de sua pouca efetividade, em termos de interação.

Ademais, trata-se de um ente da UE, cuja atuação permite, além de conhecer a política comunitária europeia, em termos de mobilidade de trabalhadores, identificar quais os setores da economia nesta região se apresentam como potencialmente inovadores. Sem falar no fato de que, sendo o MERCOSUL um processo de integração ainda meramente econômica, e tão somente intergovernamental, padece com a falta de instituições supranacionais, *deficit* este considerado mesmo um dos maiores entraves ao seu avanço e efetivação, cuja forma de redução e conhecimento da experiência daquele órgão comunitário pode ajudar a indicar ao final da Tese.

Tomando-se as atividades por setor, classificação mais tradicional e básica para aqueles que não têm formação na área, como é o caso do investigador, abordam-se os ramos primário, secundário e

terciário, em função do quantitativo de pessoal empregado, e não em volume de produção, ou mesmo de recursos financeiros movimentados, investimento/faturamento/arrecadação, já que o órgão consultado dedica-se à colocação de trabalhadores no mercado regional, compreendido pelos Municípios fronteiriços de cada um dos países envolvidos.

Assim, na agropecuária, a produção de carne de vaca e de leite, é ainda bastante presente na zona, embora este tenha sofrido um processo de modernização significativo, em termos de mecanização. Já os hortifrutigranjeiros experimentaram uma evolução, da mera subsistência ao abastecimento da população da região, em razão do forte crescimento urbano experimentado pela rede de cidades do entorno. Em termos extrativos, o granito continua a ter lugar no primário local.

Já na indústria, o beneficiamento deste, associado à conserva de peixe e ao segmento têxtil, são atividades de longa data praticadas na região, sem falar na vitivinicultura, tradicionalmente associada às denominações “do Porto” e “Alvarinho”. A construção naval também é representativa no contexto regional.

Por fim, no ramo dos serviços, além do comércio, que historicamente se valeu das “vantagens comparativas”, outrora proporcionadas pelo câmbio, houve sempre um turismo de natureza mais religiosa, ainda que pouco organizado e explorado em termos de planejamento, e mesmo em turismo de verão, em função da proximidade do litoral.

Quanto às atividades ditas “modernizadoras”, esclareça-se que o adjetivo aqui empregado tem o mesmo sentido daquele utilizado por Santos (2004), ou seja, em

função não só das novas tecnologias adotadas para o incremento da produção, mas, também, de certa contemporaneidade de sua emergência, enquanto segmento de peso na economia da região.

Ocorre que, a par de atividades verdadeiramente novas, tem-se aquelas tão somente “renovadas”. Estas últimas, surgem como fruto dos “novos” gostos dos consumidores, também considerados na teoria de Santos (2004), como é o caso do turismo rural, por exemplo, como representante máximo das atividades assim classificadas. Já as primeiras, se revelam extremamente produtivas, a partir do emprego de uma série de técnicas de planejamento, consideradas “modernas”, como é o caso do turismo religioso representado, *in casu*, por Santiago de Compostela que, historicamente tomou a forma de mera “peregrinação”, normalmente individual e, pois, solitária, a um dos santuários católicos mais conhecidos no mundo, e agora vê-se reforçada por verdadeiros planos de *marketing* e logística, a atrair multidões, quase que em procissão.

Desta forma, e adotando o mesmo critério de arrolamento anterior, para as atividades ditas tradicionais, passa-se a tecer breves considerações acerca daquelas chamadas “modernizadoras”. Fazendo jus à postura de Santos (2004) frente ao termo por ele inicialmente adotado, e depois alterado, denominam-se aquelas de “emergentes” ou “inovadoras”, por tratar-se de um segmento realmente novo, como é o caso do turismo rural, por exemplo, e estas, em função da evolução no processo produtivo, em termos da adoção de novas tecnologias, como a nanotecnologia no setor têxtil.

No segmento primário, como antes referido, o que parece mais significativo é certa alteração intra-setorial em termos de importância. Ou seja, o avanço da pecuária vem se verificando a partir da especialização da criação do gado com foco mais no setor leiteiro do que no “de corte”, e seu consequente processamento na escala industrial, o que se tratará já no secundário.

Em termos de beneficiamento, tanto a indústria têxtil como a naval vem se apresentando como inovadora, a partir de avançadas técnicas de engenharia, nesse caso através dos navios cismicos, que se somam aos tradicionais cargueiros e *ferrys*, por exemplo; e naquele, por meio do recente Instituto de Nanotecnologia que, apesar da sede em obras, já se encontra em funcionamento na cidade de Braga, o que em muito vai revitalizar o setor.

Outro ramo tradicional que se renova, é o automotivo, como é o caso da fábrica da CITROEN, em Vigo (Galícia/Espanha), cuja instalação fez surgir no entorno imediato uma série de outras pequenas indústrias fornecedoras de peças e componentes àquilo que hoje, mundialmente, melhor se denomina, e com certa precisão, de montadoras.

Destaca-se, também, uma indústria farmacêutica que, embora já um tanto antiga na zona, pode ser considerada incipiente, do ponto de vista da pequena participação em termos de ocupação da mão-de-obra, já que exige alta qualificação, que as condições gerais das zonas fronteiriças não revelam, em especial, na presença de uma significativa evolução daquilo que atualmente se denomina Biotecnologia.

A indústria do vinho, por seu turno, ganha foros de inovadora, a partir dos tais

“novos gostos” dos consumidores: neste caso, poder-se-ia dizer que o consumo de produtos de “grife” atinge as bebidas, sob a forma de “certificados de origem”, internacionalmente reconhecidos. Ou seja, se só se pode chamar de *champagne* aos espumantes oriundos da região de mesmo nome, na França; passa a ser exclusivamente considerado como “do Porto” o vinho que, não apenas observa o processo e composição daqueles assim classificados, mas, que, adicional e condicionalmente, somente lá são produzidos. Tal circunstância se manifesta de maneira bastante promissora em termos econômicos, o que se dá, também, com o chamado “Alvarinho”, vinho cuja produção se estende além das bordas fronteiriças, em ambos os territórios, português e espanhol.

Quanto ao terciário mais característico, o comércio, se, de um lado perde de forma localizada na zona de fronteira, ganha em escala com certa estruturação da rede urbana. Já os serviços, antes mais voltados à construção civil, fruto daquele mesmo *boom* urbano, passam a ter mais visibilidade com o turismo, que vem sendo apontado por quase a unanimidade dos *policymakers*, como um segmento extremamente promissor na região. Isto porque, alia alguns fatores: espaços ambientalmente qualificados e protegidos, que experimentam um *continuum* além fronteiras; atrativos proporcionados pelo patrimônio cultural, pela gastronomia; e, mais recentemente, pela “profissionalização” da sua vertente religiosa. Esta, em especial, se encontra cada vez mais difundida pela peregrinação a Santiago de Compostela, pelos mais diversos “Caminhos”, agregando-se ao tradicional

Caminho Francês, mais uma meia dúzia de itinerários, em torno dos quais afloram equipamentos de apoio, como alojamento e alimentação, dentre outros.

Gerry (1998) afirma que, muito embora as poucas iniciativas no âmbito da industrialização, o perfil socioeconômico de Portugal vem se alterando, seja através da redução do isolamento físico, com a ampliação da rede de transporte, seja pela maior urbanização do território. Tais circunstâncias fazem com que haja um maior fluxo de pessoas e bens, entre o litoral, o interior e a Espanha, do que decorre um turismo incipiente que provoca alterações no setor de serviços, segmento acompanhado da alavancagem do serviço público e do ensino superior, que se interioriza. Este último, em especial, vai proporcionar a manutenção de jovens nas pequenas localidades, bem como fomentar o consumo, além de atrair novos moradores para tais locais.

A região escolhida para o estudo de caso, povoações na fronteira do Minho (Portugal) com a Galiza (Espanha), com destaque para Valença (do lado português) e Tui (do lado galego), prende-se ao fato de que, das experiências levadas a efeito ao longo da fronteira entre Portugal e Espanha, esta região é a que tem apresentado os melhores resultados, mais precisamente, em termos de institucionalização da cooperação transfronteiriça, com a criação de uma série de entidades, provavelmente em razão das históricas e milenares relações entre galegos e portugueses, sem falar numa quase identidade cultural, de base mais propriamente linguística.

Dos vários arranjos político-institucionais existentes, passar-se-á a uma breve

análise da estrutura e funcionamento de apenas dois deles, além do EURES-T, cuja atuação nos permite conhecer articulações institucionais para a cooperação transfronteiriça que vão além da mera diplomacia, pautando-se nos princípios do Direito Comunitário, pelas razões já expendidas.

A Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular reúne 17 Municípios portugueses e igual número de entes espanhóis, com escritórios a cargo de duas Diretorias, em Vigo (Galícia) e em Porto (norte de Portugal), tendo à frente um Presidente, atualmente espanhol, e um Vice, que assume, sempre, a Presidência no mandato seguinte. O Presidente tem mandato de dois anos, havendo ainda um Secretário Geral e um Gabinete de Imprensa, em Vigo, além de uma Comissão Executiva (composta pelos sete Presidentes de Câmaras que jurisdicionam os Municípios participantes), sendo que a reunião dos 34 Municípios constitui a Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da entidade por eles mantida, com cotas anuais, proporcionais à população de cada um.

Compostos pelos municípios de Ferrol, A Coruña, Santiago de Compostela, Lugo, Monforte de Lemos, Ourense, Vilagarcía de Arousa, Vigo, Viveiro, Carballo, Lalín, O Barco de Valdeorras, Verín, Sarriá, Santa Uxía de Riveira, Carballiño Porto, Vila Nova de Gaia, Braga, Chaves, Bragança, Vila Real, Guimarães, Peso da Régua, Viana do Castelo, Mirandela, Barcelos, Vila Nova de Famalicão, Matosinhos, Vila do Conde, Lamego, Penafiel e Macedo de Cavaleiros, a associação tem natureza de direito privado português, e foi fundada em 1992, tendo como finalidade, “*el desarrollo económico, tecnológico y científico de*

las ciudades y regiones que constituyen el Eixo Atlántico, promoviendo la cohesión económica, social y cultural, mediante la estructuración de un territorio común” (CASTRO, 2008, p. 52).

Dentre os Projetos propostos nos últimos anos, destaca-se, no âmbito do INTERREG III A, o *Desarrollo Estratégico del Sistema Urbano del Eixo Atlántico* (DESURB), com prazo de execução entre 2005 e 2008, participando, também, como sócio do Programa da União Européia, do *Sistema de Información Urbano Transfronteirizo* (SIUTEA).

De acordo com Castro (2008) as suas atuações mais relevantes foram: a criação do SERVIÇO DE ESTUDOS, que permite colocar o *know how* das Universidades participantes a serviço do território; a implantação em rede da Agenda 21, o que possibilitou a definição de um modelo de desenvolvimento sustentável próprio do sistema urbano da eurrégião e o impulso à criação, previsto ainda para 2009, da Agência de Ecologia Urbana do Eixo Atlântico; a elaboração da Agenda Estratégica do Eixo Atlântico, que introduz o planejamento como elemento substancial do desenvolvimento eurorregional, convertendo o Eixo Atlântico na única organização transfronteiriça européia com dois Estudos Estratégicos, um em 1995 e outro em 2005; a atuação do Eixo Atlântico em termos de cultura, que permite compartilhar a programação de eventos, como se se tratasse de uma cidade virtual com 34 bairros, fomentando o “turismo cultural de proximidade”, e que está na origem da Capilaridade Cultural do Eixo Atlântico, que se inicia este ano; e, a elaboração do Mapa de Infraestruturas, origem da atual Estratégia de Transportes,

documento que traça as linhas-mestras dos investimentos em infraestruturas para o desenvolvimento e na qual, pela primeira vez, os prefeitos de 18 cidades, pertencentes a cinco partidos políticos e dois países, aprovaram um documento por unanimidade, no qual reivindicando o de todos, pleiteavam o de cada um.

Já a Comunidade de Trabalho Galícia-Norte de Portugal, que reúne, desde 1991, sem qualquer personalidade jurídica, a Xunta de Galicia, a CCDR-N, Diputaciones de Ourense y Pontevedra, Concellos y Cámaras Municipales fronteiras e a Asociación Eixo Atlántico, tem por finalidade principal, como se pode ver em Castro (2008, p. 72):

Favorecer una dinámica de encuentros regulares entre Galicia y el Norte de Portugal para, primordialmente, tratar asuntos de interés común en el ámbito de la cooperación transfronteriza, formular propuestas de cooperación, preparar estudios, planes, programas y proyectos en los que se concierten actividades conjuntas en el ámbito de la cooperación transfronteriza, etc.

Como atividades mais destacadas da entidade, salientam-se, no âmbito do meio ambiente: a assinatura, em 31 de julho de 1997, de um Acordo de Cooperação entre o Parque Nacional “Peneda Gerês” (Portugal) e o Parque Natural Baixa Limia-Serra do Xurés (Espanha); o fomento de normas e medidas similares ou complementares para a defesa, a promoção e conservação dos dois parques; a promoção de ações-projeto e ações conjuntas de cooperação e intercâmbios entre técnicos, população e estudantes dos dois territórios; promoção do uso público e do turismo ecológico

com uma oferta comum de infraestruturas existentes em ambos os parques, apresentando ao visitante uma visão global do espaço protegido; e, fomento nas áreas declaradas como “protegidas”, de políticas de desenvolvimento social, econômico e cultural que desenvolvam e preservem os respectivos valores patrimoniais.

No aspecto econômico, a constituição, em 10 de maio de 1996, de um Fundo Capital de Risco, de utilização conjunta Galícia-Norte de Portugal, com a finalidade de apoiar projetos empresariais, exclusivamente de pequenas e micro empresas, que cumpram os seguintes requisitos: sejam viáveis, econômica e financeiramente; promovidos por empresas galegas e/ou portuguesas sob uma fórmula de cooperação transfronteiriça ou transregional, enquadrada em alguma das seguintes modalidades: investimento na Galícia promovido por empresários portugueses, investimento no Norte de Portugal de iniciativa de empresários galegos ou projetos conjuntos de promotores da Galícia ou do Norte de Portugal, a se desenvolver nestas áreas geográficas ou em outros territórios, sempre que beneficiem às economias de ambas as regiões.

Quanto à área da Educação, Formação e Emprego, se destacam ações como a Formação Profissional Transfronteiriça para Desempregados de Galicia-R.N. de Portugal (FPTRANS), que tem por objetivo desenvolver um projeto comum de formação profissional transfronteiriça para desempregados acessarem a oferta formativa existente em ambos os lados da fronteira, independentemente do lugar de residência do candidato, com a consequente equivalência dos diplomas, identificando-se

os destinatários através da definição de perfis (desempregados há muito tempo, primeiro emprego, e outros) e incremento da diversidade da oferta formativa.

Ainda, no que tange aos Serviços Sociais, o Programa Reforço à Atenção Sócio-sanitária a Dependentes de Drogas na Zona Fronteiriça (RASDTF), objetiva reforçar a atenção sócio-sanitária aos dependentes de drogas, dada a situação de falta de cobertura na atenção ao coletivo destes na zona geográfica objeto da intervenção, melhorando a cobertura assistencial, a acessibilidade ao tratamento, a qualidade assistencial e a qualidade de vida do coletivo de dependentes de drogas da zona geográfica e seus familiares. Objetiva, também, a construção de um centro de tratamento, incluído nas respectivas redes assistenciais de caráter público, a ser localizado em Chaves.

Por fim, no setor do Turismo e da Cultura, foi elaborado, conjuntamente, um Mapa Turístico da Eurorregião Galícia-Norte de Portugal e um “Guia da Raia”, que contempla os recursos turísticos, artesanais e gastronômicos da zona fronteiriça das margens do Rio Minho. Pode-se considerar, ainda, as Atuações Fortalezas Transfronteiriças, 1ª e 2ª Fases, (FORTRANS), com o fim de apoiar intervenções de qualificação dos prédios singulares, de caráter histórico e natureza defensiva, localizados na fronteira, zona de Pontevedra-Minho/Lima, reforçando o papel-líder destes centros, num contexto de desenvolvimento territorial em rede. Na primeira fase, se trata de conhecer, estudar, divulgar e realizar as obras mais urgentes nos monumentos, e na segunda,

se aprofundar em estudos concretos de cada um dos monumentos.

Esta entidade tem uma Presidência rotativa, a cada dois anos, localizada atualmente com Portugal. Tem por órgãos representantes, a Xunta de Galícia e a CCDR-N, estruturando-se em um Conselho composto pela Presidência e Vice (esta com pouco *status*), assessorado por um Grupo de Análise e Reflexão Estratégica e um Observatório Interregional, duas Coordenações Gerais (Galícia e Norte de Portugal). A estas estão subordinadas Comissões Territoriais (CTC do Vale do Tâmega, do Vale do Lima, do Vale do Cávado e do Vale do Minho) e Comissões Setoriais (Meio Ambiente, Ordenação Territorial e Desenvolvimento Rural; Competitividade e Emprego e Cooperação e Integração Socioeconômica e Institucional), além de um Secretariado e um Comitê de Coordenação, sem falar no Eixo Atlântico, que atua como um participante *ad hoc* e da Plenária, que se reúne, em média, uma vez por ano.

Comparando-se o elenco de atividades apresentado pelas próprias instituições como sendo os mais importantes, nos últimos anos, observa-se o quanto aquela de natureza local e com orçamento próprio, Eixo Atlântico, parece ter avançado mais, no sentido de que possibilitou a obtenção de ganhos efetivos em termos de infraestrutura. Em especial, na área do transporte que, traduzido como “acesso”, de regra constitui-se em pré-requisito para o sucesso de qualquer projeto voltado à melhoria da qualidade de vida do elemento humano residente nestas zonas, ditas periféricas. Ou seja, até

que não se tenha estruturado uma rede de atendimento eficiente e equilibrada na região, na área da saúde, da educação, cultura e segurança, por exemplo, o mínimo que se pode prever, como forma de atenuar os desequilíbrios regionais, é oferecendo acesso, no sentido mais literal da palavra, como *in casu*.

No estudo *Complementariedade para competir* (no prelo), de Miguel Pazos Otón, Paula Cristina Remoaldo e Elsa Pacheco, pode-se vislumbrar a elaboração de um mapeamento da rede socioeconômica, estruturado por eixos, conforme se vê do excerto a seguir:

Buscamos polo tanto detectar que infraestruturas, que servizos e/ou equipamentos, poden ser compartidos por dúas (ou máis áreas urbanas), e quais aqueles que podem contribuir para a promoción da visibilidade da Euro-Região na óptica da competitividade à escala internacional. Nesse sentido, do manancial de hipóteses colocadas para a elaboração desta reflexión, seleccionámos três grandes temas que permitem avançar com observações exemplificativas em diferentes escalas (da local à internacional, passando pela regional): **educação, saúde e desenvolvimento; consumo, cultura e lazer; transporte e logística** (grifo nosso).

Ora, considerando-se que o citado trabalho não se encontra concluído, constata-se que, ainda que tenha uma atuação mais objetiva, a entidade, teoricamente privilegiada, do ponto de vista institucional, tem avançado no que tange ao planejamento. Não há, ainda, pelo que se depreende dos documentos analisados e mesmo das entrevistas realizadas, desdobramentos mais ao

nível da prática, em termos de aproveitamento conjunto de ditos equipamentos, como forma de evitar deseconomias em áreas tão vulneráveis e carentes como, de regra, o são as de fronteira.

Em contato com a Dra. Paula Pinto, Chefe Administrativa do Escritório da Associação Eixo Atlântico, na cidade do Porto, parece ter restado claro que o objetivo maior da entidade é a aproximação dos Municípios para uma verdadeira integração, coesão mesmo, como tratam os documentos da União Européia, evitando deseconomias e com foco mais no elemento humano, quanto à sua formação profissional, cultura, lazer e esporte, dentre outros aspectos. Da mesma forma, no sentido da “complementariedade funcional”, em especial, do ponto de vista dos equipamentos urbanos necessários para tanto, pode-se constatar que, dentro da chamada Política de Coesão da UE, dividida em Convergência, Competitividade e Cooperação Territorial, este último eixo tem encontrado terreno fértil nas iniciativas de responsabilidade de instituições como esta. Não se deve estranhar o número de projetos e os respectivos valores destinados à região, quando de convocatórias por parte dos Fundos europeus, ainda que estes venham minguando, especialmente, em razão do alargamento do bloco.

Já no caso da Comunidade de Trabalho, dada a sua informalidade, observa-se um rol de iniciativas ainda muito baseado no consenso acerca de temas, como é o caso do meio ambiente.

Tal aspecto, porém, poderá vir a se alterar de forma considerável, dado que, desde 2007, através do Decreto 376/2007, foi internalizada na legislação portuguesa, a possibilidade de cooperação

internacional através do chamado Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial. Tem como base o Regulamento 1082/2006, do Parlamento Europeu, para o que já se encontra institucionalizado o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galícia-Norte de Portugal, que será o “braço operacional” daquela Comunidade de Trabalho.

Esta novidade somente permitirá uma avaliação acerca de sua eficácia depois de decorridos alguns anos, mas de antemão, cumpre ressaltar que não parece que contribui para a solução dos entraves à cooperação transfronteiriça abordados. A manutenção das duas estruturas, em paralelo, ainda que bem definidas em suas competências, ou seja, uma mais no âmbito do planejamento, a Comunidade de Trabalho, e outra no nível mais operacional, o Agrupamento Europeu, pois, que uma das maiores críticas que se tem feito, conforme entrevista com a Dra. Gisela Ferreira, técnica daquela, é justamente o excesso de burocracia que, agravado pelas diferentes formas de Estado (Regiões Autônomas na Espanha e Estado Unitário, ainda que desconcentrado, em Portugal), pode acabar por retardar ainda mais a execução dos projetos a partir das candidaturas abertas pelos Fundos europeus. Isso, sem falar na análise das propostas, o que já tem determinado a prorrogação de muitos deles, como é o caso do INTERREG III, cuja data final era 2006, e em agosto de 2009 ainda não havia sido concluído.

Por fim, o advento de instituições como o EURES parece confirmar que dificuldades, em termos de cooperação, bem maiores do que estas, podem ser superadas, ainda que num campo bastante sensível. É o caso do “mercado de trabalho”, dado

que à livre circulação de bens e capitais, seguir-se-ia, então, a da “mão-de-obra” que, por ter regras menos protetivas em alguns Estados, já causou o deslocamento da produção para países periféricos, e agora desloca os próprios trabalhadores, nas economias centrais, em razão do custo direto (salário), muito mais do que em função de uma possível especialização.

Ainda assim é um começo, como se pode ver com Ribeiro e Cruz (1997), para quem a realidade começa a “atropelar” as instituições, traduzida aquela não só pelos intercâmbios sócio-culturais como pelo aumento exponencial das iniciativas de cooperação no âmbito econômico-empresarial, e estas pelas Comunidades de Trabalho (como a de Galiza/Norte de Portugal), a Associação Eixo Atlântico e a Associação Luso-Galaica de Comerciantes, dentre tantas outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre tais experiências Ferraz (2000) teceu as considerações finais sintetizadas em 15 conclusões, que fornecem um bom panorama da economia como um todo na região, das quais, apenas duas não se aplicariam ao processo em curso nos aglomerados transfronteiriços entre o Uruguai e o Brasil, já que à intensidade do avanço representado pela constituição da UE se opõe a grandeza do problema enfrentado pelo MERCOSUL.

Tais apontamentos consideram: a existência histórica de fortes laços de integração e interpenetração; as diferenças em termos de padrões de

especialização econômica e processos políticos distintos geraram desenvolvimentos econômicos divergentes; apenas a adesão ao MERCOSUL fez com que se criassem condições de cooperação e integração regional; tem-se assistido, na última década a um incremento das trocas intra-regionais, bem como, ao desenvolvimento de estruturas de apoio à cooperação e integração; esta noção de integração é flagrante no discurso político e empresarial, ao abordarem a projeção de cenários para a região; o perfil da atividade econômica nas duas regiões apresenta certa complementaridade, com o norte do Uruguai, mais desenvolvido, e o sul do Brasil, mais atrasado; tal complementaridade é comprometida com os níveis salariais mais baixos no Brasil.

De acordo com Ferraz (2000), então:

1. A Galiza e o Norte de Portugal constituem uma região que historicamente possui fortes laços de integração e interpenetração.

2. No entanto os padrões de especialização das economias e processos políticos divergentes em Portugal e em Espanha conduziram a que durante o período do pós-guerra, as economias das duas regiões se desenvolvessem de forma acentuadamente divergentes.

3. Apenas a integração simultânea na CEE voltou a criar condições para que a cooperação e integração regional pudesse retornar à sua tendência histórica.

4. Assim, na última década, tem-se assistido a um rápido crescimento das trocas intra-regionais e ao desenvolvimento de estruturas de apoio

à cooperação e integração a nível regional.

5. Este sentido de integração é evidente na apreciação que é efectuada por políticos, empresários, sindicatos e técnicos, quando confrontados com a questão do estabelecimento de cenários prospectivos para a região.

6. O perfil da actividade económica nas duas regiões apresenta o que, numa primeira leitura, se poderia considerar como uma complementariedade. A Galiza possui um peso significativo das actividades primárias e a Região Norte de Portugal possui um peso mais relevante das actividades industriais. Acresce que o desemprego é mais elevado na Galiza e a taxa de actividade significativamente mais baixa.

7. Este cenário promissor de complementariedade é, no entanto, comprometido pela inversão dos níveis salariais, possuindo a Galiza valores substancialmente mais elevados que os verificados na Região Norte.

8. O facto da Galiza possuir o nível de remuneração mais elevado da Euroregião, faz com que as tensões migratórias se dirijam para o seu tecido económico, com um padrão de especialização mais primário e onde existe o maior nível de desemprego. Este facto constituirá, porventura, o mais importante bloqueio à movimentação transfronteiriça de trabalhadores.

9. Do ponto de vista institucional e regulamentar, não existem diferenças significativas nos ordenamentos jurídicos das duas regiões que possam contribuir decisivamente para a criação de bloqueios institucionais. No entanto, a figura do trabalhador transfronteiriço não é considerada como merecendo um tratamento

autônomo. Quer os regulamentos dos Serviços Públicos de Emprego quer a Segurança Social nas duas regiões utilizam como critério a residência do utente. Isto é suficiente para impedir que um cidadão transfronteiriço possa utilizar os serviços de emprego de outra região que não os da sua residência, o que é claramente um limite à mobilidade.

10. A falta de informação sobre oportunidades de emprego e condições de vida e trabalho reflecte-se na forma como se processa a mobilidade transfronteiriça, fazendo com que a generalidade dos fluxos assumam um carácter acentuadamente informal e mesmo à margem das normas de trabalho nas duas regiões.

11. Existe, do ponto de vista dos parceiros sociais, uma manifesta vontade e mesmo algum empenhamento no desenvolvimento de estruturas de enquadramento de um mercado transfronteiriço de trabalho que se prevê venha a ganhar importância.

12. O processo de integração e cooperação transfronteiriça é definido essencialmente como um processo de elevado potencial que se encontra numa fase inicial e, embora apresente uma elevada dinâmica, se encontra muito longe de revelar todas as suas virtualidades.

13. Estas virtualidades e dinâmicas serão potenciadas pelo processo de regionalização em Portugal e pelo processo de aprofundamento das autonomias em Espanha.

14. Este mercado de trabalho transfronteiriço desenvolve-se ao longo de dois eixos principais: o eixo Valença/Tui, que se prolonga até Viana do Castelo e Vigo e o eixo Chaves/Verin com menor profundidade de penetração territorial.

15. Embora os movimentos transfronteiriços possuam uma irregularidade e sazonalidade reconhecidas pela quase totalidade dos observadores privilegiados, poder-se-á estabelecer uma matriz de fluxos de acordo com o seguinte quadro.

Em termos de cooperação transfronteiriça, isso se constata quando se vê que na Europa não existe nada parecido aos aglomerados urbanos formados por cidades gêmeas, como Sant’Ana do Livramento/Rivera, em especial, do ponto de vista das dimensões físicas e populacionais. Isto faz com que os ultrapassados mecanismos de controle, tais como os meios diplomáticos, necessários à prevenção e/ou solução dos conflitos de uso do solo, por exemplo, induzam a uma vulnerabilidade tal, que somente a adoção de instrumentos do tipo Agrupamentos de Cooperação Territorial podem superar.

Do ponto de vista político, constata-se que a institucionalidade propiciada pela UE, na verdade, em matérias mais sensíveis como são aquelas atinentes às fronteiras, só deslocam para fóruns mais distantes as decisões para os problemas ali presenciados, sendo mesmo necessária a adoção da chamada Cooperação sem Estado, experiência que já vem sendo empreendida na fronteira Brasil/Uruguai.

Quanto à questão econômica, também aqui na fronteira sul-americana, os circuitos superior e inferior da economia urbana poderão “complementar para competir”, em especial, a partir da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai.

Por fim, no que tange aos aspectos de apropriação do espaço transfronteiriço, de parte a parte, o Acordo para Permissão

de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, que encontra similar nas atividades da Comunidade de Trabalho, por exemplo, poderá desta experiência se valer em seus desdobramentos, cumprindo agora analisar em que medida as iniciativas européias encontram eco nas ações adotadas pelo Brasil e pelo Uruguai, em conjunto e isoladamente, com vistas à consolidação do processo de integração denominado MERCOSUL.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE NETO, Paulo. **Integração Espacial**: Economias de Rede e Inovação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

BRASIL: Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios.

BRASIL: Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai.

BRASIL: Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira brasileiro (PDF).

CASTRO, Luis Dominguez. **A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha**. Vigo: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular/ Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional, 2008. (Coleção Biblioteca dos estudos Estratégicos).

CAVACO, Carmina. Fronteira Portugal-Espanha e individualidade territorial. **Revista Finisterra**, v. 32, n. 63, 1997.

FERRAZ, António Mendes da Silva. **Área monetária óptima e política monetária na zona Euro**: duas questões em debate. <http://hdl.handle.net/1822/1447>. Braga: 2000.

GERRY, Chris. Ensino, empresas e território. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA APDR, 1998, Lisboa. Anais... Lisboa: APDR, 1998.

IRUROZQUI, Manuel Fuentes. **El Bloque Iberoamericano**: Punto de vista de un español. Madrid: Cultura Hispanica, 1953.

LOPES, Ermelinda. **Cooperação e Desenvolvimento das Regiões Fronteiriças na Comunidade Europeia**: Estudo do Caso Minho-Galiza. 1993. Dissertação (Programa de Mestrado em Estudos Europeus, Mestrado) – Universidade do Minho, 1993.

LOURENÇO, António Joaquim Pires. **A Cooperação Transfronteiriça Luso- Espanhola**: o Caso Particular entre o Concelho do Sabugal e a Comarca de Ciudad Rodrigo, in Beira Interior como Região de Fronteira. Covilhã: UBI, 1998.

PORTUGAL: Decreto 376/2007.

REIGADO, Felisberto Marques. Desenvolvimento regional transfronteiriço. In: COSTA, José Silva (Coord.). **Compêndio de Economia Regional**. Coimbra: APDR, 2002.

RIBEIRO, J. Cadima; CRUZ, Francisco Carballo. Cooperação Transfronteiriça para o Desenvolvimento: O Caso do Minho/Galiza. *ECO Série Documentos de Trabalho DT*, n. 2, 1997.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. São Paulo: EDUSP, 2004.

UNIÃO EUROPEIA: EURES.

UNIÃO EUROPEIA: INTERREG III.

UNIÃO EUROPEIA: Regulamento 1082/2006, do Parlamento Europeu.

REFLEXÕES SOBRE AS LEGISLAÇÕES E PRÁTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL E EM PORTUGAL PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MENINAS (CRIANÇAS E ADOLESCENTES) DE 2000 A 2015

REFLECTIONS ON THE LAWS AND PRACTICES OF SOCIAL PROTECTION IN BRAZIL AND PORTUGAL FOR COPING WITH VIOLENCE AGAINST GIRLS (CHILDREN AND TEENS), 2000 – 2015

Nivia Valença Barros¹
Rita de Cássia Santos Freitas²
Maria Izabel Valença Barros³



RESUMO

Reflete-se sobre as práticas de proteção social e a legislação brasileira e portuguesa, no que tange ao enfrentamento a violência contra meninas (crianças e adolescentes), nos primeiros anos do século XXI (2000 – 2015). Ao analisar tais ações destacamos o caráter sexista e excludente, ainda

presentes, sem, contudo, menosprezar, os avanços obtidos para este segmento social pós-redemocratização do Brasil nos anos de 1990, e em Portugal, pós 25 de abril de 1974. Para apresentar tal temática efetuamos uma análise das legislações que foram desenvolvidas neste período e as focalizamos como resultante de pressões de movimentos sociais e como uma

¹ Pós-doutoranda no Centro de Estudos Sociais - Núcleo de Estudos sobre Democracia, Cidadania e Direito (DECIDE), Universidade de Coimbra, sob supervisão da Investigadora Madalena Duarte, Bolsista Capes. Doutora em Psicologia (Psicologia Clínica), mestre em Educação e graduada em Serviço Social. Professora Associada da Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense – UFF. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa sobre Direitos Humanos e Cidadania – Nudhesc/UFF e Membro do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social – NPHPS/CRD/UFF. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6428815642168803>.

² Pós-doutora no Centro de Estudos Sociais - Núcleo de Estudos sobre Democracia, Cidadania e Direito (DECIDE), Universidade de Coimbra. Doutora e Mestre em Serviço Social e Graduada em Serviço Social (1983). Professora Associada da Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense – UFF. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social – NPHPS/CRD/UFF. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3475915389619235>.

³ Doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, sob orientação da Professora Rita de Cássia Santos Freitas. Mestre em Política Social e Graduada em Direito. Membro do Núcleo de Pesquisa sobre Direitos Humanos e Cidadania – Nudhesc/UFF e do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social – NPHPS/CRD/UFF.

importante forma de enfrentamento a violência contra meninas. E, neste mesmo sentido destacamos algumas das ações de proteção social realizadas no período como um elemento fundamental para o combate a tais violências e, em especial, destacamos as ações e articulações do movimento feminista em ambos os países.

Palavras-Chave: Criança e adolescente; Família-Proteção Social; Direitos e Políticas Sociais.

ABSTRACT

This work aims to reverberate between the social protection acts and the Portuguese and Brazilian legislation. Consisting of the beginning of XXI century (2000-2015) addressing violence against girls (children and teens). By analyzing such actions we highlight the sexist and exclusionary character is still present, without however, belittle the progress made by the post-democratic social segment in Brazil in the 90's, as also, the one in Portugal after the April 25th of 1974. To display this theme, we made analysis of the legislations that developed in this period and put into focus them as result of social movements' pressure as an important way of addressing violence against girls. Additionally, following the same line of thought, we highlight some of the social protection actions in that period as a key

element to combat violence, in particular, the actions of the feminist movement in both countries.

Keywords: Children and Teens; Family-Social Protection; Rights and Social Policies.

INTRODUÇÃO

A busca por políticas de proteção social e de legislações protetivas para crianças e adolescente tem ocorrido por longo percurso histórico, mas tem ganhado força e obtido avanço nas últimas três décadas. Ações que foram silenciadas, naturalizadas e, muitas vezes, banalizadas, como a violência contra crianças e adolescente e a violência intrafamiliar, passaram a ser tratadas de forma mais efetivas e cada vez mais quebram o muro do silêncio e passam a ser discutidos na esfera pública.

A realidade mostra que a forma mais eficaz de tentar por um ponto final na violência é, pelo contrário, expô-la ao olhar e comentário dos outros. Fazer com que deixe de ser algo que se passa apenas entre o casal (e os filhos que desde o berço se habituaram a ver o pai a bater na mãe) para passar a ser do conhecimento dos vizinhos, dos familiares, dos profissionais de aconselhamento, da polícia (SILVA, 1995, p. 118).

As diferenças entre meninos e meninas ainda são presentes no contexto brasileiro que também expressa assimetrias sociais por questão de classe, raça e território⁴. A situação de meninas brasileiras se diferencia, principalmente, por sua inserção de classe e raça e, apresenta características específicas de acordo com a cultura local e as vertentes religiosas que se inserem.

E, mesmo que os indicadores apontem avanços no nível educacional brasileiro, com a maior participação de meninas nos bancos escolares⁵, encontra-se presente uma cultura sexista com uma educação diferenciada para meninos e meninas e uma cultura assimétrica no que se refere a gênero⁶. Ainda se define fortemente os papéis de gênero onde meninos desempenham as atividades mais ativas e as meninas a prática do cuidar e do proteger são naturalizadas e incentivadas.

PAPÉIS SEXISTAS, REPRODUÇÃO SOCIAL, GÊNERO E MOVIMENTO FEMINISTA

Portugal e o Brasil são países muito distintos, em termos de dimensões, de contextualização política, econômica, social e cultural, porém estão implicados, entre outros importantes fatores, entre os quais, por sua: história, idioma e, ousado dizer “proximidade afetiva”.

Em Portugal, a Revolução dos Cravos, finaliza com a ditadura do Estado Novo, em 1974, e no Brasil, na década de 1980, termina a ditadura militar brasileira, assim, ambos os países, tem na sua história recente, marcas de luta por contextos mais democráticos. Percorridos meio século e guardadas as devidas proporções, estes países, apresentam contextos neoliberais que, não necessariamente, corresponde a expectativas advindas da luta pela redemocratização.

Ambos os países contam com fortes movimentos feministas, que nas últimas décadas, contribuíram para moldar os novos contornos societários existentes e, ainda na atualidade, confirma-se

⁴ O Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) do Brasil ficou em 0,441 em 2013, o que coloca o país na 85ª posição num ranking de 149 países. Já o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) do país ficou em 0,012, indicando que uma fatia de 3,1% da população é multidimensionalmente pobre. O IPM define como multidimensionalmente pobres as pessoas que sofrem 33,3% ou mais privações entre as dez variáveis do índice divididas entre as dimensões de saúde, educação e padrão de vida. (PNUD).

⁵ No que se refere ao desempenho educacional e saúde, o Brasil equipara-se a países que lideram o ranking, como Islândia, Finlândia, Noruega e Suécia. Assim como a Islândia, por exemplo, o País recebe nota 1 para educação e na saúde está até a frente com 0.98 ante 0.96. De acordo com o **Fórum Econômico Global**, o indicador de igualdade no Brasil teve o melhor crescimento na América Latina desde 2006, quando o relatório começou a ser feito.

⁶ Segundo os dados divulgado pelo "Fórum Econômico Mundial", o Brasil caiu nove posições em um ranking de igualdade de gênero. O país aparece agora na 71ª colocação na lista. Em 2013, ocupava a 62ª posição. A organização avaliou as diferenças entre homens e mulheres na saúde, educação, economia e indicadores políticos em 142 países. (Dados do relatório Global Gender Report, 2014)

como um forte elemento de pressões e de conquistas. Estes movimentos feministas no plural, marcados por uma dinâmica múltipla, trazem ao cenário mundial a questão da violência, o debate sobre gênero e a luta por uma sociedade menos sexista e mais democrática.

Mesmo com os avanços e conquistas obtidos a partir do século XX, com significativas legislações e políticas para a área da infância e adolescência, ainda há uma diferenciação significativa no que se refere aos papéis de gênero. A construção do “masculino” e o “feminino”, são hierarquicamente valorizadas de acordo com os padrões hegemônicos ainda presente em sociedade com características patriarcais. No caso brasileiro a interseccionalidade – classe, raça, gênero –, pauta a dinâmica societária.

A forte concentração de renda e a impunidade existente no Brasil, como também a assimetria de poder presentes em ambos os países (Portugal e Brasil), são elementos fundamentais para o debate sobre a hierarquização dos papéis de gênero. Destacando-se também as questões culturais e educacionais que marcam uma sociedade patriarcal e segregadora. E, mesmo não tratando de forma determinista, ao se pensar em sociedades, pautadas em vivências ainda patriarcais, a reprodução dos papéis de gênero não há que ser desconsiderada. Neste sentido, destaca-se também a importância de estudos⁷ que apontam que os homens que

sofreram violência durante a infância têm maior probabilidade de usarem violência contra as mulheres. Tais pesquisas constatarem que mesmo aqueles homens que simplesmente testemunharam a violência contra as suas mães, por seus pais ou outros homens, durante a infância estão três vezes mais propensos a repetir este tipo de comportamento. E, nesta perspectiva, conclui que os homens que acreditam na igualdade de gênero são, em geral, aqueles homens cujos pais não usaram violência, trataram as mães ou companheiras com respeito partilhando a tomada de decisões em casa e participavam ativamente do cuidado dos filhos durante a infância e adolescência. Os homens que tiveram essa vivência têm menor probabilidade de usar violência contra as suas companheiras. Essa pesquisa evidencia a importância da educação e da desconstrução de papéis de gênero pautados no autoritarismo e na violência para o reestabelecimento de relações mais igualitárias. Necessário também a reeducação das meninas na naturalização das situações vividas de violência e na reprodução hierarquizada de padrões sexuais de dominação.

A naturalização das assimetrias de gênero contribui para a conservação da cultura patriarcal de dominação. Os homens ainda usam a violência contra as mulheres, pautando-se em uma cultura de impunidade, fato tão contundente que deixa o Brasil no ranking de 7º lugar dos países que mais comete assassinato

⁷ Estudo desenvolvido em 2013, pelo Promundo em colaboração com o Banco Mundial que analisou os resultados do estudo IMAGES (International Men and Gender Equality Survey), realizado em mais de 10 países, junto com o International Center for Research on Women e outros parceiros e a partir dos dados, baseados em mais de 14000 entrevistas com homens.

de mulheres. Decorrente deste quadro passou a vigorar recentemente a Lei do Feminicídio⁸ após crescente pressão advindas, principalmente, dos movimentos feministas. Em Portugal⁹ instituições alertam para o fato que os homens ainda usam a violência contra as mulheres, pautando-se em uma cultura de impunidade, fato tão contundente que, segundo dados do Observatório das Mulheres Assassinadas, da UMAR, revela que em Portugal morreram até Novembro de 2012 36 mulheres; no ano de 2011 houve 27 femicídios no país. No mesmo ano a APAV estimava que 19 mulheres por dia eram vítimas de violência doméstica. A lei portuguesa sobre este crime é das melhores da Europa, mas infelizmente a sua aplicação não acompanha a qualidade da mesma.

LEGISLAÇÕES PROTETIVAS PARA O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA – MULHERES, CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Nas últimas décadas, em decorrência dos movimentos sociais, principalmente, os movimentos feministas, consolidaram-se planos, políticas e legislações para a

prevenção a violência contra mulheres, crianças e adolescentes e a violência intrafamiliar. Estas ações constituem em um avanço, face as pressões, para o estabelecimento de uma sociedade mais igualitária e, demonstram o quando ainda se mantém uma estrutura patriarcal e dominadora no que se refere as questões de gênero no país. Aqui destacamos algumas dessas ações:

EM PORTUGAL

O I¹⁰ e II¹¹ III¹² Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos para o período de 2007-2010, 2011 – 2013 e 2014 – 2017 (respectivamente) buscou definir as quatro áreas estratégicas de ação: Conhecer e disseminar informação; Prevenir, sensibilizar e formar; Proteger, apoiar e integrar; Investigar criminalmente e reprimir o tráfico; Cooperar. Tais planos além de atenção para a situação vividas por inúmeras meninas em situação de tráfico para fins de exploração sexual e comercial realizou ações para seu enfrentamento. Neste mesmo período, 2007-2010, o III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Gênero¹³ definiu cinco Áreas Estratégicas

⁸ Lei nº 13.104, de 09/03/2015.

⁹ <http://www.cmjornal.xl.pt/domingo/detalhe/violencia_domestica_os_numeros_da_vergonha_nacional.html>. Acesso em 06-07-2015.

¹⁰ I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos (2007-2010), Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2007, publicado no Diário da República, I série - N.º 119 - 22 de junho de 2007.

¹¹ I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos 2011- 2013, Resolução do Conselho de Ministros nº94/2010, publicado no Diário da República, I Série, Nº 231 - 29 de novembro de 2010.

¹² III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2014- 2017, Resolução do Conselho de Ministros nº101/2013, publicado no Diário da República, I Série, Nº 253 - 31 de dezembro de 2013.

de Intervenção: Perspectiva de Gênero em todos os Domínios de Política enquanto requisito de Boa Governança; Perspectiva de Gênero nos Domínios Prioritários de Política; Cidadania e Gênero; Violência de Gênero e Perspectiva de Gênero na União Europeia no Plano Internacional e na Cooperação para o Desenvolvimento, o que contribui para dar maior visibilidade as questões de gênero e para a efetivação de ações concretas.

Para o período de 2011 – 2013, foi elaborado o IV Plano Nacional para a Igualdade, Gênero, Cidadania e Não Discriminação¹⁴, e para igual período o IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica para a Igualdade, Gênero, Cidadania e Não Discriminação¹⁵. Estes planos tem profunda repercussão social, pois intervêm em questões complexas e presentes em toda sociedade e contem medidas preventivas para o enfrentamento a violência. Mas, destaca-se como um marco estratégico a Convenção de Istambul¹⁶, que foi adotada em 11 de maio de 2011, aplica-se a todas as formas de violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica, e objetiva prevenir e eliminar todas as formas de violência, proteger e assistir as vítimas, processar

criminalmente os agressores bem como promover a igualdade real entre mulheres e homens. Portugal foi o primeiro país da União Europeia a ratificar a Convenção de Istambul que entrou em vigor a 1 de agosto de 2014.

NO BRASIL

A Lei nº 13.104, de 09/03/2015 ficou conhecida como a Lei do Femicídio e passou a vigorar após inúmeras pressões, principalmente, dos movimentos feministas, frente a publicização dos homicídios contra mulheres no país. “No Brasil, entre 2001 a 2011, estima-se que ocorreram mais de 50 mil feminicídios: ou seja, em média, 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 472 a cada mês, 15,52 a cada dia, ou uma morte a cada 1h30”¹⁷. (Garcia, Freitas, Silva e Höfelmann, 2013). Através desta legislação passa-se a prever o feminicídio como conjuntura qualificativa para o crime de homicídio e passa a vigorar na relação dos crimes hediondos¹⁸. Esta legislação ainda amplia o aumento de pena para assassinatos às meninas menores de 14 anos¹⁹. O feminicídio e femicídio

¹³ Definiu cinco Áreas Estratégicas de Intervenção: Perspectiva de Gênero em todos os Domínios de Política enquanto requisito de Boa Governança; Perspectiva de Gênero nos Domínios Prioritários de Política; Cidadania e Gênero; Violência de Gênero e Perspectiva de Gênero na União Europeia no Plano Internacional e na Cooperação para o Desenvolvimento.

¹⁴ Resolução do Conselho de Ministros nº5/2011, publicado no Diário da República, I Série, Nº 12 - 18 de janeiro de 2011.

¹⁵ Resolução do Conselho de Ministros nº100/2010, publicado no Diário da República, I Série, Nº 243 - 17 de dezembro de 2010.

¹⁶ Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul).

¹⁷ Ainda nesta pesquisa ressalta-se: “Acredita-se que grande parte destes óbitos foram decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher, uma vez que aproximadamente um terço deles tiveram o domicílio como local de ocorrência.”

¹⁸ Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.

é comumente empregados como sinônimos, mas se diferenciam, enquanto, o femicídio refere-se ao homicídio de mulheres, o feminicídio trata do homicídio de mulher por motivo de gênero, isto é – por ser a vítima do sexo feminino, envolvendo ódio ou menosprezo por sua condição. Anteriormente, foi aprovada a Resolução nº 1, de 16/01/2014, que dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher do Congresso Nacional, fato que contribuiu significativamente para a aprovação da Lei do Feminicídio.

Outro fato que ocasionou muita comoção social foram os casos de violência contra criança cometidos por pessoas de classe média, como o caso Nardoni e a do menino Bernardo²⁰. A violência cometida contra criança e adolescentes ainda recentemente era restrita ao âmbito familiar, sendo silenciada, na atualidade, passa a ser discutida na esfera pública e, cada vez mais, torna-se alvo de reflexão sobre o poder e opressão familiar vivida por muitas crianças e adolescentes no país. A Lei nº 13.010, de 26/06/2014 passa a vigorar. Esta Lei altera o Estatuto da Criança e do Adolescente²¹ e estabelece o direito das crianças serem educados

e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante. Inicialmente era conhecida como a “Lei da Palmada”, mas passou a ser tratada como a Lei do menino Bernardo. É uma lei que mantém toda uma polêmica ao seu redor, pois ao mesmo tempo em que quebra a zona de silêncio no que tange ao contexto familiar, ao sacrosanto espaço da família, por outro lado também pode se constituir em uma invasão na vida privada das famílias e na imposição de padrões hierarquizados de conduta.

No âmbito dos crimes sexuais o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual passou a ter um tratamento mais específico com a Lei 12.845, meses antes foi estabelecida as diretrizes para este tipo de atendimento, tornando-se uma “espécie de guia” para o atendimento às vítimas de violência sexual, no Sistema Único de Saúde. Uma das estratégias para ampliar as denúncias sobre a violência contra a mulher e publicar os casos de violência sexual contra as mulheres, sem, contudo expo-las, vem através do funcionamento²² do Ligue 180, que é uma Central de Atendimento à Mulher e, neste caso, pode ser incluídas as meninas e adolescentes.

¹⁹ A pena será aumentada de 1/3 até a metade se for praticado: a) durante a gravidez ou nos 3 meses posteriores ao parto; b) contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos ou com deficiência; c) na presença de ascendente ou descendente da vítima.

¹⁴ Caso Nardoni: Morte da um prédio em São Paulo. O pai e madrasta da menina foram condenados e estão presos por esse crime. Caso do menino Bernardo: Bernardo Boldrini tinha 11 anos, era órfão por parte de mãe (a mãe que inicialmente teve a morte diagnosticada como suicídio, atualmente suspeita-se de assassinato) e vivia com o pai, e a madrasta. Em 04 de abril de 2014 ele foi encontrado morto. A madrasta encontra-se presa acusada por seu assassinato, o pai anteriormente fora acusado de maus tratos ao menino. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Decreto nº 7.393, de 15/12/2010. Menina Isabella Nardoni, em 29 de março de 2008, jogada do sexto andar de um prédio em São Paulo. O pai e madrasta da menina foram condenados e estão presos por esse crime.

²¹ Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

²² Decreto nº 7.393, de 15/12/2010.

Mas, o grande marco na legislação para a prevenção a violência doméstica contra a mulher é a conhecida com a Lei²³ Maria da Penha²⁴. Apesar de não tratar de uma Lei de proteção às meninas e adolescentes, atinge muitas adolescentes que sofrem com tais violências. Destaca-se como um instrumento eficaz para que as crianças não fiquem mais sujeitas à situação de risco em que se encontravam até então, ao prever a possibilidade de afastamento do lar do agressor; indicar a interrupção do direito de visitas do pai à criança e/ou adolescente; ou o impedir o contato ou a frequência em espaços onde esteja a criança, após a notícia sobre a ocorrência do crime.

A Lei Maria da Penha também impulsiona a criação de políticas públicas para a proteção da mulher, extensivo também às meninas. Uma grande discussão em torno desta lei refere-se ao fato de ela referir-se às mulheres o que geraria uma diferenciação de gênero, mas, contudo, entende-se que as mulheres estariam mais vulneráveis no âmbito doméstico e assim, parte-se do princípio “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades”. (MELLO, 2009),

neste sentido, compreende-se o contexto socio-cultural em que as mulheres estão mais sujeitas a vitimização decorrente da violência doméstica.

O direito de ir e vir das mulheres e adolescentes durante longo tempo foram cerceados. Após longas conquistas e com muita luta, mas o direito de ir e vir, ainda esbarra em diversos entraves, muitas mulheres e meninas (adolescentes) em seus percursos de trabalho, estudos e lazer sofrem constantes assédios. Decorrente deste contexto foi criada a polêmica lei²⁵ conhecida com a “lei do vagão de trem feminino” que se encontra presente em alguns Estados brasileiros e, vigora, principalmente no Estado do Rio de Janeiro e dispõe sobre os espaços destinados exclusivamente as mulheres no sistema ferroviário e metroviário.

Porém, os grandes marcos nas últimas décadas no que se refere a proteção às meninas (crianças e adolescentes) centram-se no: Protocolo de Palermo²⁶, que foi adicionado a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças;

²³ Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

²⁴ Ganhou este nome em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, que por vinte anos lutou para ver seu agressor preso (era até então seu marido). Em 1983 levou um tiro nas costas enquanto dormia ficando paraplégica, meses depois, empurrada da cadeira de rodas e houve a tentativa de electrocutá-la no chuveiro. O primeiro julgamento só aconteceu 8 anos após os crimes e mesmo após 15 anos de luta e pressões internacionais, a justiça brasileira ainda não havia dado decisão ao caso, nem justificativa para a demora. Maria da Penha conseguiu enviar o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), que, acatou uma denúncia de violência doméstica. No processo da OEA também condenou o Brasil por negligência e omissão em relação à violência doméstica e houve as recomendações para que fosse criada uma legislação adequada a esse tipo de violência. E em setembro de 2006 a lei 11.340/06 finalmente entra em vigor, além de englobar, a violência física e sexual, também a violência psicológica, a violência patrimonial e o assédio moral.

²⁵ Lei 4.733 de 23 de Março de 2006.

²⁶ O Decreto nº 5.017, de 12/03/2004, promulgou o Protocolo de Palermo no país.

na Lei²⁷ que determina a notificação compulsória de Violência contra Criança ou Adolescente, a ser efetivada na área de saúde pública ou privada que prestar atendimento à criança ou ao adolescente vítima de violência ou maus-tratos. Contudo, não há, que desconsiderar ainda como referencia, mesmo anteriormente ao período pesquisado, o Estatuto da Criança e do Adolescente²⁸ e a Constituição Federal Brasileira, que trouxeram novos paradigmas para o trato da questão social e para a consolidação de políticas mais efetivas para o atendimento às crianças e adolescentes no país.

POLÍTICAS, AÇÕES E PRÁTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – CONSELHOS TUTELARES (CT) E COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CNPJ)

Hoje são inúmeras as instituições²⁹ que se destacam no atendimento a criança, adolescente, mulheres e a população LGBT (que incluem mulheres, crianças e adolescentes), tanto em nível governamental como não governamental. Muitas dessas entidades são pioneiras e responsável por

grande parte do atendimento a meninas que sofrem violência e propulsora de ações que culminaram em mudanças de mentalidade e criação de legislações pertinentes.

A criação dos primeiros Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de direitos da criança e do adolescente e do Conselhos Tutelares no Brasil, datam dos anos 1990³⁰.

Em Portugal a ação protetiva para criança e adolescente vigente são similares ao Conselhos Tutelares no Brasil. Porém as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CNPJ) foram criadas 11 anos depois do Conselho Tutelar brasileiro (julho de 1990), isto é a partir de janeiro de 2001³¹. Tanto os Conselhos Tutelares quando as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional. Qualquer pessoa que conheça situações de perigo pode comunicá-las às entidades competentes em matéria de infância e juventude, às entidades policiais ou às autoridades judiciárias, CPCJ, em Portugal e ao Conselho Tutelar no Brasil. As autoridades policiais e judiciárias comunicam às CPCJ as situações de crianças e jovens em perigo que conheçam no exercício das suas funções. As entidades com competência em matéria de infância, adolescência e juventude (nomeadamente, as autarquias locais, segurança social, escolas, serviços de saúde, forças de segurança, associações

²⁷ Lei nº 4.730, de 28 de Dezembro de 2011.

²⁸ Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

²⁹ No Brasil, destacamos, entre outras: Em Portugal, destacamos entre outras: UMAR, APAV, AMJP, CNCJ.

³⁰ Lei que cria os conselho tutelares.

³¹ A partir da publicação da Lei n.º147/99, de 1 de Setembro.

desportivas culturais e recreativas) comunicam às CPCJ as situações de perigo que conheçam no exercício das suas funções sempre que não possam assegurar atempadamente a protecção que a circunstância possa exigir.

Os Conselhos Tutelares tem uma equipe de Conselheiros eleitos para uma gestão de 3 anos podendo haver recondução por mais três anos. A função desses conselheiros é definida pelo Estatuto da criança e adolescente. Cada Conselho pode contar com uma equipe técnica (mas, nem sempre isso ocorre o que dificulta a ação dos conselhos). A equipe técnica deveria ser composta por Assistentes Sociais, Psicólogos e Advogados. É previsto um Conselho Tutelar em cada município e, há município que congrega mais de Conselho. A previsão é de um conselho para cada 20 mil habitantes. Grande dificuldade para o trabalho dos conselhos é a falta de respaldo para as ações desenvolvidas. Nem sempre há na região instituições de apoio para o encaminhamento das demandas, como apoio psicológico, acolhimento e prevenção as drogas.

A problemática da violência contra a meninas, ainda invisibilizada é ainda mais ocultada no que diz respeito a sexualidade. A violência homofóbica contra meninas nem sequer é comentada, a não visibilidade de tais casos contribui para a omissão dos seus relatos. A negação da sexualidade feminina e a própria culpabilização da vítima no evento de violência sexual também é um elemento presente em uma sociedade sexista. Esses temas tem sido trazido pelos movimentos feministas que exige ações de proteção social às mulheres e meninas vítimas de violência. E, neste sentido, as transformações dos papéis de gênero requer um processo de (re)educação contínuo, que não é fácil de ser assimilado e conformado em termos de novos paradigmas societário.

A interseccionalidade e a transversalidade presente na construção de novos marcos civilizatórios implica na necessidade de práticas formativas diferenciadas que consolide novas ações que se consolide desde a infância, como também que se incorpore ações de culturais, preventivas, socio-economicas, legislativas entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O combate e enfrentamento à violência contra meninas se dá pela incorporação de políticas sociais efetivas, legislações protetivas e uma rede de proteção atuante e presente. Mas, também faz-se necessário a mudança de mentalidade e construção de uma cultura não sexista e violenta.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Nívia Valença. **Violência intrafamiliar contra criança e adolescente** – Trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social”. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação e Psicologia Clínica da Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Rio de Janeiro. 2005.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2003.
- BRASIL: **Lei nº 13.104**, 09 mar.2015.
- BRASIL: **Decreto nº 7.393**, 15 dez. 2010.
- BRASIL: **Lei nº 11.340**, de 7 ago. 2006.
- BRASIL: **Lei 4.733** de 23 mar. 2006.
- BRASIL: **Decreto nº 5.017**, 12 mar. 2004.
- BRASIL: **Lei nº 8.072**, 25 jul. 1990.
- BRASIL: **Lei nº 8.069**, 13 jul. 1990.
- DGAI . **Relatório de monitorização da Violência Doméstica – 1º Semestre de 2011**. Fonte:www.dgai.mai.gov.pt.
- DIAS, Isabel (2004). **Violência na família: uma abordagem sociológica**. Porto: Ed. Afrontamentos, 2004.
- DUARTE, Madalena; OLIVEIRA, Ana. Mulheres nas margens: a violência doméstica e as mulheres imigrantes”, **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 23.
- DUARTE, Madalena. “O lugar do Direito nas políticas contra a violência doméstica”, **Revista Ex Æquo**, n. 25, 2012.
- FREITAS, Rita de Cássia Santos. “Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade –algumas reflexões a partir do caso Acari”, **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 71, São Paulo:Cortez, 2002.

FREITAS, Rita *et al.* “Violência contra a Mulher – Notas”, **Revista Gênero**, Niterói, v. 12, n. 1. 2011.

PNUD, **Índice de Desigualdade de Gênero (IDG)**, 2013. Portugal: <http://www.cmjornal.xl.pt/domingo/detalhe/violencia_domestica_os_numeros_da_vergonha_nacional.html>. Acesso em 06-07-2015.

Resolução do Conselho de Ministros nº100/2010, publicado no **Diário da República**, I Série, n. 243 - 17 de dezembro de 2010.

Portugal: Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul).

Relatório Global Gender Report, 2014. In: <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2014/> Acesso em 10-06-2015.

SAFIOTTI, Heleieth. I. “Rearticulando gênero e classe social”, **Uma questão de gênero** (Org.: Costa, A. & Bruschini, C.), Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/ São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992.

SCOTT, Joan. “O enigma da igualdade”, **Revista Estudos Feministas**, n. 13, Florianópolis, jan/abril, 2005.

SILVA, Luisa Ferreira da. **Entre marido e mulher alguém meta a colher**. À Bolina Ed. Livreiros. (Coleção Os homens e as mulheres). 1995.

EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: A PERSPECTIVA DA LEI FEDERAL 10.639/2003

EDUCATION AND EMANCIPATION: THE PERSPECTIVE OF THE FEDERAL LAW 10.639/2003

Benjamin Xavier de Paula¹



RESUMO

Aborda-se a implementação da Lei Federal 10.639 de 09 de janeiro de 2003, bem como, seu arcabouço jurídico normativo, o Parecer CNE/CP nº 3/2004 e a Resolução CNE/CP nº 1/2004 seus significados e intenções, numa perspectiva teórico-metodológica que busca articular uma educação antirracista com os pressupostos éticos e estéticos de uma educação para a emancipação social, amparado na perspectiva dos conceitos de Boaventura de Sousa Santos (2010), Paulo Freire (2007) e Ana Maria Saul (1988), bem com, nos referenciais radicadas na experiência africana das diásporas, tal como disposto em Joseph Ki-Zerbo (2010), Elisa Larkin Nascimento (1996; 2008; 2009), Cheikh Anta Diop (1974, apud NASCIMENTO, 1996); Kabengele Munanga (1986; 2000; 2003; 2006), Neuza Santos Souza (1983), Frantz Fanon (2008),

Abdias do Nascimento (2002), Carlos More (2007), Molefi Kete Asante (1987; 1989; 1990), Jacques D'Ades (2001), Dagoberto José Fonseca (2008), Luiz Alberto Oliveira Gonçalves; Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2000), e os dados empíricos da pesquisa levantados a partir da pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Palavras Chaves: Educação; Estudos afro-brasileiros; Diásporas africanas; Emancipação Social.

ABSTRACT

The implementation of Federal Law 10,639 of January 9, 2003, as well as, its normative legal framework, CNE / CP Opinion nº 3/2004 and Resolution CNE / CP nº 1/2004, is addressed theoretical and methodological approach that seeks

¹ Pós Doutorado em Educação no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra CES/UC com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil. Professor do Ensino Superior na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia FACED-UFU; Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática do Ensino de Geografia e História GEPEH/PPGED-UFU; e, membro da Rede Internacional de Estudos Africanos e das Diásporas - READI. E-mail: benjaminx@ces.uc.pt. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4904989732251971>.

to articulate an antiracist education with the ethical and esthetic assumptions of an education for social emancipation, supported by the concepts of Boaventura de Sousa Santos (2010), Paulo Freire (2007) and Ana Maria Saul (1988), in the framework of the african experience of diasporas, as set out in Joseph Ki-Zerbo (2010), Elisa Larkin Nascimento (1996, 2008, 2009), Cheikh Anta Diop (1974, apud NASCIMENTO, 1996); Kabengele Munanga (1986; 2000; 2003; 2006), Neuza Santos Souza (1983), Frantz Fanon (2008), Abdias do Nascimento (2002), Carlos More (2007), Molefi Kete Asante (1987; 1989; 1990), Jacques D'Ades (2001), Dagoberto José Fonseca (2008), Luiz Alberto Oliveira Gonçalves & Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2000); the empirical data of the research raised from the bibliographical research and documentary research.

Keywords: Education; Afro-brazilian studies; African diasporas; Social emancipation.

INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 10.639/2003 e as suas disposições legais e normativas correlatas, ao regulamentar uma educação positiva das relações raciais e étnicas com vistas a implementação do estudo da História e Cultura da África e Afro-brasileira na perspectiva da contribuição da história e culturas de matrizes africanas para a nossa sociedade, não dispõem apenas sobre uma mudança de ordem legal na legislação, reconhecem uma luta histórica

de parcela significativa da população brasileira – os negros, com vistas a superação das barreiras do racismo e da exclusão social construídas, reproduzidas e propagadas por meio da educação.

Nesta direção reconhece que esta luta abre caminho para um processo de emancipação política, educacional e social, portanto, uma educação para as relações étnico-raciais tal como disposta pelo arcabouço jurídico normativo pedagógico, instituído pela Lei Federal nº 10.639/2003, que implica em uma educação para a emancipação.

Em Boaventura de Sousa Santos, encontramos um conceito de emancipação que melhor atende aos pressupostos da nossa pesquisa. Este, articulado às referências brasileiras como Paulo Freire e Ana Maria Saul, indicam caminhos possíveis para a concepção de emancipação da educação que indicamos no título deste capítulo.

Para Santos (2010, p. 277-278),

[...] a emancipação não é mais que um conjunto de lutas processuais, sem fim definido. O que a distingue de outros conjuntos de luta é o sentido político de processualidade das lutas. Esse sentido é, para o campo processual da emancipação, a ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social conforme estabelecido na nova teoria democrática acima abordada. O socialismo é a democracia sem fim [...]. Neste momento, o socialismo será ecológico, feminista, antiprodutivista, pacifista e antirracista. Quanto mais profunda for a desocultação das opressões e das exclusões, maior será o número de adjetivos em equilíbrio dinâmico, socialmente dinamizados pela democracia sem fim [...]. Uma tal concepção de emancipação implica

a criação de um novo senso comum político [...]. Cabe recordar aqui, a terminar, o maior teórico africano deste século, Amílcar Cabral, para quem a cultura e o renascimento cultural constituem, por excelência, a pedagogia da emancipação.

Neste entendimento a emancipação é um *continuum* – não de uma única luta, o socialismo, ou o anarquismo, ou o comunismo, ou mesmo a democracia – mas um conjunto de lutas, o feminismo, o anticolonialismo, o anti-racismo, dentre outras lutas.

A emancipação ocorre quando os sujeitos sociais adquirem uma consciência da necessidade de superação das opressões e exclusões, e neste sentido, adquirem autonomia para transformar esta consciência em ação, portanto: consciência + autonomia + ação = emancipação.

O que Boaventura Santos nos demonstra é a possibilidade de formulação de um corpo de teorias consistentes pela análise das diversas realidades sejam elas locais ou globais, por meio do esforço intelectual, comprometido e autônomo, em oposição a “picaretagem acadêmica”, que está fundada em frases de efeito sem nexos com a realidade, fruto da preguiça intelectual e do pensamento colonizado.

A premissa exposta pelo pensador africano, Amílcar Cabral, tal como nos evidencia Boaventura Santos, é que a emancipação constitui-se numa tarefa mundial, cuja síntese é a “Pedagogia da Emancipação”; esta, no Brasil de hoje, encontra ressonância e similaridade na Pedagogia das Africanidades de que trataremos adiante.

Paulo Freire não recorre permanentemente ao conceito de emancipação – mas àqueles que a tornam possível: liberdade e autonomia. Para ele, a emancipação social é um processo que ocorre no deslocamento pessoal e coletivo de uma condição de opressão e de submissão, para uma condição de liberdade e autonomia – portanto, a emancipação é o processo por meio do qual os sujeitos oprimidos superam histórica, política e socialmente a sua condição de opressão rumo a uma condição de liberdade, que somente podem ser compreendidas dada a constituição do ser humano a partir de duas dimensões: a de sujeito de sua própria história e como sujeito autônomo.

Neste sentido, Paulo Freire aprofunda a questão na perspectiva de uma construção coletiva com vistas a superação da opressão que se opera por meio do assujeitamento tanto do professor quanto do aluno.

Paulo Freire (2007) afirma que,

[...] é fundamental que, na prática da formação docente, o aprendiz de educador assuma que o indispensável pensar certo não é presente dos deuses nem se acha nos guias de professores que iluminados intelectuais escrevem desde o centro do poder, mas, pelo contrário, o pensar certo que supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formador (FREIRE, 2007, p. 38).

Reflete como as práticas de liberdade e de autonomia estão diretamente relacionadas ao saber produzido pelos diversos sujeitos sociais, dentre os quais, destacam-se os professores e os aprendizes.

Uma produção social do saber e uma ação que se dá na prática, problematizada pela crítica, pela reflexão e, acima de tudo, pela ação não neutra, mas transformadora, rumo à humanização do ser humano, e de superação das práticas racistas e discriminatórias na sociedade e na escola.

Para ele,

faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida de qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia [...]. Quão ausentes da democracia se acham os que queimam igrejas dos negros porque, certamente, negros não tem alma. Negros não rezam (FREIRE, 2007, p. 36) [...]. Um dos saberes primeiros, indispensáveis a quem, chegando a favela ou a realidades marcadas pela traição a nosso direito de ser, pretende que sua presença vá se tornando convivência, que eu estar no contexto vá virando estar com ele, é o saber do futuro como problema, e não como inexorabilidade. [...] meu papel no mundo não é o de quem constata o que ocorre, mas também, o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar [...]. A rebeldia enquanto denúncia precisa se alongar até uma posição mais radical e crítica, revolucionária, fundamentalmente anunciadora. A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio da sua superação, no fundo, o nosso sonho (FREIRE, 2007, p. 75-79).

Mais do que o posicionamento crítico e reflexivo do pesquisador perante as fontes de pesquisa, espera-se do

mesmo o compromisso e a atitude, ou seja, a ação pesquisadora comprometida com um propósito; no nosso entendimento, que caminhe na direção de uma mudança significativa da realidade social e educacional rumo a emancipação dos sujeitos oprimidos e/ou subjugados por uma estrutura social e educacional opressora e submissa.

Ana Maria Saul desenvolveu na década de 1980, decorrência da experiência vivenciada como professora de Currículo e Avaliação Educacional no Programa de Estudos Pós-Graduados em Supervisão e Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, um processo inovador de avaliação, que foi por ela intitulada de “avaliação emancipatória” – inspirado na crença de que, abrindo a possibilidade para que professores e alunos aprofundassem a crítica sobre o curso em questão, seria possível fomentar uma proposta emancipatória de currículo escolar –; propunha-se não só um desafio, mas também a transformação do curso pelos seus integrantes.

Para Saul,

[...] um desafio no sentido positivo de convidá-lo a engajar-se num projeto político-pedagógico de transformação [...] no sentido de exorcizar o autoritarismo que permeia instituições e costumes em direção ao fortalecimento da consciência e da capacidade de iniciativa transformadora de grupos antes que de indivíduos isoladamente [...] (SAUL, 1988, p. 10); [...] construção inspirada em três vertentes teórico-metodológicas: a primeira delas caracteriza-se como avaliação democrática. A segunda é a crítica institucional e criação coletiva. E a terceira é a pesquisa participante [...] (SAUL, 1988, p. 53);

um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. Destina-se à avaliação de programas educacionais ou sociais. Ela está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas [...] fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma experiência e ação educacional escrevam a sua “própria história” e gerem as suas próprias alternativas de ação (SAUL, 1988, p. 61).

Saul (1988) reflete sobre a necessidade desse novo paradigma de educação que tem como referência as necessidades de uma transformação das instituições e dos cursos, intermediada pelo autoconhecimento, como princípios norteadores das ações de educação. Essa opção possui dois objetivos básicos:

[...] iluminar o caminho da transformação e beneficiar as audiências no sentido de torná-las autodeterminadas. O primeiro objetivo indica que essa avaliação está comprometida com o futuro, com o que se pretende transformar, a partir do autoconhecimento crítico do concreto, do real, que possibilita a clarificação de alternativas para a revisão desse real. O segundo objetivo ‘aposta’ no valor emancipador dessa abordagem, para os agentes que integram um programa educacional. Acredita que esse processo pode permitir que o homem, através da consciência crítica, imprima uma direção as suas ações nos contextos em que se situa, de acordo com valores que eleger e com os quais se compromete no decurso de sua historicidade (SAUL, 1988, p. 61).

No tocante à inserção social, com vistas à democratização estrutural das instituições (foco da perspectiva que se propõe emancipatória), Saul analisa a necessidade da definição dos conceitos básicos que norteiam a transformação estrutural das instituições, a saber: emancipação, decisão democrática, transformação e crítica educativa (SAUL, 1988).

Entendemos que essa experiência dialética, radical, libertadora e revolucionária, emprestando os conceitos empregados por Paulo Freire, deve estar amparada no compromisso com a realidade vivenciada pelos vários sujeitos, num claro deslocamento da pesquisa de gabinete para a pesquisa engajada na realidade, por meio da qual buscamos compreender o processo de construção da autonomia destes sujeitos – educadores e formadores – rumo a uma educação para a emancipação. Entendendo, neste caso, autonomia e emancipação, no sentido abordado por Paulo Freire (2007), Boaventura de Sousa Santos (2010), Ana Maria Saul (1998) e Kabengele Munanga (1986, 2006, 2009), como um projeto capaz de construir, no interior da sociedade e da educação, saberes e práticas pedagógicas que possibilitem a superação do racismo na educação e promovam uma educação para as relações étnico-raciais positivas no meio educacional e escolar.

A LEI FEDERAL 10.639/2003 E O ESTUDO DA HISTÓRIA E CULTURA DA ÁFRICA E AFRO-BRASILEIRA

A Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003², altera a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB -, acrescentando a esta os artigos 26A e 79B, nos termos em que segue,

[...] Art. 1º - A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos, 26-A, 79-A e 79-B: “Art. 26A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira []. Parágrafo 1º - O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil []. Parágrafo 2º - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras []; Art. 79-A. (VETADO) []; Artigo 79-B - O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’” (BRASIL, 2003).

Por meio da alteração a legislação existente, a Lei Federal nº 10.639/2003 acrescenta o artigo 26A, institui-se a obrigatoriedade da inclusão do estudo da História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, tanto oficiais quanto particulares.

O parágrafo primeiro deste artigo, o qual a lei determina que o conteúdo programático a que se refere o novo artigo, compreende o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira, o negro na formação da sociedade nacional; e, que tal perspectiva deve resgatar a contribuição do povo negro nas diversas dimensões pertinentes a nossa História.

Neste parágrafo, está posto, por um lado, que esta alteração de natureza legal deve contemplar os estudos brasileiros na perspectiva das diásporas africanas, ou seja, que não é possível estudar a História Afro-brasileira dissociada da História da África e vice-versa; e, por outro, que esta história deve ser implementada na perspectiva do reconhecimento, da promoção e da valorização da luta, da cultura e da história dos negros. Os estudos afro-brasileiros fundados da “historiografia da escravidão”, os estudos que visam entender a África separada do Brasil, bem como, aqueles que buscam compreender a história e cultura dos negros dissociadas de uma perspectiva africana, não somente não contemplam o disposto nesta lei como vão na direção contrária do que a mesma dispõe.

² As alterações e modificações inseridas na Lei Federal nº 9.394/1996 e na Lei Federal nº 10.639/2003 pela Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, não invalidam e nem revogam nenhuma das duas anteriores, que continuam tendo a sua validade; mas acrescenta a referida lei, a abordagem também da questão indígena.

No parágrafo segundo, a lei dispõe que “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira”.

Ao afirmar que tais conteúdos são obrigatórios em todo o currículo escolar não faz distinção entre níveis e modalidades de ensino; portanto, tal obrigatoriedade se estende da educação infantil ao ensino superior, bem como, do ensino presencial passando pela Educação de Jovens e Adultos – EJA, pelo Ensino Técnico, e também pela Educação a Distância - EAD³.

Também estende esta obrigatoriedade a todas as disciplinas e áreas de conhecimento que compõem o currículo escolar, “em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira”.

Evidencia-se que o caráter especial, conferido as áreas de Educação Artística, Literatura e História, diz respeito a natureza e conteúdos que compõem os objetos de estudo destas áreas de conhecimento, o que não significa em nenhuma hipótese, que as demais áreas de conhecimento estão isentas do cumprimento do que dispõe a lei.

O artigo 79A foi vetado pelo presidente da República.

O artigo 79B da Lei Federal nº 9.394/96 instituído pela Lei Federal nº 10.639/2003, determina também a inclusão do dia 20 de novembro no calendário

escolar como dia da Consciência Negra. Novamente não faz nenhuma distinção entre níveis e modalidades de ensino; e, portanto, todas as instituições escolares, sejam elas de Educação Básica ou ensino superior, de ensino presencial, EJA, EAD ou mesmo ETEC, estão obrigadas a incluir esta data no calendário escolar.

No que se refere ao conteúdo da Lei Federal é necessário desmistificar alguns aspectos importantes. O primeiro é que a aprovação da Lei não é um ato isolado do poder público, mas fruto de uma luta histórica protagonizada pelo movimento negro, por educadores, militantes e ativistas da luta antirracista, que de longa data, em nosso país, tem denunciado as condições de vida e a segregação racial do povo negro, e também, reivindicado novos caminhos para a superação das condições de vida relegadas aos descendentes de Africanos em nosso país, por meio de práticas sociais e pedagógicas de combate a violência e a discriminação racial (PAULA, 2009).

A Lei em questão, prossegue o autor citado, parte da constatação de que a escola e a educação brasileira constituem-se em *locus* privilegiado de construção e disseminação de teorias e práticas racistas em relação aos alunos negros. Essas atitudes edificam um currículo escolar que legitima práticas racistas, em nome do fortalecimento de uma concepção fundada no eurocentrismo judaico-cristão e fruto da cultura ocidental. Esta constatação nos leva à compreensão de que, ao propor a inclusão

³ Tal entendimento é ratificado no conjunto das disposições legais normativo a que denominamos neste trabalho de arcabouço jurídico, normativo e pedagógico (SILVA, 2013), à saber: a Resolução nº 03/2004 e o Parecer nº 01/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE) tratado mais adiante.

dos estudos abordados nesta pesquisa, a lei pretende impulsionar atitudes de combate à discriminação racial destes povos, designados negros e/ou afro-brasileiros, e, neste sentido, determina a construção de uma educação antirracista.

A aprovação dessa Lei, reafirma o autor em tela, não significa simplesmente inserir determinados conteúdos no currículo escolar que aborde os conteúdos discriminados no seu texto. Torna-se necessário repensar a estrutura do atual currículo escolar constituído por uma única vertente de seleção, a europeia, de forma que essa ação possibilite aos grupos excluídos a sua inserção de maneira plena no meio escolar, tanto sob o ponto de vista da presença física, quanto sob o ponto de vista do reconhecimento deste como espaço de construção de múltiplas identidades, dentre as quais, a Afro-brasileira. Falar da lei, sem refletir sobre os seus objetivos gerais, leva ao equívoco de trabalhar conteúdos deslocados do seu contexto, sem compreender a sua intencionalidade.

Conforme se vê, a Lei Federal nº 10.639/2003 é muito mais ampla que as possíveis lacunas e imprecisões e, também, que os seus críticos tentam lhe atribuir⁴. Suas disposições e intenções legais estão bem nítidas e evidentes. Contudo, as resistências enfrentadas – tanto na Educação Básica como no ensino superior, em função do racismo instituído no

imaginário e nas práticas dos professores, pesquisadores e intelectuais colonizados pelo eurocentrismo e aprisionados pelo racismo – são mais evidentes ainda⁵.

Uma educação emancipadora que, neste caso, significa uma reeducação positiva das relações raciais e étnicas destes professores, pesquisadores, intelectuais e demais profissionais do ensino; ela faz-se urgente, como instrumento de construção de uma sociedade de fato democrática.

Esta ação encontrará respaldos em duas disposições legais regulamentadoras da Lei Federal nº 10.639/2003, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE: o Parecer nº 03, de 10 de março de 2004 e a Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004, da Câmara Plena do Conselho Nacional de Educação, que institui as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”.

Muito além da simples mudança na legislação, ou mesmo, da instituição compulsória de novos conteúdos escolares, o que a Lei Federal nº 10.639/2003 propõe é uma mudança de atitudes, comportamentos, mentalidades, e, principalmente, da prática pedagógica dos professores.

⁴ A este respeito ver: ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-brasileira e Africana”: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 41, janeiro-junho de 2008; p. 5-20.

⁵ A este respeito ver: SILVA, Glênio Oliveira da. Arcabouço jurídico normativo pedagógico da Lei Federal nº 10.639/2003 na Universidade Federal de Uberlândia: avanços e limites. Uberlândia/MG: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – PPGED/UFU, 2013. (Dissertação de Mestrado).

O ARCABOUÇO JURÍDICO NORMATIVO PEDAGÓGICO DA LEI FEDERAL 10.639 DE 09 DE JANEIRO DE 2003

Uma melhor definição destas ações está detalhada no Parecer nº 3, do Conselho Nacional de Educação – Câmara Plena, de 10 de março de 2004 – Parecer CNE/CP nº 3/2004-, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Uma melhor definição destas ações está detalhada no Parecer nº 3, do Conselho Nacional de Educação – Câmara Plena, de 10 de março de 2004 – Parecer CNE/CP nº 3/2004 –, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

Este parecer visa a atender os propósitos expressos na Indicação CNE/CP 6/2002, bem como regulamentar a alteração trazida à Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/200, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros (BRASIL, 2004a).

Este parecer, detalha, em 21 páginas de documento, que a implementação do disposto na Lei Federal nº 10.639/2003 deve ir além da simples inclusão de conteúdos específicos ou de disciplinas específicas no currículo dos estabelecimentos de ensino, oficiais e particulares (BRASIL, 2004a). Esta operação, por si só, é um passo importante da lei, mas não garante a efetividade da construção de uma educação antirracista, antidiscriminatória e inclusiva em relação aos negros e afrodescendentes, até porque muitos estabelecimentos de ensino podem fazê-lo de forma deturpada e discriminatória; perpetuando, assim, as relações raciais desiguais. Por conseguinte, é necessário um movimento muito mais amplo de “reeducação das relações raciais e étnicas” como forma de superar o passado racista e excludente do qual a educação sempre foi cenário (PAULA, 2009).

A construção do parecer buscou atender as necessidades de orientação dos sistemas de ensino, bem como da sociedade, a partir das demandas criadas pela Lei Federal nº 10.639/2003, e também pelas reivindicações do Movimento Negro Brasileiro, neste sentido dispõe o documento,

Todos estes dispositivos legais, bem como reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, apontam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir. Destina-se, o parecer, aos administradores dos sistemas

de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Destina-se, também, às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática (BRASIL, 2004a).

Evidencia-se, neste documento, a preocupação com a elaboração de diretrizes gerais que orientem e deem suporte aos sistemas de ensino, dirigentes educacionais, profissionais da educação e comunidade escolar; quanto à implementação das disposições legais instituídas pela Lei Federal nº 10.639/2003, na perspectiva das relações étnico-raciais que levam ao reconhecimento e valorização do legado histórico-cultural dos negros brasileiro como instrumento de efetivação de uma educação de qualidade e de uma sociedade justa e democrática.

Nas questões introdutórias do parecer, o mesmo evidencia as duas dimensões que orientam a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003: o combate ao racismo na educação e na sociedade; e a valorização,

reconhecimento e promoção do legado histórico cultural dos negros brasileiros.

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. **Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, [grifo nosso] povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos [grifo nosso]. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnicoraciais, [grifo nosso] ou seja,**

entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis (BRASIL, 2004a).

A primeira dimensão que o texto normativo do parecer faz questão de destacar é que as disposições legais em voga tratam-se de ações afirmativas, ou seja, de ações reparatórias – está aprovado e ponto. Ações afirmativas e ações reparatórias neste sentido são sinônimas; que buscam afirmar positivamente a identidade cultural e histórica dos negros como forma de reparação das condições historicamente construídas fundadas no racismo como ação não afirmativa e depreciativa tanto da identidade como do legado histórico-cultural destes povos.

Também, não deixa dúvidas quanto a um dos principais propósitos da lei: trata-se de política curricular orientada para o combate ao racismo que atinge particularmente os negros. Neste sentido, insere a implantação da lei numa perspectiva de luta – contra o racismo e as formas de discriminação correlatas praticadas em relação aos negros; e de construção, de práticas pedagógicas e sociais de combate a este racismo – ações não afirmativas –, na educação e na sociedade.

Propõe a produção e divulgação de conhecimentos que levam a valorização e reconhecimento do legado histórico-cultural dos negros brasileiros como forma de resgate da autoestima e da construção de uma identidade positiva de si e em relação aos outros, eurodescendentes, indígenas e asiáticos.

Aborda o direito de expressão a uma visão de mundo própria dos negros, – que entendemos e denominamos nesta pesquisa como uma cosmovisão africana.

Trata, também, dos professores qualificados e com formação para lidar com as tensões produzidas pelo racismo no ambiente escolar com vistas a uma “reeducação” das relações entre os diferentes grupos étnico-raciais.

As dimensões de combate ao racismo e valorização do legado histórico-cultural dos negros na educação e na sociedade, na perspectiva do parecer, implicam em ações reparatórias, de reconhecimento e de valorização dos negros.

No que se refere às demandas por ações reparatórias de afirmação dos negros, assim dispõe o parecer,

A demanda por reparações visa a que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações [...]. Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos

conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão (BRASIL, 2004a).

As reparações são instrumentos de implementação da política de combate ao racismo por meio do reconhecimento e revisão das atrocidades e diversas formas de violência cometidas contra os negros e seus descendentes em nome na defesa deste racismo.

O principal resultado destas políticas racistas que no caso brasileiro tem início no processo de escravização dos negros de origem africana e se estende para além das políticas abolicionistas, portando, ao longo de toda a nossa história, a exclusão dos negros e seus descendentes do acesso às políticas públicas promovidas pelo estado racista; como o acesso à educação, por exemplo, resultando esta em dificuldades de condições necessárias para a sua reprodução como o acesso ao emprego e ao mercado de trabalho, à cultura, à educação e aos bens materiais e imateriais por eles produzidos.

Em relação às ações de reconhecimento na perspectiva da reeducação das relações étnico-raciais dispõe o parecer,

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua

história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros. Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino. Reconhecer exige que se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual (BRASIL, 2004a).

Se o racismo implica em injustiças, a educação das relações étnico-raciais implica em justiça e iguais direitos de várias naturezas aos negros e seus descendentes; bem como, a mudança nas estruturas sociais que historicamente edificaram estas injustiças.

Este reconhecimento implica estratégias pedagógicas de valorização da diversidade como instrumento de superação da desigualdade que questionam as relações étnico-raciais baseadas em preconceitos e estereótipos depreciativos que buscam desqualificar o negro. Este é o entendimento do texto normativo e legal do parecer.

Quanto à valorização do legado histórico-cultural dos negros como instrumento desta reeducação das relações raciais dispõe o parecer,

Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas. Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra. [...] exige professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino, comprometidos com a educação de negros e brancos, no sentido de que venham a relacionar-se com respeito, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes e palavras que impliquem desrespeito e discriminação (BRASIL, 2004a).

Valorizar significa a superação do currículo amparado em conteúdos pejorativos e depreciativos em relação ao negro que exaltam a escravização dos africanos como processos naturais e naturalizados ao qual denominam de

“escravidão”, rumo a incorporação de conteúdos relativos a luta dos negros ao enfrentamento do processo de escravização, bem como as construções individuais e coletivas por estes empreendidas no campo da cultura, da memória, da história, da economia, da religião, e também, dos demais valores materiais e simbólicos, tais como: as festas de congadas, a capoeira, a folia de reis, o jongo, o coco, o candomblé, a umbanda, a jurema, as histórias contadas de geração a geração, os rituais fúnebres, as formas próprias de organização do trabalho na agricultura, nas manufaturas e nos ofícios especializados, dentre outras manifestações.

Implica em construir estratégias pedagógicas de aceitação e respeito da presença do negro nos espaços escolares, de forma que a eles sejam assegurados o ingresso, a permanência e o avanço nos estudos da educação infantil a pós-graduação *stricto-sensu*.

Implica que os sistemas de ensino convertam as demandas dos negros afrodescendentes em políticas públicas de Estado, voltadas para as ações afirmativas de valorização do legado histórico cultural destes povos, bem como que as instituições de ensino transformem estas demandas em políticas institucionais nesta mesma direção, por meio da reestruturação dos seus planos de ensino, propostas curriculares, revisão dos métodos de ensino e de avaliação, assim como de ressignificação dos saberes escolares e das práticas pedagógicas, com vistas à uma reeducação positiva das relações étnico-raciais.

No que se refere à educação para as relações étnico-raciais o parecer dispõe:

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende, necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens [de] todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais [...] (BRASIL, 2004a).

Portanto, o entendimento acerca da educação para as relações étnico-raciais dispostas no parecer diz respeito a uma reeducação das relações entre negros e brancos, com vistas às condições materiais, físicas e intelectuais para as aprendizagens significativas de todos os alunos negros e não negros.

No que se refere aos adjetivos “étnico” e “racial”, esclarece o parecer,

[...] se entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado [...]. Contudo, o termo foi ressignificado pelo Movimento Negro que, em várias situações, o utiliza com um sentido político e de valorização do legado deixado pelos africanos. É importante, também, explicar que [...] o emprego do termo étnico, na expressão étnico-racial, serve para marcar que essas relações tensas devidas a diferenças na cor da pele e traços fisionômicos o são também devido à raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere em visão de mundo, valores e princípios das de origem indígena, européia e asiática (BRASIL, 2004a).

O conceito de raça é entendido como adotado em nosso estudo, como um constructo social ressignificado com um sentido político, pelo movimento negro; já o conceito de etnia, refere-se a demarcação das relações sociais fundadas na cor da pele, e na raiz cultural plantada na ancestralidade africana (fenótipos e exterioritipos).

A educação para as relações étnico-raciais é, portanto, uma escolha social de natureza política, ética e moral,

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil [...]. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E, então, decidir que sociedade queremos construir daqui para frente [...]. Assim sendo, a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime (BRASIL, 2004a).

Está posta numa perspectiva de reconhecimento da diversidade e repactuação de relações, na qual alunos negros e brancos estabelecem novas relações fundadas no respeito, reconhecimento e valorização mútua dos aspectos que promovem a equidade e a valorização humana.

Esta tarefa passa pelo combate ao racismo como condição para a emancipação dos negros, pois,

combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na

sociedade perpassam por ali. **A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados**, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. [...] a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos (BRASIL, 2004a).

A educação, para as relações étnico-raciais, não é tarefa exclusiva da escola, mas de toda a sociedade; porém, a escola tem o papel importante na eliminação das barreiras sociais criadas pelas práticas racistas. Nesta perspectiva, o papel escolar se estende a ação anti-hegemonia de superação do etnocentrismo e, conseqüentemente, do colonialismo intelectual e teórico que orientam as práticas pedagógicas excludentes e segregadoras próprias do racismo.

O texto do parecer indica também a necessidade de dois movimentos necessários para a construção desta nova pedagogia fundada nas africanidades e numa cosmovisão africana e afrocentrada de sociedade: o reconhecimento e valorização da identidade do aluno negro como estratégia e instrumento de combate ao racismo; fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra, como instrumento efetivo de construção de relações étnico-raciais fundadas

no respeito e valorização das diferenças; instituir uma sólida formação dos professores no âmbito da formação acadêmica inicial e no campo da formação continuada como processo efetivo para o tratamento das questões relacionadas a diversidade étnico-racial nas escolas.

Compreende-se, então, a perspectiva normativa disposta no parecer que a educação das relações étnico-raciais é uma responsabilidade de todos, mas

é importante tomar conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra em nosso país. Processo esse, marcado por uma sociedade que, para discriminar os negros, utiliza-se tanto da desvalorização da cultura de matriz africana como dos aspectos físicos herdados pelos descendentes de africanos. É preciso lembrar que o termo negro começou a ser usado pelos senhores para designar pejorativamente os escravizados e este sentido negativo da palavra se estende até hoje. Contudo, o Movimento Negro ressignificou esse termo dando-lhe um sentido político e positivo [...]. O racismo imprime marcas negativas na subjetividade dos negros e também na dos que os discriminam [...]. A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política (BRASIL, 2004a).

O parecer orienta a escola e a educação no movimento de luta contra o racismo, bem como contra toda forma de discriminação. Neste sentido, indica uma ação progressista de cunho emancipatório, pois romper com a hipocrisia presente nos discursos contrários a implementação da educação das relações étnico-raciais, bem como as demais políticas públicas afirmativas para a população negra, constitui-se em emergência educacional a ser adotada pelas instituições escolares, uma vez que o parecer não é somente uma simples orientação, é norma legal.

O Parecer CNE/CP nº 03/2004 encerra as suas disposições legais normativas e orientadoras da educação para as relações étnico-raciais, com a indicação das ações necessárias para a implementação do ensino da História da África e Afro-brasileira nos termos de que trata a Lei Federal nº 10.639/2003.

O ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, a educação das relações étnico-raciais, tal como explicita o presente parecer, se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas, particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais, em atividades curriculares ou não [...] (BRASIL, 2004a).

O parecer evidencia que ao falar do estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da educação das relações étnico-raciais, trata-se não somente de disposições legais e normativas que se tornaram obrigatórias, mas de ações que são complementares, indissociáveis ou mesmo sinônimas.

No que se refere à orientação para o tratamento do estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Africana dispõe o parecer:

em História da África, tratada em perspectiva positiva, não só de denúncia da miséria e discriminações que atingem o continente, nos tópicos pertinentes se fará articuladamente com a história dos afrodescendentes no Brasil [...]. O ensino de História e de Cultura Afro-brasileira, se fará por diferentes meios, inclusive, a realização de projetos de diferentes naturezas, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social (BRASIL, 2004a).

No que se refere ao estudo de História e Cultura da África, o parecer orienta que esta deve ser tratada numa perspectiva positiva, articulada com a perspectiva dos afrodescendentes no Brasil, ou seja, na perspectiva da diáspora.

Os modos próprios de organização social política e econômica dos africanos, bem como sua cosmovisão e diferentes construções identitárias, étnicas, culturais econômicas e sociais, devem ser estudadas em diálogo com a História dos seus descendentes aqui no Brasil. Esta perspectiva reforça a ideia de africanismo no pensamento e ação de Abdias do Nascimento, bem como dos pan-africanistas de que já tratamos, aqui neste trabalho.

No caso do estudo da História e da Cultura Afro-brasileira, deve incorporar

a perspectiva dos estudos das diásporas africanas e da diáspora Afro-brasileira com vistas a incorporar a diversidade e pluralidade de experiências dos negros de origem africana na construção da identidade e da cultura nacional brasileira.

Tal perspectiva deve estar presente na análise da história do Brasil nos aspectos sociais, econômicos, culturais, artísticos, movimentos de lutas etc, e não somente vinculados a um único evento e um único momento da História: “escravidão”, perpetuando-se a partir deste momento e evento, visões preconceituosas, pejorativas e distorcidas sobre os negros e seu legado histórico e cultural.

Estas são, a nosso ver, em linhas gerais as principais disposições do parecer, que, muito mais do que orientações para a implementação do estudo da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, diz respeito a necessidade/obrigatoriedade de se repensar a estrutura da educação e da sociedade brasileira a partir da contribuição das diferentes matrizes étnico-raciais que formaram a nossa sociedade, com vistas a construção de novas teorias de ensino, práticas pedagógicas, saberes novos, reestruturação dos currículos e práticas educativas; enfim, um repensar do corpo epistemológico, das teorias e dos paradigmas que sustentam as nossas práticas educacionais e sociais, rumo a outras epistemologias teorias e práticas, não tão novas.

A educação para as relações étnico-raciais constitui-se numa outra referência para a prática pedagógica dos professores, mais que um marco legal, aponta para a necessidade de um novo campo epistemológico e paradigmático.

A Resolução CNE/CP nº 01/2004 determina algumas medidas necessárias, dentre as quais (PAULA, 2009):

1. Estas Diretrizes devem ser observadas por todas as instituições de ensino e, em especial, por aqueles que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores (Artigo 1º);
2. Que todas as instituições de ensino Superior, sem o estabelecimento de qualquer exceção, deverão incluir estes conteúdos em forma de disciplinas, e de atividades curriculares nos cursos que ministram – com especial observação, que não aponta exceção em nenhum curso, evidenciando portanto, que o referido conteúdo deve estar presente em todos os cursos das instituições (Parágrafo 1º do Artigo 1º);
3. O cumprimento das diretrizes passa a ser instrumento de avaliação das condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino (Parágrafo 2º do Artigo 1º);
4. Determina, igualmente, as providências quanto às condições materiais, dentre elas, materiais didáticos e outros materiais bibliográficos como livros que abordem a perspectiva da resolução (parágrafo 1º do artigo 3º e artigo 7º) ;
5. Incentivo, por parte dos sistemas de ensino, de pesquisas científicas que orientem os princípios e os referenciais teóricos definidos nas Diretrizes

Curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais (Parágrafo 4º do artigo 3º).

Os documentos, aqui apresentados, prossegue o autor citado, complementam e suscitam uma reflexão sobre a fundamentação legal que introduz, em todas as instituições escolares públicas e privadas do País, o estudo da História e da Cultura das populações africanas e Afro-brasileiras, o que requer que estes conteúdos sejam desenvolvidos em todos os cursos de formação de professores e demais profissionais da Educação Básica em nível nacional. Porém, esse processo encontra dificuldades na maior parte das instituições educacionais, tanto de Educação Básica quanto de educação superior. Neste aspecto, têm sido muito importante às iniciativas institucionais e particulares dos setores e agentes sociais, para fazer valer a lei, e no sentido de se superar a herança “racista” das nossas instituições escolares e, conseqüentemente, dos currículos educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma reeducação das relações étnico-raciais que seja capaz de romper com as barreiras do racismo e de toda forma de discriminação e preconceito das várias naturezas requer o rompimento com os paradigmas e concepções que sustentam tais práticas

no cotidiano escolar, ou que as camuflam em visões parciais do problema.

Para que de fato ocorra, e como consequência e desdobramento desta emancipação dos sujeitos excluídos, faz-se necessário que as instituições educacionais e a escola se tornem espaços plurais, onde as diferenças culturais e identitárias sejam reconhecidas, valorizadas e respeitadas.

A Lei Federal nº 10.639/2003 e o arcabouço jurídico normativo pedagógico que orientam a implementação da referida lei, ao instituir a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira no currículo das instituições educativas, na perspectiva da educação positiva das relações raciais, bem como do reconhecimento, valorização e promoção do legado cultural e histórico dos negros brasileiros para a formação da nossa sociedade, visa, para além das mudanças almejadas, demonstrar a toda sociedade os resultados de uma educação fundada no pensamento único de base eurocêntrica que, como instrumento de negação do outro e da diversidade cultural e identitária dos alunos, produziu práticas pedagógicas racistas, xenofóbicas, preconceituosas e excludentes.

Não é possível construir uma educação positiva das relações étnico-raciais, e uma prática pedagógica antirracista, nos marcos teórico-epistemológicos que sustentaram e sustentam a educação e o currículo escolar fundados no colonialismo, no eurocentrismo e conseqüentemente nos seus adjetivos pátrios, a saber: o maniqueísmo pedagógico, o ocidentalismo, o racismo e as epistemologias do norte⁶.

⁶ Referimos ao norte como lugar epistêmico, fruto da cosmovisão eurocêntrica de sociedade, fundada no maniqueísmo e no paradigma único; em contraste com as epistemologias do sul.

Uma educação antirracista fundada nas relações étnico-raciais positivas deve estar amparadas em marcos teórico-epistemológicos que Boaventura de Sousa Santos⁷ chama de Epistemologias do Sul, na pluralidade pedagógica, no reconhecimento da diversidade cultural e identitária dos alunos, em práticas pedagógicas emancipatórias e emancipadoras, numa Pedagogia das Africanidades.

Avançar na perspectiva de uma pedagogia das africanidades como possibilidade de tratamento teórico-pedagógica das questões pertinentes à educação de modo geral, e da educação para as relações raciais e étnicas, bem com, do ensino de História e Cultura da África e Afro-brasileira de modo particular, é tarefa dos pesquisadores que de várias maneiras trilham os caminhos da educação, da formação dos professores e demais profissionais do ensino, e da pesquisa sobre estas temáticas. Este é o esforço que realizamos nesta pesquisa.

A necessidade de um mundo democrático não é eliminar as diferenças, mas com elas conviver harmoniosamente. As diferenças não devem ser transformadas em desigualdades, mas valorizadas em um contexto de respeito mútuo e bom convívio. Essas diferenças enriquecem e enaltecem o meio cultural e a identidade nacional (NASCIMENTO, 1996). Esta é a tarefa urgente que reivindica uma pedagogia das africanidades como aporte às práticas

pedagógicas de valorização, promoção e reconhecimento das diferenças.

O racismo constitui-se ao longo da história da humanidade em instrumento de subordinação e violência com vistas ao colonialismo/eurocentrismo. Tal perspectiva permeia as relações sociais na sociedade contemporânea e as relações raciais e étnicas que se instituem no âmbito desta sociedade.

A superação de uma sociedade fundada no colonialismo/eurocentrismo e no racismo implica na emancipação tanto dos povos colonizados quanto dos colonizadores. Estes últimos se tornaram vítimas do seu próprio sistema de segregação e violência, como visto no período entre-guerras na Europa, com a ascensão dos regimes totalitários, dentre eles: o nazismo, o fascismo e o stalinismo, sendo que os dois primeiros são orientados por ideologias racistas.

A Lei Federal nº 10.639/2003 e as suas disposições legais correlatas tratam de um novo ordenamento jurídico-pedagógico que institui a obrigatoriedade de uma educação antirracista que reconheça, valorize e incorpore as africanidades rumo as relações raciais positivas, na perspectiva de superação do eurocentrismo/colonialismo/racismo.

O racismo é uma das mais violentas e antigas formas de opressão praticadas contra toda a sociedade e, em particular, em relação aos alunos negros. Esse empoderamento rumo a uma educação positiva

⁷ A este respeito ver: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (Orgs). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010. Nesta obra os(as) autores(as) defende(m) um campo epistemológico ao qual denominam de Epistemologias do Sul. O pensamento abissal é a marca do pensamento ocidental moderno que caracteriza as epistemologias do norte, consiste na concessão a ciência moderna do monopólio da distinção universal da verdade, em detrimento de outras experiências epistemológicas.

das relações étnico-raciais com vistas ao reconhecimento e valorização dos negros e afrodescendentes no espaço escolar, constitui-se numa ação pedagógica emancipadora, pois permite ao professor libertar-se do racismo, bem como tomar consciência da necessidade de construir, no âmbito da sua prática pedagógica, um ambiente propício para que os alunos negros e não negros também se libertem desta opressão; o racismo não oprime somente o negro, oprime também o branco que se torna escravo de um mito, de um estigma, de uma ideologia, de um sistema social de dominação e exclusão.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli (org.) **Pedagogia das diferenças na sala de aula**. 10.ed. Campinas: Papyrus, 1999.

ANDRÉ, Marli; LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

ASSANTE, Molefi Kete. **Afrocentricity**. 2ª Ed. Trenton: Africa World Press, 1989.

ASSANTE, Molefi Kete. **Kemet, Afrocentricity and Knowledge**. Trenton: African World Press, 1990.

ASSANTE, Molefi Kete. **The Afrocentricity Idea**. 2º Ed. Ver e Amp. Filadelfia: Temple University Press, 1998.

ASSANTE, Molefi Kete. **The Afrocentricity Ideia**. Filadelfia: Temple University Press, 1987.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Parecer do Conselho Nacional de Educação - Câmara Plena (CNE/CP) nº 3, de 10 de março de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução do Conselho Nacional de Educação - Câmara Plena (CNE/CP) nº 01, de 17 de junho de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências).

CAVALHEIRO, Eliane dos Santos. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo/SP: Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo – USP, 1998. (Dissertação de Mestrado).

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Renato da Silveira (Trd.). Salvador/BA: EDUFBA, 2008.

FONSECA, Dagoberto José. Contribuintes antigos: revendo as cadernetas e os fiados. In: PAULA, Benjamin Xavier de. Perón, Cristina Mary Ribeiro. (Orgs.) **Educação, História e Cultura da África e Afro-brasileira: teorias e experiências**. Uberlândia, MG: PROEX/UFU; Franca/SP: Ribeirão Editora, 2008;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Edição Especial. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Leitura).

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria (org). **Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Anti-Racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/2003**. Brasília, DF: SECAD, 2005a.

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: KI- ZERBO, Joseph (Editor). **História geral da África I: metodologia e pré-história da África**. 2º edição revista. Brasília: UNESCO, 2010. p. 167 – p.212.

KI- ZERBO, Joseph (Editor). **História geral da África I: metodologia e pré-história da África**. 2º edição revista. Brasília: UNESCO, 2010. p. 2 – p. 22.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katalysis**, v. 10, p. 35-45, 2007

MUNANGA, K. **Superando o Racismo na Escola**. Brasília, Ministério da Educação, 2000.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **III Seminário Nacional Relações Raciais e educação**. Rio de Janeiro: PENESP, 05/11/2003. p. 01-17. (Palestra)

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1986.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Brasil na mira do pan-africanismo**. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2002.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Sankofa**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996. (4 volumes).

PAULA, Benjamin Xavier de. O Ensino de História e Cultura da África e Afro-brasileira: da experiência a reflexão. In: FONSECA, Selva Guimarães (ORG). **Ensinar e aprender História: formação, saberes e práticas educativas**. Campinas: Alínea Editora, 2009. P. 171-198.

PAULA, Benjamin Xavier de. **A Educação para as Relações Étnico-raciais e o Estudo da História e Cultura da África e Afro-brasileira: formação, saberes e práticas educativas**. Uberlândia/MG: Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – PPGED/UFU, 2013, 333p. (Tese de Doutorado)

QUIJANO, Aníbal. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociales**. Lander: CLACSO, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 13. Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação Emancipatória: desafio a teoria e a prática de avaliação e reformulação de currículo**. São Paulo: Editora Cortez: Autores Associados, 1988.

SILVA, Glênio Oliveira da. **Arcabouço Jurídico normativo pedagógico da Lei Federal nº 10.639/2003 na Universidade Federal de Uberlândia: avanços e limites**. Uberlândia, MG: Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – PPGED/UFU, 2013. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se Negro: ou as vicissitudes da Identidade do Negro**. São Paulo: Graal, 1983. 88p (Tendências).

SEXUALIDADE E PARTO: EM BUSCA DO ELO PERDIDO

SEXUALITY AND CHILDBIRTH: SEARCHING FOR THE MISSING LINK

Lia Luz¹

RESUMO

Tendo-se como base metodológica a sociologia das ausências e a sociologia das emergências proposta por Boaventura de Sousa Santos, este artigo realiza uma cartografia simbólica teórica e prática sobre a relação entre sexualidade e parto. Na parte inicial, debate-se como o paradigma hegemônico da biomedicina, o chamado modelo tecnocrático, conforme categorização proposta por Davis-Floyd, foi dissociando o parto da sua natureza sexual. Em seguida, aborda-se a sexualidade do parto a partir de uma revisão da literatura que incluiu o resultado de pesquisas acadêmicas mais recentes sobre a temática, criando uma base teórica que situa o parto enquanto evento inerentemente sexual. No campo empírico, a temática é abordada a partir das narrativas e da percepção pessoal de mães da comunidade intencional de Tamera, no sul de Portugal, escolhida como lócus

de pesquisa por manter uma cultura de (amor e) sexualidade livre e também por incentivar os partos domiciliares planejados, dois ingredientes fundamentais para permitir a religação do elo entre sexualidade e parto. Tal etapa foi conduzida com o propósito de identificar como as mulheres vivenciam ou expressam sua sexualidade no trabalho de parto e parto. Conclui-se que o parto é um evento intrinsecamente sexual, bastante marcante no ciclo sexual das mulheres, além de ser considerado extremamente empoderador, com consequências não apenas para a vida sexual, mas para a vida delas como um todo.

Palavras-chave: Sociologia das ausências e das emergências; Parto; Sexualidade.

¹ Pós-doutoranda no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Portugal, e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN), no Brasil. É pesquisadora do Observatório Boa-Ventura de Estudos Sociais, uma parceria entre PPGCS/UFRN e o CES. liahluz@gmail.com. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0410126717474538>.

ABSTRACT

By applying, as a methodological base, the sociology of absences and the sociology of emergence proposed by Boaventura de Sousa Santos, this paper produces a theoretical and practical symbolic cartography about the relationship between sexuality and childbirth. In the first part, it is debated how the biomedicine hegemonic paradigm, the so called technocratic model, accordingly to the categorization proposed by Davis-Floyd, has disconnected childbirth from its sexual nature. Next, the sexuality of childbirth is discussed in a literature review that includes the results of the most recent academic research about the subject, creating a theoretical base that situates childbirth as an inherently sexual event. On the empirical field, the theme is debated from the personal narratives and perceptions of the mothers from the intentional community of Tamera, in southern Portugal, chosen as research locus for having a culture of free (love and) sexuality and also for encouraging home planned childbirth, two fundamental ingredients to allow the reconnection of the link between sexuality and childbirth. This stage was conducted with the goal to identify how these women expressed and experienced their sexuality during labor and childbirth. It is concluded that childbirth is an intrinsically sexual event, very striking in women's sexual cycle, besides being considered extremely empowering, with consequences not only for their sexual lives, but for their lives as a whole.

Keywords: Sociology of absences and sociology of emergences; Childbirth; Sexuality.

INTRODUÇÃO

Partindo-se de base metodológica da sociologia das ausências e da sociologia das emergências proposta por Boaventura de Sousa Santos (2002), este artigo investiga a relação entre sexualidade e parto. Ao longo do processo de medicalização e hospitalização dos nascimentos nas sociedades ocidentalizadas, o parto foi sendo completamente dissociado de sua natureza sexual. Na obstetrícia moderna, de modo geral a sexualidade do parto não é nem reconhecida, nem acomodada, de forma que a maioria das mulheres não consegue sequer imaginar como um pode estar ligado ao outro, gerando desperdício de experiências com potencial de serem mais satisfatórias e empoderadoras.

Para religar os pontos do elo perdido entre sexualidade e parto, é realizada uma cartografia simbólica (SANTOS, 2011) – que possibilita sintetizar analiticamente a realidade –, sobre o nascer na contemporaneidade, a qual é dividida em duas etapas complementares: uma teórica e outra empírica. Na parte inicial, é introduzido, primeiramente, o tema da assistência obstétrica, com ênfase no paradigma hegemônico da biomedicina, o chamado modelo tecnocrático, conforme categorização proposta por Robbie Davis-Floyd (2001), para ilustrar como o parto foi sendo dissociado de sua natureza sexual. Em seguida, aborda-se a sexualidade do parto a partir de uma revisão da literatura que incluiu o resultado de pesquisas acadêmicas mais recentes sobre a temática, criando uma base teórica que situa o parto enquanto evento intrinsecamente sexual.

Uma vez consolidado o referencial teórico, parte-se para a segunda etapa desta investigação, o campo empírico. A sexualidade do parto é então explorada a partir das narrativas e da percepção pessoal de mães da comunidade intencional de Tamera, no sul de Portugal, escolhida como lócus de pesquisa por manter uma cultura de (amor e) sexualidade livre e também por incentivar os partos domiciliares planejados, ingredientes fundamentais para permitir a religação do elo entre sexualidade e parto. O objetivo geral do trabalho é identificar como as mulheres vivenciam ou expressam sua sexualidade no trabalho de parto, enquanto o objetivo específico é verificar a influência de uma cultura de sexualidade livre nas sensações do parto e o impacto deste na vida dessas mulheres.

Ao promover o diálogo entre o que o conhecimento científico desvelou nas últimas décadas sobre a temática com o conhecimento das próprias mulheres sobre o parto, exercitamos uma ecologia dos saberes, nos perfilando ao novo modelo de racionalidade designado por Sousa Santos (2002) de pensamento pós-abissal, cujas matrizes sociológicas são as (já citadas) sociologias das ausências e das emergências. Enquanto a primeira visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como tal, como uma alternativa não credível ao que existe, a segunda consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear por um futuro de possibilidades plurais e concretas.

Aqui, debatemos como o parto enquanto evento fisiológico, integrante do ciclo sexual e centrado na autonomia e

no protagonismo da mulher foi produzido como ausência pela lógica do pensamento dominante (modelo tecnocrático de assistência). Complementarmente, a partir da discussão da experiência das mães de Tamera, exercitamos uma sociologia das emergências, para retirar do ostracismo o nascimento normal e natural, humanizado, caseiro, ato íntimo, privativo, de poder da mulher, e mais ligado ao conceito de saúde e prazer do que de dor e sofrimento. Trata-se de uma temática pouco explorada e que merece mais atenção, para pavimentar o caminho para ocorrências mais holísticas de parto e possibilitar uma virada paradigmática na assistência obstétrica na contemporaneidade.

A ASSISTÊNCIA AO PARTO NA CONTEMPORANEIDADE

Historicamente, o atendimento ao nascimento era considerado atividade desvalorizada e, portanto, poderia ser deixado aos cuidados femininos. O trabalho de parto e o parto eram vistos como eventos fisiológicos, centrado no protagonismo das parturientes (NAGAHAM; SANTIAGO, 2005). Até o início do século 20, as mulheres comumente tinham seus partos em casa, assistidas por parteiras, sendo rara a hospitalização na maioria dos países.

Com o advento (da invenção e utilização) do fórceps, no entanto, começou a haver uma masculinização do cuidador, fator que contribuiu substancialmente para mudar a atmosfera íntima e centrada nas mulheres. Em seguida, com o crescente

interesse da obstetrícia médica pelos partos e com a (pseudo) segurança dessa área em realizar diversos procedimentos, passou a haver progressivo aumento dos partos hospitalares em todo o mundo, diminuindo as oportunidades outrora encontradas para intimidade e privacidade.

Com a apropriação do saber médico, a atenção foi organizada como uma linha de produção. A mulher se transformou em propriedade institucional, passando de sujeito para objeto no processo. O parto, a bem da verdade, se transformou num evento sem calor humano, com ênfase no tempo, usualmente ocorrendo num local que desencoraja a expressão daquelas emoções mais primitivas, estando totalmente dissociado da sua natureza sexual.

Segundo Davis-Floyd (1992), muitos dos procedimentos obstétricos, como o uso de luvas e roupas hospitalares e a tricotomia (raspagem dos pelos pubianos), poderiam ser vistos como rituais de des-sexualização adotados para permitir a realização de procedimentos que, de outra forma, seriam considerados tabu, como o exame de toque vaginal. São rituais, assevera, que criam um desequilíbrio de poder, uma experiência descorporificada – e, portanto, assexual –, num momento tão poderoso.

Enquanto muitas culturas encontraram formas de ajudar a mulher a manter sua confiança em parir e a lidar com as dores das contrações, salienta Suzanne Arms (1994) as sociedades ocidentais modernas criaram todo um sistema de cuidado (e de observação e monitoramento) baseado nas crenças de que o corpo feminino não fora feito para suportar as dores das contrações e de que as

mulheres não eram capazes de parir naturalmente com sucesso, necessitando, portanto, de auxílio constante.

Em razão disso, o paradigma hegemônico na biomedicina, o chamado modelo tecnocrático de assistência obstétrica, conforme categorização proposta por Davis-Floyd (2001), assenta na incorporação de grande número de intervenções e na utilização acrítica de novas tecnologias. Essa preferência pela tecnologia em detrimento da medicina baseada em evidências tem trazido como consequência altas taxas de parto vaginal com intervenções e de cesarianas, causando mais mortalidade, morbidade e experiências não satisfatórias de parto para o binômio mãe-bebê.

Trata-se de um sistema de assistência ao parto que reflete os principais valores das sociedades ocidentais contemporâneas, as quais, regidas pelo sistema econômico neoliberal, visam o lucro econômico, estimulam o consumo e a adoção de tecnologia de ponta. É um sistema que produz silenciamentos, ao privilegiar o saber e a autoridade médica, desvalorizando o conhecimento das parteiras, consideradas inferiores aos médicos, e das próprias mulheres. É um sistema que, ao produzir tais ausências, acaba por transformar o nascimento em linha de produção fabril, repreendendo iniciativas que subvertem à lógica do sistema estabelecido.

O louvor à tecnologia encontra forte raiz na chamada monocultura do tempo linear, produzindo ausências ao se sustentar na premissa básica de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos, os quais, pontua Boaventura de S. Santos (2002), tem sido

formulados de diversas formas nos últimos duzentos anos: progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização.

Segundo tal interpretação, a obstetrícia moderna seria considerada padrão ouro de assistência, muito embora já se saiba que problemas no parto podem ser decorrentes do excesso de intervenções, as chamadas iatrogenias, e que a experiência de nascimento costuma ser mais satisfatória entre as mulheres que tiveram uma assistência humanizada ou holística (DAVIS-FLOYD e outros, 2009). Até hoje, as gestantes são continuamente submetidas a vários procedimentos dolorosos – e muitas vezes desnecessários –, incluindo toques vaginais frequentes, ruptura artificial da bolsa das águas, infusão rotineira de ocitocina, entre outros –, além de muitas vezes serem vítimas de maus tratos verbais, quando não de agressão física (RATTNER; AMORIM; KATZ, 2013).

Ora, se a nova racionalidade crítica proposta por Boaventura de S. Santos aponta que a monocultura do tempo linear é um dos importantes modos de produção de ausências no atendimento ao parto, gerando desperdício de experiências com potencial de serem mais satisfatórias e empoderadoras às mulheres, é preciso empreender uma ecologia das temporalidades com vias a libertar as práticas e os saberes humanistas e holísticos do seu estatuto de resíduo, conforme pretendemos nesta pesquisa ao religar o elo entre sexualidade e parto a partir de uma cartografia simbólica teórica e empírica.

Afinal, como bem pontua Boaventura de S. Santos (2002, p. 245), “a pobreza da experiência não é expressão de uma

carência, mas da arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca”, simplesmente porque esta está fora da razão com que a podemos identificar e valorizar. Nesse sentido, optamos sempre por nos posicionar em prol de uma maior abertura epistêmica, buscando tornar visíveis campos do saber que o privilégio epistemológico da ciência e da tecnologia moderna tendeu a neutralizar, e mesmo ocultar, como é o caso da natureza sexual do parto, conforme bem pontua Buckley:

Eu me dei conta de que o nascimento é muito complexo, e que o processo é extremamente sensível a influências externas. Os paralelos entre fazer amor e dar à luz se tornaram muito claros para mim, não apenas em termos de paixão e amor, mas também porque necessitamos essencialmente das mesmas condições para ambas as experiências: nos sentirmos em privacidade, seguros e não-observados. Entretanto, as condições oferecidas para as mulheres em trabalho de parto são diametralmente opostas a essas. Não me admira que dar à luz seja tão difícil para a maioria delas (2005, p. 110).

Além de desconectar o parto de sua natureza sexual, não oferecendo as condições adequadas de privacidade e segurança às parturientes, o modelo tecnocrático de assistência, assevera a autora em tela, fez com que o parto passasse a ser percebido como um evento doloroso, basicamente sem qualquer reconhecimento de que este também pode ser prazeroso, sexual e extático, conforme será debatido a seguir.

SEXUALIDADE E PARTO

A sexualidade do parto começou a ser debatida principalmente a partir do trabalho pioneiro do médico francês Michel Odent (2002), que contribuiu enormemente para a compreensão da fisiologia do parto ao explicar a função do cérebro humano durante o parto, apontando para uma distinção entre o neocórtex – a parte racional e mais evoluída do cérebro – e o chamado cérebro primitivo, responsável pela liberação de hormônios.

Odent (2002, 2005) salienta que, assim como fazer sexo, dar à luz é um processo instintivo que depende da ação do cérebro primitivo, o qual deve exercer um domínio sobre o neocórtex, para transcorrer bem, acrescentando que ambos os eventos são considerados experiências de êxtase que envolvem picos de um coquetel muito específico e particular de hormônios, os quais incluem ocitocina, endorfinas e prolactinas, de forma que, inerente e hormonalmente falando, dar à luz é um ato sexual. O mais intenso, aliás, que mãe e bebê jamais experimentarão em suas vidas, se levarmos em conta os níveis de substâncias químicas liberadas durante o processo fisiológico (BUCKLEY, 2005).

Num cenário mais alternativo, a natureza sexual do nascimento passou a ser abordada também a partir do lançamento do livro *Spiritual Midwifery*, em 1977, da parteira norte-americana Ina May Gaskin. Na obra, ela conta ter descoberto, por exemplo, que no contexto de partos difíceis, o contato sexual, como beijar apaixonadamente, ajudava a situação, salientando que a energia que coloca

o bebê para dentro pode ajudá-lo a sair (GASKIN, 2002).

A título de curiosidade, Gaskin (2003) realizou também uma pesquisa informal com 151 das suas parturientes, descobrindo que 32 delas – número muito mais elevado do que poderia supor –, haviam reportado experimentar orgasmo em pelo menos um dos partos. A verdade é que muitas mulheres descrevem seus partos em termos prazerosos e, de fato, na iminência do nascimento, muitas se comportam como se estivessem tendo um orgasmo, ainda que apenas uma pequena fração delas experimentem um, no sentido estrito do termo (GASKIN, 2003; HAREL, 2007; ODENT, 2002, 2005).

Entre as poucas pesquisas científicas realizadas com mulheres que abordam o nascimento enquanto fenômeno sexual, encontra-se o estudo qualitativo conduzido por Danielle Harel (2007) com 11 mães que responderam voluntariamente a um convite divulgado nas redes sociais procurando aquelas que haviam tido experiências sexuais durante o nascimento. Dois cenários principais emergiram da análise das experiências dessas mulheres: 1) o parto orgásmico, um fenômeno raro em que as parturientes experimentam um orgasmo inesperado logo antes ou quando o bebê nasce; e 2) o parto passional, em que as mulheres incorporam, aberta e intencionalmente, sua sexualidade no processo de parto, acariciando-se ou trocando carícias com o parceiro, como forma de substituir a sensação de dor por prazer.

Reforçando, o parto orgásmico ocorre de forma involuntária, ou seja, sem que a mulher faça algo para ele ocorrer. Debater a causa fisiológica desse fenômeno, que

se relaciona a uma fricção da cabeça do bebê no canal vaginal, está, porém, fora do escopo desta pesquisa. Em relação ao chamado parto passional, este sim uma escolha voluntária da mulher, cabe apenas salientar que o estado da arte da ciência já sabe que ambas as experiências de dor e de prazer dependem de uma mesma função primitiva do sistema nervoso e que, portanto, o cérebro não consegue responder à dor e ao prazer simultaneamente (MAYBERRY; DANIEL, 2016).

Provocar a excitação sexual durante o trabalho de parto, portanto, poderia ser uma forma de tentar fazer o prazer prevalecer, sendo que algumas poucas mulheres conseguem ainda atingir um orgasmo nesse exercício. Um amplo corpo de evidência científica (ODENT, 2002; BUCKLEY, 2005, 2010; HAREL, 2007) demonstra que os mesmos hormônios liberados durante o ato sexual estão presentes no trabalho de parto, o que pode contribuir para tal fato. Seja como for, estudar a possibilidade de a mulher sentir excitação sexual e prazer durante o trabalho de parto pode ajudar a iluminar esse aspecto tão obscurecido (ausente) da sexualidade feminina.

De qualquer modo, reconhecer a natureza sexual do parto é reconhecê-lo como ato íntimo e privativo da mulher, um dos primeiros passos para uma virada paradigmática na assistência obstétrica. Mais do que isso, é reconhecê-lo ainda como um evento de base instintiva, abrindo caminho para que a necessidade sentida por certas mulheres de se movimentar, gemer ou gritar passe a ser respeitada. Até porque o movimento, o som e a respiração são recursos básicos que toda parturiente

pode acessar para suavizar o desconforto das contrações (BUCKLEY, 2005).

Em geral, quando uma mulher é apoiada, sente confiança no seu corpo e, mais importante, pode se movimentar e se expressar livremente no seu trabalho de parto, a dor tem potencial para se tornar mais tolerável, podendo ser encarada como apenas uma parte do processo, um processo que pode, sim, ser prazeroso, desde que sejam respeitadas algumas simples regras de ouro, conforme salienta Buckley (2005):

No nascimento, como ao fazer amor, precisamos nos sentir seguros e em privacidade, para podermos baixar nossa guarda, deixar nossos hormônios fluírem e colhermos as recompensas desse processo, que inclui, em ambas as situações, uma dose final de êxtase hormonal (p. 114).

A sexualidade do parto, explorada até aqui teoricamente, será abordada, a seguir, a partir das narrativas e da percepção pessoal das próprias mulheres que viveram a experiência de partos domiciliares planejados, em um contexto de total autonomia e liberdade para expressarem sua sexualidade, fatores fundamentais para os objetivos desta investigação, que visa tirar da obscuridade a natureza sexual do parto.

A NARRATIVA DAS MÃES DE TAMERA

Para fins desta pesquisa, que tem por objetivo identificar como as mulheres vivenciam ou expressam sua sexualidade no trabalho de parto e parto, foi definido como lócus do campo empírico a comunidade intencional de Tamera, no sul de Portugal, em razão de esta manter uma cultura de (amor e) sexualidade livre, ou seja, por se configurar num local em que as mulheres (e os homens) são apoiadas a expressarem livremente sua sexualidade, podendo, por exemplo, ter quantos parceiros sexuais desejarem, sem qualquer medo de sofrerem represálias ou julgamentos.

Fundada inicialmente na Alemanha em 1978, Tamera está sediada na região do Alentejo desde 1995, contando hoje com cerca de 200 moradores, a maioria dos quais alemães. Define-se como um centro de pesquisa para uma nova cultura emergente, onde se busca pensar e desenvolver um modelo não-violento de vida entre os seres humanos, entre os seres humanos e os animais, e entre os seres humanos e a natureza, com foco na construção de comunidade, em novas formas de amor, companheirismo e sexualidade, e no desenvolvimento de sustentabilidade nas áreas de água, energia e nutrição, sempre a partir de uma visão holística, segundo a qual uma mudança evolutiva em um ponto qualquer do planeta reflete no todo.

A vida em comunidade é o cerne desse projeto de investigação para a paz, que busca construir um modelo de sociedade baseada na cooperação mútua, que se encontre livre de ódio, mentira, violência e medo. Tamera é um lugar onde as

alternativas para a cura do planeta Terra são pensadas pela inteligência grupal de uma comunidade intencional. Esta busca também desenvolver um estilo de vida em que não existe mais traição e onde a verdade total, a confiança e a profunda solidariedade entre amantes e aqueles que se desejam mutuamente sejam possíveis, o que faz com que o amor e a sexualidade sejam tópicos de investigação em Tamera, mais especificamente na sua Escola Global do Amor.

A aproximação do campo empírico se deu em agosto de 2016, a partir da participação da pesquisadora na Semana de Introdução, um curso de imersão intensivo que oferece uma visão geral do projeto e durante o qual os alunos, alojados na própria comunidade, tem a oportunidade de se envolverem em atividades da vida diária, como trabalhar na horta ou na cozinha e participar da oração do círculo das pedras e da palestra matinal de domingo. Durante essa semana, foi sendo construída e estabelecida uma relação de confiança entre a pesquisadora e um dos moradores da comunidade, no caso o facilitador do curso de introdução, o qual intermediou o contato com os sujeitos de pesquisa; três mães de Tamera que aceitaram participar do estudo e cujos nomes foram alterados para preservar o anonimato das mesmas, conforme segue:

1. Kia, alemã de 35 anos, moradora de Tamera há nove. Mãe de uma menina de um ano e três meses nascida de parto domiciliar planejado.

2. Stela, alemã de 32 anos, nascida e criada em Tamera. Mãe de um menino de nove anos e de um bebê de dois meses, ambos nascidos de parto domiciliar planejado.

3. Olga, italiana de 39 anos, moradora de Tamera há 12. Mãe de duas filhas, uma de quatro anos, nascida de parto domiciliar planejado, e outra de um ano, nascida de cesárea em Lisboa.

As entrevistas foram realizadas pela pesquisadora, em final de outubro de 2016, em Tamera, sendo todas gravadas para posterior decupagem. Com duração de cerca de uma hora cada, foram entabuladas com o propósito de abordar a relação entre sexualidade e parto. Para tanto, a aproximação à temática foi feita a partir da exploração dos relatos de parto e das seguintes perguntas-chave:

- 1) Na sua opinião, qual a relação entre sexualidade e parto?
- 2) Em que níveis – físico, psicológico ou espiritual – você experimentou sua sexualidade durante o parto?
- 3) Como uma cultura de sexualidade (e amor) livre influenciou na sua experiência de parto?
- 4) Como sua experiência de parto impactou sua sexualidade (e sua vida)?

A partir da leitura minuciosa das narrativas das mães de Tamera, os resultados da pesquisa foram agrupados em três tópicos, os quais serão explorados a seguir: relação entre sexualidade e parto;

influência da sexualidade livre no parto; impacto da experiência de parto.

I. RELAÇÃO ENTRE SEXUALIDADE E PARTO

Ao serem questionadas sobre a relação entre sexualidade e parto, todas as três mulheres relataram terem se sentido-conectadas a sua sexualidade durante o trabalho de parto, nomeando-a de Eros ou energia sexual. Porém, apenas uma delas incorporou as carícias íntimas, respondendo a um impulso corporal instintivo, conforme revela no seguinte relato:

“Depois de me sentir tão forte, eu fiquei fraca, cansada, e aí que aconteceu a experiência sexual. As contrações estavam doendo muito, então me deitei e de repente senti vontade de me masturbar, mas sem o propósito de tentar ter um orgasmo – e não tive um. Se masturbar na frente das pessoas não é algo que você geralmente faz, mas foi natural e realmente me ajudou. Depois de me tocar, eu entrei em um estado completo de entrega. Aliás, o que para mim se conecta à sexualidade é justamente estar nesse estado de entrega total e estar ativo ao mesmo tempo.” (Kia)

De forma geral, todas as três consideraram o parto um evento sexual, compartilhando da mesma percepção expressa por Kia de que o principal ponto de conexão é ter de estar presente, ativa, e ao mesmo tempo ter de se render, se entregar, conforme pode ser percebido também na seguinte fala:

“Antes, essa experiência de estar totalmente ativa e, ao mesmo tempo, totalmente entregue só tinha sido possível em experiências sexuais.” (Olga)

II. INFLUÊNCIA DA SEXUALIDADE LIVRE NO PARTO

Apesar de apenas uma das mulheres ter se tocado intimamente e de nenhuma delas ter experimentado prazer sexual durante o trabalho de parto, viver num contexto de sexualidade livre foi considerada uma influência positiva no desfecho do parto para todas elas. Em comum, as entrevistas destacaram que, por poderem expressar a sexualidade sem medo de represálias e repressões, já haviam passado por situações de entrega total, considerada fundamental para o sucesso do parto. Da mesma forma, relataram que, em razão dessa cultura de sexualidade livre, sentiram-se completamente à vontade para estarem despidas, se movimentarem e emitirem sons, conforme pode ser percebido na fala que segue.

“Foi muito importante eu poder permitir os sons saírem, para que a dor não ficasse presa dentro de mim.” (Stela)

Em particular, uma delas destacou o contexto em que vivem como facilitador para o parto por ter lhe permitido se autoconhecer melhor.

“Algo peculiar da sexualidade livre é que você tem esse espaço para se conhecer melhor. Você tem mais de um parceiro sexual e, então, consegue perceber o que

você leva para cada relação, ou seja, o que é particularmente seu.” (Kia)

III. IMPACTO DA EXPERIÊNCIA DE PARTO

Apesar de todas terem sentido contrações intensas (dolorosas) e de não terem experimentado prazer sexual no parto, para todas elas o nascimento natural dos filhos foi considerado um evento de êxtase, que trouxe sensações de regozijo similares às experimentadas nos encontros sexuais. Nesse sentido, o parto foi descrito como extremamente marcante, empoderador e transformador, trazendo impacto tanto para a sexualidade, em particular, quanto para a vida, como um todo, segundo pode ser percebido nas diferentes falas que seguem.

“Durante o trabalho de parto, eu praticamente fazia o que o corpo pedia, e tive tanto sucesso que isso veio a mudar minha vida sexual. Agora, na minha sexualidade eu me sinto mais livre ainda para seguir a sabedoria do meu corpo.” (Kia)

“Minha personalidade mudou. Eu me senti em equilíbrio pela primeira vez na minha vida, e me dei conta que eu não sou essa pessoa complicada que pensava ser. Eu tinha uma imagem tão reduzida de mim mesma. Agora me vejo como uma pessoa forte.” (Olga).

“Definitivamente eu conheço mais minha essência, e meu ser sexual. Algumas vezes eu digo que foi a maior revelação pessoal da minha vida.” (Stela)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, debatemos como o parto enquanto evento integrante do ciclo sexual foi produzido como ausência pela lógica do modelo tecnocrático de assistência, exercitando uma sociologia das emergências ao apresentá-lo teórica e empiricamente como um evento de natureza sexual.

A sexualidade do parto foi explorada a partir da revisão da literatura e da narrativa e da percepção pessoal de mães que vivem na comunidade intencional de Tamera, ao sul de Portugal, com o objetivo de identificar como essas mulheres expressaram sua sexualidade durante o processo de nascimento dos filhos. Especificamente, buscou ainda verificar a influência de uma cultura de sexualidade livre nas sensações do parto e o impacto deste na vida das entrevistadas.

Embora a influência de uma cultura de sexualidade livre tenha sido considerada fundamental para um desfecho positivo no parto, essa não se relacionou necessariamente à vivência de experiências de parto mais prazerosas em termos sexuais. Tampouco se identificou como relevante a relação entre sexualidade livre e experiências mais sensualizadas de parto, apesar de uma das entrevistas ter se tocado intimamente durante o trabalho de parto.

Os resultados que emergiram da cartografia simbólica empírica, entretanto, ressaltaram a natureza sexual do parto, uma vez que as entrevistadas relataram experimentar sua sexualidade de diferentes formas durante o nascimento dos filhos. A partir da narrativa das mães de Tamera, o parto também foi identificado como um evento marcante do ciclo sexual, com

capacidade de trazer importante impacto à sexualidade dessas mulheres.

Mais importante, porém, foi perceber o parto, num contexto de respeito à liberdade e à autonomia das mulheres, enquanto evento de êxtase e extremamente empoderador, trazendo consequências não apenas para a vida sexual, mas para a vida delas como um todo. Portanto, reestabelecer a natureza íntima e sexual do parto é reconhecê-lo como evento com enorme potencial de transformação.

Porém, para que tal potencial possa ser efetivado na prática, é preciso religar os pontos do elo perdido entre sexualidade e parto, reconhecendo este – o parto – como ato íntimo, instintivo e privativo da mulher. Enxergá-lo sob essa ótica pode ser um dos primeiros passos para possibilitar uma virada paradigmática na assistência obstétrica, com vias a criar as condições adequadas de privacidade e segurança às parturientes, abrindo espaço para a ocorrência de experiências mais holísticas e transformadoras.

REFERÊNCIAS

ARMS, Suzanne. **Immaculate Deception II: Myth, Magic & Birth**. Berkley, CA: Celestial Arts, 1994.

BUCKLEY, Sarah J. Sexuality in labor and birth: An intimate perspective. In: WALSH, Denis; DOWNE, Soo (Eds.). **Essential midwifery practice: Intrapartum care**. New York: Wiley, 2010. p. 213-234.

BUCKLEY, Sarah J. **Gentle birth. Gentle mothering**. Brisbane: One Moon Press, 2005.

DAVIS-FLOYD, Robbie E. The technocratic, humanistic, and holistic paradigms of childbirth. **International Journal of Gynecology and Obstetrics**, Chicago, v. 75, n. 1, p. S5-S23, nov. 2001.

DAVIS-FLOYD, Robbie E. **Birth as an American rite of passage**. Berkeley: University of California Press, 1992.

DAVIS-FLOYD, Robbie E.; BARCLAY, Lesley; TRITTEN, Jan, DAVISS, Betty-Anne (Eds.). **Birth models that work**. Berkeley: University of California Press, 2009.

GASKIN, Ina May. **Ina May's guide to childbirth**. New York, NY: Bantam, 2003.

GASKIN, Ina May. **Spiritual midwifery**. Summertown, TN: Book Publishing Company, 2002.

HAREL, Danielle. **Sexual experiences of women during childbirth**. 2007. Tese (Doutorado em Sexualidade Humana) - The Institute for Advanced Study of Human Sexuality. San Francisco, CA.

MAYBERRY, Lorel; DANIEL, Jacqueline Daniel. 'Birthgasm'. A Literary Review of Orgasm as an Alternative Mode of Pain Relief in Childbirth. **Journal of Holistic Nursing**, v. 34, n. 4, p. 331-342, dez. 2016.

NAGAHAMA, Elizabeth ErikoIshida; SANTIAGO, Silvia Maria. A institucionalização médica do parto no Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva** [online], Manguinhos, v.10, n. 3, p. 651-657, 2005.

ODENT, Michel. **A cientificação do amor**. Florianópolis: Saint Germain, 2002.

ODENT, Michel. **O renascimento do parto**. Florianópolis: Momento Atual, 2005.

RATTNER, Daphne; AMORIM, Melania; KATZ, Leila. Implementação da humanização na atenção a partos e nascimentos pelo Ministério da Saúde. **PROAGO**, Porto Alegre: Artmed/Panamericana, Ciclo 10, v. 2, p. 95-145, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 63, p. 237-280, out. 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2011. v. 1.

A TRADIÇÃO DO FESTIVAL DE CARETOS DE SALSAS OU OS RELATOS DA MUDANÇA SOCIAL¹

THE FESTIVAL OF CARETOS DE SALSAS TRADITION OR THE SOCIAL CHANGE REPORTS

Savina Lafita²



RESUMO

Numa perspectiva que permite analisar a festa dos Caretos de Salsas como fonte de discursos e práticas de género, este trabalho, que situa a festa num processo mais amplo de revitalização e patrimonialização das festas de inverno no nordeste de Portugal, pretende refletir sobre a maneira como a mudança semântica que a performance sofreu interpela as memórias individuais colaborando no processo de mitificação da tradição.

Palavras chave: Revitalização festiva; Tradição; Memória; Processo de mitificação; Mudança social.

ABSTRACT:

Through a perspective allowing to analyse the festival of Caretos de Salsas as a source of gender discourse and practice, the present work places the festivity in a wider process of revitalization and patrimonialization of winter parties in the Northeast of Portugal and tries to reflect on the ways how the semantic change it has suffered interpellates individual memories to collaborate in the process of mythification of tradition.

Keywords: Revitalization; Tradition; Collective memory; Mythification process; Social change.

¹ Este trabalho é resultado das pesquisas realizadas no inverno 2010-2011, no âmbito do projeto Festas de Inverno em Trás-os-Montes, desenvolvido pelo Instituto de Estudos de Literatura Tradicional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IELT - FCSH - UNL) e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

² Licenciada em Antropologia Social e Cultural na Universitat de Barcelona e mestre do Máster Oficial en Estudos de Género e Feminismos na Universidad del País Vasco. Colaboradora no Instituto de Estudos de Literatura Tradicional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

RESUMEN:

A través de una perspectiva que permite analizar la fiesta de los Caretos de Salsas como fuente de discursos y prácticas de género, este trabajo pretende reflexionar sobre el cambio semántico que ha sufrido la fiesta y como éste interpela las memorias individuales para contribuir, a través de sus relatos, al desarrollo de un proceso de mitificación de la tradición.

Palabras clave: Revitalización festiva; Tradición; Memoria colectiva; Proceso de mitificación; Cambio social.

AS FESTAS DE INVERNO COMO RITOS DE FIXAÇÃO DA HIERARQUIA DE GÊNERO

Como tem sido longamente estudado pela tradição antropológica portuguesa³, as festas do ciclo de inverno celebradas na região de Trás-os-Montes, no nordeste de Portugal, enquadram-se num conjunto festivo que se celebra no período compreendido entre a véspera do Dia de Todos os Santos (1 de Novembro), passando pelo Natal, Dia de Santo Estêvão, Dia de Reis, Entrudo, até ao Domingo de Páscoa. Estas datas fazem parte do ciclo festivo anual que está intimamente ligado à passagem das estações do ano e ao curso das atividades agrícolas próprias das, agora chamadas, sociedades rurais.

O ciclo de inverno tem início na época em que a comunidade acaba a fase de maior atividade agrícola, característica do verão, e começa o recolhimento do grupo de trabalho ao espaço doméstico. Neste ambiente restrito ao contexto familiar, ativam-se um conjunto de práticas que ritualizam a fixação ou a passagem dos indivíduos ao seu estatuto social, que organizam e estruturam hierarquicamente a vida das pessoas nas comunidades aldeãs (MONTESINO, Antonio: 2004).

Em geral, os ritos de inverno da região trasmontana, embora possamos encontrar ritos muito similares nas regiões próximas do Estado Espanhol e noutras zonas do sul da Europa, caracterizam-se, grosso modo, por serem ritos pagãos em que os rapazes solteiros se mascaram, nos dias próximos do Natal e da Passagem de Ano, com fatos extravagantes, máscaras antropomórficas ou animais e com chocalhos pendurados nos fatos. A encenação normalmente consiste em percorrer as ruas fazendo peditórios para as almas recorrendo a atitudes burlescas e agressivas com os transeuntes. Esta violência é exercida especialmente com as raparigas solteiras de forma ritualizada mediante gestos de forte conotação sexual.

É usual, na maior parte das aldeias, o grupo de rapazes solteiros organizar encontros exclusivos onde a comida e a bebida são abundantes e onde se estreitam os laços de amizade entre o grupo masculino (GODINHO, Paula, 1998). Nestes encontros, os rapazes aproveitam para organizar os muito habituais ritos de crítica social,

³ Veja-se SANTOS JUNIOR, 1940; PESSANHA, Sebastião, 2006; PEREIRA, Benjamim, 1985, 2006; GODINHO, Paula, 1998, 2011; TIZA, António: 2004; RAPOSO, Paulo, 2009, 2011.

onde se fazem públicos os acontecimentos considerados moralmente inadequados decorridos ao longo do ano.

Alguns exemplos destas práticas são as loas de Varge (GODINHO, 2010), as comédias de Avelada, os colóquios de Baçal ou o chamado deitar o jogo à praça em Torre de Dona Chama. Existem outras práticas que permanecem na memória da população trasmontana, como ocorre nas aldeias de Salsas, Santulhão, Podence, entre outras, em que os rapazes, ou moços, se dirigem à população feminina incitando-a através de versos com motivos cômicos. Exemplo destes ritos são os casamentos fictícios teatralizados pelos rapazes das aldeias através de leilões públicos das raparigas casadoiras da aldeia (OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, 1984); ainda existe também a prática chamada Serra da Velha ou Serração da Velha onde se define a posição social das mulheres idosas e viúvas através do grupo de rapazes como um grupo sexualmente inacessível, mediante o seu assassinato simbólico teatralizado de forma grotesca.

Este tipo de ritos reforça o grupo de rapazes que, numa série de atividades consegue impor simbolicamente a sua capacidade de dominação sobre outros grupos da comunidade, nomeadamente, o grupo das raparigas e das gerações de homens mais velhos e mais novos (MONTESINO, 2004).

A REVITALIZAÇÃO DA FESTA DOS CARETOS DE SALSAS

Na aldeia de Salsas, situada a Sul do Concelho de Bragança, no nordeste do país, as personagens protagonistas da festa são os Caretos. Caracterizados pelos fatos feitos de colchas antigas com franjas castanhas, vermelhas e amarelas e pelas máscaras de madeira (outrora também de cortiça) com motivos animais e de aspeto diabólico, o grupo de mascarados aparece desde o primeiro dia de janeiro até ao Dia de Reis (6 de janeiro). Nos primeiros dias os Caretos saem de noite pelas ruas da aldeia, batem às portas, assustam os transeuntes e perseguem as raparigas para as chocalharem. Por sua vez elas fogem até se isolarem na segurança do espaço doméstico, no qual eles ameaçam entrar e por vezes conseguem. Já no Dia de Reis, os Caretos realizam a ronda de visitas às famílias da aldeia com peditório para as almas. As famílias convidam os mascarados a entrar nas suas casas, onde lhes oferecem dinheiro e produtos alimentares e os mascarados reconhecidos pelo gesto tiram a máscara agradecendo o contributo da família para a missa das almas, fortalecendo a memória da aldeia através da preservação da tradição.

Os informantes de Salsas, no tempo em que se realizou um trabalho intensivo de pesquisa etnográfica, referiram que estas práticas foram caindo em desuso, mas estas foram esporadicamente realizadas por um ou dois rapazes da aldeia impedindo que a festa fosse esquecida até ao seu resgate na contemporaneidade.

A inércia que levou ao abandono das festas de inverno ocorreu em toda a região trasmontana, variando o grau de perda segundo dinâmicas locais, devido a dois grandes fatores: por um lado, a Igreja Católica, que via nestas festas uma potencial fonte de crítica popular contida no paganismo ritual, tendo perseguido contundentemente os ritos de inverno, provocando a sua desaparecimento ou assimilando-os à sua liturgia; por outro lado, a reestruturação das sociedades trasmontanas afetadas pela guerra colonial e pelas fortes migrações da sua população, ao longo do século XX, originou uma perda substancial do número de rapazes em idade de protagonizar a festa (GODINHO, 2011).

No final dos anos oitenta, momento em que Godinho situa as festas trasmontanas de acordo com o fenómeno de revitalização proposto por Jeremy Boissevain no contexto europeu, a festa dos Caretos foi retomada baseando-se na procura de elementos identitários que ajudassem a revitalizar a aldeia partindo da reconstrução das suas tradições.

Assim, segundo recordam os habitantes de Salsas, dois rapazes da aldeia decidiram recuperar os fatos de Caretos com o propósito de reativar a festa e promover o rito além das fronteiras locais. Estes rapazes organizaram uma apresentação dos Caretos na televisão e esse evento estimulou a engrenagem que levou à recuperação do ritual festivo. Encarregaram mulheres da confecção de novos fatos e máscaras e fundaram

a Associação Cultural e Recreativa dos Amigos dos Caretos de Salsas (ACRACS), entidade que se responsabiliza, desde então, pela organização da festa local provocando algumas dinâmicas de diferentes características.

No âmbito organizativo e institucional, tem-se abandonado o antigo sistema de mordomia, através do qual os rapazes se responsabilizavam pela festa num sistema de reciprocidade segundo núcleos familiares. A festa tem-se libertado da liturgia católica, que mantinha o controlo do vínculo do ritual aos antepassados, não sendo as almas as beneficiárias da esmola dada no peditório, mas a própria Associação dos Caretos – que utiliza a esmola na manutenção da indumentária e noutras despesas logísticas.

Além do exposto, a Associação tem introduzido algumas alterações na própria performance dos Caretos, que visam o ajuste da violência exercida pelos mascarados de acordo com as novas audiências mais “civilizadas”. Fruto da deslocação da festa, quer no tempo, quer no espaço, a contextos extracomunitários – encontros de cultura tradicional de promoção patrimonial e turística ou eventos institucionais representativos da cultura regional – os Caretos têm trocado os aspetos mais violentos da sua representação por detalhes mais sofisticados; exemplo disso é a troca dos chocalhos por pompons perfumados colocados na extremidade da cauda utilizados para lambuzar as suas atuais vítimas⁴.

⁴ Esta e outras mudanças acontecidas na aldeia de Salsas, Podence e Vale de Porco são analisadas em GUAPO, Amanda e LAFITA, Savina, 2012.

As alterações mencionadas respondem à vontade de adaptar os rituais festivos a contextos onde a festa surge como garante de ativação da vitalidade social e económica, numa zona que tem sofrido profundas transformações nas bases do seu sustento vital (SILVA, Luís, 2008) e na sua composição populacional. Estas mudanças incidem sobre as diferentes atividades da vida quotidiana de homens e de mulheres provocando alterações na sua organização social a vários níveis: no trabalho, na educação, nas formas de governo e na família. Naturalmente, as estratégias de transmissão dos valores não têm ficado retidas no tempo.

RELATOS DA MUDANÇA DO RITO

Durante a estadia no terreno, o Presidente da Junta de Freguesia e outras pessoas que nos abriram as portas da aldeia, encaminharam-nos aos anciãos para realizar entrevistas; como se a verdade do que se procurava (a caracterização da festa dos Caretos) estivesse guardada por eles, nomeadamente as mulheres de idade mais avançada. Deste modo, as antropólogas eram utilizadas como veículo legitimador da cultura local para o exterior e, em simultâneo, as pessoas idosas permaneciam como fontes fidedignas da memória coletiva local, legitimadas pela sua proximidade ao passado mítico da comunidade.

Naquelas narrações repetia-se a ideia da perda de veracidade do ritual devido à ausência de certos elementos, que aqui se

interpretam como tornando o rito ineficaz para algumas das mulheres participantes – ideia sublinhada através da experiência do medo sentido pelas mulheres quando eram perseguidas pelos Caretos na sua infância ou juventude, tempo que referem como “antigamente”, sem especificar uma data determinada.

O medo que sentiam dos Caretos obrigava as raparigas a evitar a rua, onde os Caretos corriam à solta, preferindo permanecer em casa - num espaço íntimo e ao cuidado da família. O medo de serem chocalhadas por aquelas personagens mascaradas, os rapazes da aldeia, que, sob o anonimato da careta, aproveitavam para apalpar as raparigas que eles quisessem; o medo, sentido como “autêntico terror”, impactava de tal forma no corpo que atuava como forma de aprendizagem da subordinação. O medo, portanto, era utilizado como estratégia de transmissão das hierarquias sociais e dos valores de género, sendo vastamente usado nos rituais de iniciação como forma de inculcar a norma na memória das “vítimas”: a rua é um lugar perigoso para as raparigas casadoiras.

É certo que dar o rabo a cheirar não faz parte das memórias do ritual e oferece um ar teatral à performance protagonizada, nos dias de hoje, pelos rapazinhos mais novos da aldeia. As vítimas também já não são as mesmas - forasteiros, turistas, curiosos ou mesmo antropólogos, como foi o caso. Finalmente, a moralidade no contexto festivo também se alterou garantindo uma maior liberdade sexual que afasta os tabus sobre a integridade das mulheres, e pode-se afirmar que pouco a pouco vai-se superando a dicotomia de género que limitava a mobilidade das

mulheres à intimidade do espaço privado da casa e do entorno familiar.

Os homens de mais idade referem a perda de seriedade do rito ao ter desaparecido a tal capacidade de transgredir os tabus sociais mediante as provas grupais de virilidade representadas pelo exercício de violência sobre as raparigas. Violência que a comunidade legitimava pelo seu significado de regeneração geracional e de reprodução da comunidade: “antes era pior, porque havia apalpões, mas as pessoas não se chateavam porque eles (os Caretos) pediam pelas almas, e como as pessoas tinham familiares (defuntos), davam” (Diário de campo, 2009).

RELATO DA MUDANÇA SOCIAL

A insistência narrativa no carácter aterrizador dos Caretos no passado imaginado evidencia o vazio semântico que existe no confronto da lembrança das mulheres com a performance atual. Esta relação entre passado/autêntico e atualidade/falsa deixa antever alguma incoerência discursiva sobre o fenómeno festivo. Mas, como disse Kepa Fernández de Larrinoa num livro dedicado às mudanças de género nas mascaradas do norte do estado espanhol (1994), é precisamente nas fissuras da ordem social, onde as incoerências se fazem visíveis no campo simbólico, que emerge a mudança e se disputam os novos significados sociais.

No sentido do que foi dito, a presente análise confirma a tese do antropólogo Miguel Vale de Almeida (2006), para quem as festas de inverno já não discursam sobre

a relação entre os sexos e a normatividade de género mas sobre outras negociações referentes à identidade local. Como foi dito, as vítimas dos Caretos nas performances atuais têm-se reconfigurado numa audiência externa à comunidade – são, por exemplo, turistas, familiares e visitas, público feirante, cidadãs da capital (quando os Caretos se deslocam à Feira da Máscara Ibérica) etc – situando a festa numa comunidade social mais global e transportando o sentido do ritual a um fluxo de dinâmicas mais amplas (GUAPO, Amanda e LAFITA, Savina, 2012).

Por outro lado, os relatos das senhoras enfatizam a autenticidade do rito no passado, colaborando nessa construção de um passado mítico, um passado idealizado que legitima a tradição cultural de Salsas. Assim, a experiência contada nestes relatos forma uma narrativa em torno dos Caretos que unifica o passado vivido com a memória coletiva, contribuindo para um processo de mitificação da tradição.

Mito e rito compõem “dois aspetos do mesmo complexo cultural (verbo e ação)” (MELETINSKI, Eleazar, 2001), o primeiro concretiza o aspeto narrativo (argumental) e o outro o aspeto representativo e espetacular ou teatral (DÍAZ CRUZ, Rodrigo, 1998). Pode afirmar-se que quando um rito perde o seu “sentido prático” (BOURDIEU, Pierre, 2007) deixa de ser representado para permanecer somente na sua versão mítica, persistindo o relato. Mas certamente estas diversas formas de comunicação mítica e ritual intervêm, em diálogo, na construção do imaginário coletivo e a memória da comunidade.

Victor Turner conta como a fluidez das narrações míticas se podem explicar pelo seu carácter liminar:

os mitos narram a forma como uma situação passou a ser outra, como foi habitado um mundo desabitado, como o caos se transformou em cosmos, como apareceram as estações num clima que não as tinha, como uns seres andrógenos se transformaram em homens e mulheres, etc. (TURNER citado em DUCH, Luís, 1995, p. 194)

A relação entre mito e rito encontra-se neste processo de mitificação no qual existia um rito que constituía uma representação do “sentido prático” (BOURDIEU, 2007) para a comunidade. O rito desapareceu ao mesmo tempo que a sociedade se transformou. Este rito, porém, continua na memória coletiva da comunidade e emerge novamente como narrativa mítica mediante um processo de construção discursiva. A memória reatualiza a prática abandonada em forma de relatos, seja na oralidade das mulheres e homens idosos que viveram a festa no passado, seja noutros suportes discursivos que encontramos, por exemplo, em livros, museus, ou webs turísticas.

As mulheres entrevistadas narram uma mudança vivida, uma mudança social em que o sentido prático do rito se transformou provocando outros efeitos. A desvinculação do rito com os significados anteriores é explicada através das alterações das narrativas atuais que contam a passagem de um mundo agrícola ativo, vital, “tradicional”, para um mundo desertificado, envelhecido e esquecido, mas revitalizado pela tradição “genuína”

de umas personagens mascaradas cheias de “autenticidade”. Enfrenta-se, então, um relato que conta a morte da sociedade agrícola e o nascimento de uma nova sociedade rural: onde as atividades agrícolas que sustentavam a vida já não têm a importância que tiveram no passado, onde a comunidade é dispersada e desterritorializada, onde os graus de parentesco se reinventam e as normas sobre a sexualidade são redefinidas, e onde os roles de género vão mudando, apagando, aos poucos, a forte divisão sexual do espaço e das atividades sociais que tinha existido anteriormente.

“As sociedades também recordam e dois dos dispositivos que realizam a função mnemotécnica das sociedades sem escrita são os rituais e a mitologia: estes propõem relacionar o presente com o passado e o indivíduo com a coletividade” (DURKHEIM, Émile, citado em DÍAZ CRUZ, 1998, p. 101). Neste processo criativo, a memória individual e a memória coletiva colaboram numa autoria partilhada (Halbwachs, Maurice, 2004) da representação da sua cultura e na construção da sua história. Entendidos o rito e o mito como manifestações culturais em constante recriação, vemos que os seus significados podem expressar, deste modo, processos de mudança social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. Quando a máscara esconde uma mulher. In PEREIRA, Benjamim (Org). **Rituais de Inverno com Máscaras**. Bragança: Museu Abade de Baçal, 2006. p. 61-73.

BOISSEVAIN, Jeremy. **Revitalizing European Rituals**. London: Routledge, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **El sentido práctico**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

CHERUBINI, Sílvia; GODINHO Inês; LAFITA, Savina. O Velho Chocalheiro de Vale de Porco-Dialécticas performativas de uma revitalização festiva. In **Brigantia**, Revista de Cultura Vol XXX-XXXI, p: 209-224, 2010/2011.

DÍAZ-CRUZ, Rodrigo. **Archipiélago de rituales**: Teorías antropológicas del ritual. Barcelona: Anthropos, 1999.

FERNÁNDEZ DE LARRINOA, Kepa. **Mujer, ritual y fiesta**: Género antropología y teatro de carnaval en el vale de Soule. Pamplona-Iruña: Pamiela, 1997.

GODINHO, Paula. A Festa dos Rapazes: nova arquitetura do género num meio em mudança. In **Cultura** – Revista do Centro de História da Cultura. Lisboa: FCSH/UNL, 1998, p. 241-254.

GODINHO, Paula. **Festas de Inverno no Nordeste de Portugal**: Património, mercantilização e aporias da “cultura popular”, Castro Verde, 100 Luz, 2010.

GUAPO, Amanda; LAFITA, Savina. Apropriações das festas de ciclo de inverno em Trás-os-Montes. In GODINHO, Paula. **Usos da memória e Práticas do património**. Lisboa: Edições Colibri/ Instituto Estudos Literatura Tradicional, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Anthropos editorial, 2004.

LLONA, Miren. Historia en obras: memorias, emociones y subjetividad. In PÉREZ-FUENTES, Pilar (ed.) **Subjetividad, cultura material y género: diálogos con la historiografía italiana**. Barcelona: Ikaria, 2010, p. 153-169.

MELETINSKI, Eleazar M. **El mito**. Madrid: Akal, 2001.

MONTESINO, Antonio. **Vigilar, controlar, castigar y transgredir: Las mascaradas, sus metáforas, paradojas y rituales**. Santander: Editorial Limites SC, 2004.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de. **Festividades cíclicas em Portugal**. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984.

PEREIRA, Benjamim. “Máscaras Transmontanas”. In **Brigantia**, vol. V, n.º 2-3-4, Bragança: 497-514, 1985

PEREIRA, Benjamim, (ed.) **Rituais de Inverno com Máscaras**. Bragança: Museu Abade de Baçal, 2006.

PESSANHA, Sebastião. **Mascarados e Máscaras Populares de Trás-os-Montes**, com desenhos de Mily Possoz,. Lisboa: Livraria Ferin, 1960.

PRIMETENS, Pierre. **A festa dos Rapazes**, Les Films de l’Après-Midi e Filmes do Tejo II. 57’ 2010.

RAPOSO, Paulo. Máscaras, Performances e Turismo” in Paulo Ferreira da Costa (coord.) **Museus e Património Imaterial: Agentes, fronteiras, identidades**. Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto dos Museus e da Conservação, 2009, p. 69-79.

RAPOSO, Paulo. **Por detrás da máscara: Ensaio de antropologia da performance sobre os Caretos de Podence**, Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2011.

SANTOS JÚNIOR, J.R. **O «careto» de Valverde, o «chocalheiro» de Vale de Porco e as suas máscaras de pau**, Comemorações Portuguesas, Porto, 1940.

SILVA, Luís. Contributo para o estudo da pós-ruralidade em Portugal. In **Arquivos da Memória**, nº4 (Nova série). 2008, p. 6-25.

TURNER, Victor. Liminalidade e communitas in **El proceso ritual**.
Madrid: Taurus, 1988, p. 101-136.

<http://ielt.org/invernocommascaras.pt>, em 28.06.2013.



POIESIS

Cronos: Revista da Pós-Grad. em Ciências Sociais, UFRN, Natal
v. 18, n. 2, jul./dez. 2017, ISSN 1982-5560



HUMANO CÃO QUE NÃO CHACOALHA O RABO

Gustavo Castro¹

*O homem é questão de noite
segreda a imaginação do sol*

*Disfarça a pantera
esconde o anjo
adentro*

*O anjo no homem
o homem não vê*

*O anjo no homem
na periferia da voz
o homem não vê*

*Anjo e homem
cada qual
exercícios de amplidão
cada qual
meditações surradas
de amor verdadeiro*

¹ Poeta, escritor e jornalista. Coordena o Grupo de Pesquisa Comunicação e Produção Literária (UnB/CNPq). Dedicou-se na atualidade ao projeto Perfil biográfico de João Guimarães Rosa (1908-67) e Perfil biográfico de Osman Lins (1924-1978). Autor de "O Enigma Ordes" (Ed. Hedra, 2015), sobre a poeta Ordes Fontela (1940-1998) e "Italo Calvino – Pequena cosmovisão do homem" (Ed. UnB, 2007).

*O homem traz um bosque de espinhos ao peito
sua fúria ministra armas
o amor
punhais*

*Sua vontade não é salpicada de fogo
e a contra-face dos seus espinhos não é azul*

*É preciso adentrar ao bosque do homem
Encontrar nele odre que não guarde
água contaminada de noite*

*É preciso adentrar a liberdade do homem
olhar antes os seus pulsos:*

*as mãos da ruína
não estão acorrentadas*

Sim

*o homem é questão de faca
é também questão de nada*

serve

*o seu nada
para alguma coisa?*

*Se numa tarde de domingo
sentado em sua cadeira de mofo-ócio
sobrevém
abrupto
em seu coração
a clara sensação do nada
o homem não se toma
pela mão
e pergunta
sem demora:*

*para que serve tudo isto – este desterro –
para que sirvo eu – meu deus –
impaciente morador
desta vida de viço?*

*E se não encontra resposta
destemido
habitua-se aos grilhões:
a vida-a-ferros!*

*Não pode ainda
ó anjo
inda não pode
voar!*

A SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS E DAS EMERGÊNCIAS EM SALA DE AULA

SOCIOLOGY OF ABSENCES AND SOCIOLOGY OF EMERGENCIES IN THE CLASSROOM

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum. Vol. 1. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo**. Para uma nova cultura política. Vol. 4. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Ana Laudelina Ferreira Gomes¹

A consagração da ciência moderna ocidental naturalizou-a, ou seja, construiu uma concepção de que ela é o conhecimento naturalmente mais verdadeiro, como se esta concepção não fosse também histórica e construída sócio-culturalmente no tempo e no espaço. O pretense universalismo da racionalidade dessa ciência é falso justamente porque se presta a transformar experiências dominantes/hegemônicas em experiências universais – verdades objetivas válidas para todos (BOAVENTURA SANTOS, 2008). Estes saberes tidos como globais levaram à destruição e ao silenciamento de povos e culturas submetidos à sua razão etnocêntrica/eurocêntrica.

A luta pela visibilização de formas de conhecer e compreender o mundo que

são invisibilizadas pela racionalidade da ciência moderna faz parte de uma estratégia de globalização contra-hegemônica. Nessa esteira, a racionalização operada pelo conhecimento científico se coloca como uma forma de colonialidade para a qual precisamos pensar alternativas teóricas, epistemológicas e práticas.

Um dos modos de tratar do problema vem da Sociologia das Ausências e das Emergências proposta por Boaventura Santos (2008), onde o sociólogo discute a produção social da não existência e alternativas contra-hegemônicas. Por um lado, discute formas, estratégias, práticas e dispositivos de invisibilização social através de sua Sociologia das Ausências. Por outro lado, discute práticas sociais alternativas e epistemologias que visem a

¹ Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil.

emancipação social, utilizando categorias de sua Sociologia das Emergências.

Boaventura Santos (2008) nos alerta que assumir a diversidade epistemológica do mundo implica em renunciar a uma epistemologia geral e buscar uma mudança paradigmática. O novo paradigma (cosmopolitismo) estaria comprometido com a revalorização de conhecimentos e práticas não hegemônicas que ficaram invisibilizadas no processo de colonização do pensamento e do conhecimento no seio do paradigma dominante e da sociedade técnico-científica da modernidade ocidental. No novo paradigma seria o diálogo entre os conhecimentos plurais o método para validação do conhecimento, não se configurando somente como um paradigma científico, mas também como um paradigma social. Nele o colonialismo seria a ignorância da reciprocidade e incapacidade de conceber o outro senão como objeto e para o qual uma das alternativas seria o processo de tradução intercultural balizado, entre outras ecologias, pela ecologia de saberes (BOAVENTURA SANTOS, 2008).

Problematizar essas ideias do autor em sala de aula e trazer experiências de estudo onde elas puderam ser aplicadas foi o que realizamos e que trazemos para demonstração dos primeiros resultados em seis trabalhos escritos de alunos do curso de ciências sociais da UFRN. Uma experiência que temos realizado através de atividades em sala de aula onde lecionamos no Brasil. Trazemos aqui algumas das potenciais aplicações do referencial teórico das sociologias das ausências e sociologia das emergências que foram construídas pelos estudantes

em seus trabalhos acadêmicos de alunos de graduação. Essa é, acreditamos a forma mais efetiva de se ter uma visão geral das obras do autor aqui apresentadas.

Inicialmente, cabe-nos apresentar sucintamente as principais ideias que norteiam a sociologia das ausências e a sociologia das emergências de Boaventura Souza Santos, a partir das quais os estudantes partem em suas investidas iniciais de pesquisa.

Boaventura Santos (2008) faz uma crítica ao modelo de racionalidade (razão indolente) e propõe outro modelo (razão cosmopolita), cujos fundamentos estariam em suas “sociologia das ausências” e “sociologia das emergências”, e no trabalho de tradução intercultural.

O pressuposto base sobre a razão indolente é que ela

Manifesta-se, entre outras formas, no modo como resiste à mudança das rotinas, e como transforma interesses hegemônicos em conhecimentos verdadeiros. [...] é necessário começar por mudar a razão que preside tanto aos conhecimentos como à estruturação deles (p. 97)

A sociologia das ausências tem por objetivo “transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças” (SANTOS, 2008, p. 102). Consiste em demonstrar a produção da não existência, ou seja, demonstrar que o que não existe na verdade é produzido como não existente, como explica Boaventura Santos (2008): há produção da não existência toda vez que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível,

ininteligível ou descartável de um modo irreversível. (p. 102).

Haveria cinco modos ou lógicas de produção da não existência sendo que “A produção social destas ausências resulta na subtração do mundo e na contração do presente, e, portanto, no desperdício da experiência” (BOAVENTURA SANTOS, 2008, p. 104)

A sociologia das ausências visa identificar essas experiências produzidas como ausentes e torná-las presentes e alternativas (inclusive epistemológicas) às experiências hegemônicas. Uma das formas de operar a sociologia das ausências é substituir as lógicas de produção da não existência (ou monoculturas) por ecologias. A Ecologia dos saberes é uma delas, da qual trataremos mais a frente.

Uma das faces da razão indolente é a razão proléptica, fundada na monoculturado tempo linear, com ela o futuro não tem que ser pensado. A luta contra este tipo de razão implica em se contrair o futuro para torná-lo escasso e objeto de cuidado, resultando na dilatação do presente. Esse seria o modo de agir da sociologia das emergências: “consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear, por um futuro de possibilidades plurais e concretas [...]” centrado na “possibilidade” (BOAVENTURA SANTOS, 2008, p. 116). Essa sociologia propõe-se a investigar alternativas dentro de possibilidades concretas.

Enquanto a sociologia das ausências se dá no domínio das experiências já disponíveis, a sociologia das emergências busca expandir o domínio das experiências sociais possíveis. A multiplicação e **diversificação das experiências**

disponíveis e possíveis resultam em ampla fragmentação do real dificultando e de definir o sentido da transformação social, colocando-se como desafio chegar-se a convergências éticas e políticas. Daí o trabalho de tradução aludido por Boaventura Santos (2008).

O trabalho de tradução intercultural incide sobre saberes, práticas e agentes. Traduzir é identificar preocupações isomórficas entre culturas e explorar suas respectivas respostas. A tradução pode acontecer entre saberes hegemônicos e não hegemônicos, mas também entre saberes não hegemônicos. Seu objetivo é sempre construir possibilidades contra-hegemônicas de saberes. Os responsáveis pela tradução são os intelectuais cosmopolitas, enraizados nas práticas e saberes que representam. A tradução acontece através de trabalho argumentativo nos diferentes mundos, saberes e experiências quando são partilhados. A tradução justifica-se em face da necessidade de justiça cognitiva, nas palavras de Boaventura Santos (2008): “criar as condições para uma justiça social global a partir da imaginação democrática” (p. 135).

A **ecologia de saberes** é uma das formas de operar a sociologia das ausências, no sentido de substituir a lógica monocultural de produção da não existência. Seu ponto de partida é o epistemicídio, processo histórico pelo qual a ciência moderna ocidental marginalizou ou descredibilizou todos os conhecimentos tidos como não científicos convertendo-se em conhecimento uno, universal e única fonte de progresso. As ecologias que vem para substituir as lógicas monoculturais de produção da não existência são

constelações de saberes. A Ecologia de saberes faz coexistir saberes não científicos que sobreviveram ao epistemicídio ou que emergiram das lutas sociais contra a desigualdade e a discriminação. Assenta-se na ideia de que todo conhecimento é interconhecimento, reconhecimento e autoconhecimento. Pressupõe que a injustiça social está fundada na injustiça cognitiva. Ou seja, já que o conhecimento científico não está distribuído equitativamente, as intervenções no real que ele privilegia tende a ser aquelas fornecidas por grupos sociais que detém acesso a ele. Sendo assim, para se ter justiça social é preciso alcançar a justiça cognitiva, o que pode acontecer valorizando práticas científicas alternativas e a *interdependência entre saberes científicos e não científicos* (BOAVENTURA SANTOS, 2008).

A luta pela visibilização de formas de conhecer e compreender o mundo que foram invisibilizadas pela racionalidade da ciência moderna e pela colonialidade do saber que ela ajudou a sustentar é uma necessidade premente e tem implicações também para a educação. É o que Inês B. de Oliveira (2008) salienta ao discutir a necessidade da educação considerar em suas concepções e práticas a identificação e valorização de “outros modos de pensar e de estar no mundo para além dessa razão [dominante]” que se entende como universal (p. 70). O que passaria por entender como estas formas não hegemônicas tem sido negligenciadas.

Entendemos que a racionalização estreita e redutora operada pelas formas de conhecimento dominantes expressam colonialismo e refletir sobre o assunto já faz parte de uma estratégia

contra-hegemônica. Justifica-se, pois, discutir formas, estratégias, práticas e dispositivos de invisibilização social através da Sociologia das Ausências. E, em contrapartida, discutir práticas sociais alternativas e epistemologias alternativas que visem a reinvenção social, com base na Sociologia das Emergências. Abaixo fazemos referências a elementos destacados de seis trabalhos de estudantes de nossa disciplina no curso de ciências sociais nos quais buscaram refletir sobre estas sociologias e aplicar a situações concretas do cotidiano ou de expressões do imaginário, como cinema e literatura.

INVISIBILIDADE NOS HOSPITAIS PSQUIÁTRICOS

As estudantes autoras (SILVA, VOTORIANO & SANTIAGO, 2014) questionam a validade do saber/poder médico (psiquiátrico) sobre a loucura e as formas de tratamento arbitrárias que daí advém, exemplificando com um caso de invisibilidade social na cidade de Barbacena – Minas Gerais – Brasil em um hospício que ficou conhecido como Colônia (1903-1980) onde os pacientes eram submetidos a condições desumanas. Entre estas o fato de que 70% dos pacientes que lá viviam não sofriam de fato de doença mental mas ali se encontravam por serem considerados indesejados socialmente em vista de alcoolismo, pobreza, discriminação racial, homossexualidade, prostituição, adolescentes grávidas rejeitadas pela família etc... A sociologia das ausências foi usada neste estudo para caracterizar a produção da não existência

desses indesejados socialmente respaldados pela hegemonia da ciência através do poder médico/psiquiátrico.

AS PRAÇAS PÚBLICAS COMO ESPAÇOS DE AUSÊNCIAS NO MEIO URBANO E O PROJETO ECO-PRAÇAS DE NATAL/RN/ BRASIL COMO EMERGÊNCIA

As estudantes autoras (MOURA, WAINBERG, DONATI, 2014, s/d) observam que a maior parte das praças públicas da cidade do Natal encontram-se em situação de abandono não só pelo governo municipal como pela sociedade, o que configuraria a produção de não existências (ausências). Em vista disso, o Projeto Eco-Praça que acontece em várias locais da cidade busca a mobilização social para o problema e oferecer alternativas para a revitalização das praças públicas, com feiras de produtos artesanais, shows musicais e outras atividades culturais. Assim, o projeto é visto pelas autoras como alternativa à ocupação e revitalização das praças públicas natalenses onde ele acontece, transformando ausências em emergências, dizem as autoras: “Felizmente, vemos que as ausências, apesar de continuarem grandes, tem sido gradualmente substituídas por ecologias de saberes, que unem responsabilidade social e ambiental com lazer e promoção da cultura” (MOURA, WAINBERG & DONATI, 2014, s/d).

AS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) ATRAVÉS DO VÍDEO DOCUMENTÁRIO “SEVERINAS: AS NOVAS MULHERES DO SERTÃO”

O estudante autor (SILVAb, 2014, s/d) usa como operador do pensamento este vídeo documentário que trata da realidade de mulheres sertanejas na cidade de Guaribas, interior do Estado do Piauí, Brasil, num contexto social de pobreza e resignação. A política pública federal do PBF foca na transferência de renda do governo para a população mais pobre e o documentário narra como a realidade vai sendo transformada. O autor relata que a região considerada tinha em 2003 o segundo pior IDH do país, e, após dez anos de implantação do primeiro programa de transferência de renda (o Fome Zero), a miséria foi erradicada no local. A diretora do documentário ouviu relatos das famílias beneficiárias dando visibilidade a uma realidade produzida como não existente (ausente). Frente ao que Boaventura Santos fala, sobre a necessidade do processo de globalização ser pensado de forma alternativa, o estudante autor observa que “pensar possibilidades de mudanças sociais e políticas também a partir da ótica dos que foram invisibilizados e que atualmente tem mais possibilidade de emergência, é o caso das mulheres de Guaribas” (SILVAb, 2014, s/p).

O PROBLEMA DA CULTURA-LÍNGUA NA PRODUÇÃO DAS HEGEMONIAS E INVISIBILIDADES NA CRÔNICA DE MIA COUTO

Os estudantes autores (FAGNO, MELO, FREIRE, 2014, s/d) buscam analisar o processo de invisibilização que sofre a cultura africana pelo poder hegemônico global através de um conto do escritor moçambicano Mia Couto “Línguas que não sabemos que Sabíamos”². Segundo os autores, “o que Mia Couto denuncia é o processo de essencialização e folclorização do povo africano, e que muito daquilo que se proclama como autenticamente africano é produzido fora da África” (FAGNO, MELO & FREIRE, 2014, s/p). Eles entendem que a lógica que produz invisibilidades e, portanto, desperdício da experiência social, apresenta a cultura africana de modo massificado, lógica esta criada por uma cultura hegemônica eurocêntrica que hierarquiza as mais diversas formas de saberes e as dicotomiza tratando como local tudo que não está sob a égide hegemônica.

UMA CRÍTICA À RAZÃO INDOLENTE NO FILME “DENTE CANINO”

A estudante autora (SILVA, 2014c, s/d) toma o filme “Kynodontas” (dente canino, em português) para fazer uma crítica da razão indolente. O filme retrata um casal de pais que criam seus três filhos de forma

reclusa e sob o autoritarismo do pai. Em face disso, os filhos, apesar de adultos, tem atitudes infantilizadas e reações mecanizadas e repetitivas. Nenhum personagem tem nome, exceto Cristina, contratada pelo pai da família para saciar necessidades sexuais de um de seus filhos, e que é quem acaba sendo um elo da filha mais velha com o mundo exterior o qual não conhece. As práticas desse pai autoritário acabam se configurando como uma metáfora da razão indolente pois produz invisibilidades políticas e culturais, realizando epistemicídios com diversos saberes que não são aceitos como válidos.

No entendimento da autora, o filme “[...] deixa margem para a busca daquilo que Boaventura Santos chamou de ecologia de saberes, que é uma contra-epistemologia, onde diversas alternativas são estimuladas e não podem ser agrupadas em uma única forma global, fazendo com que o pensamento seja sempre pluralista e propositivo. [...]. ‘Dente Canino’ motiva o espectador a pensar em um novo pensamento político que estimula visões do mundo não contempladas pela atenção da ordem vigente, resistências ao que está posto, gerando um movimento contra-hegemônico” (SILVA, 2014, s/p).

² Publicado no livro “E se Obama fosse africano?: e outras intervenções. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

O FILME "FAHRENHEIT 451" E SUA RELAÇÃO COM A SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS E COM A SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS

Os estudantes autores (SOUZA FILHO; MELO, 2014, s/d) tomam o referido filme como emblema para pensar os conteúdos destas sociologias. Segundo eles, no filme é possível “caracterizar a sociologia das ausências como o ato daquela sociedade repudiar, marginalizar os livros e qualquer prática escrita, ou qualquer prática intelectual” (MELO & SOUZA FILHO, 2014, s/p). Uma das faces da razão indolente é a razão metonímica, que objetiva a ideia de totalidade sob a forma de ordem. Segundo os autores, no filme essa ordem é observada no momento em que se apresenta um futuro onde todos os livros são proibidos e opiniões próprias são consideradas anti-sociais e hedonistas, onde todo pensamento crítico é suprimido.

Entendemos que cada uma dessas experiências de reflexão utilizando a sociologia das ausências e ou a sociologia das emergências em sala de aula (ou a partir dela) mostra um pouco do caráter crítico e combativo dessas teorizações fazendo com que os estudantes saiam de uma postura de conformismo ou derrotismo e se empenhem em explorar formas e estratégias de produção da não existência veiculado no ou com o respaldo

do discurso científico. Do mesmo modo, buscar identificar formas alternativas de luta contra-hegemônica para transformar essas invisibilidades/ausências em sujeitos com voz e vez.

Trata-se de uma abordagem que busca uma prática de conhecimento que atue efetivamente como potencialidade emancipatória para além da mera transmissão de conteúdos sociológicos (ou de outras disciplinas científicas)³. Por decorrência, a construção de subjetividades compromissadas com a emancipação social vai depender de práticas de conhecimento igualmente notáveis neste sentido, dentro e fora de sala de aula. Afinal, os estudantes, como também os professores, incorporam valores e crenças não somente a partir de saberes formais (como os veiculados pelos conteúdos curriculares ministrados) mas através de saberes cotidianos/informais, muitos deles dos corredores, do pátio, da relação professor-aluno, com a escola, a família, a comunidade, as redes sociais etc.

Na universidade, temos nos acostumado a valorizar quase que exclusivamente os saberes formais, especialmente os considerados científicos, através dos autores e teorias científicas estudadas. E assim, secundarizamos saberes cotidianos/informais dos próprios estudantes, do professor, dos grupos de pertencimento e dos saberes do imaginário artístico e cultural que nos são

² Toma aqui o sentido de emancipatório que lhe dá Boaventura Santos (2008). Ele diz que, ao contrário das concepções do pós-moderno que renunciam a projetos coletivos de transformação social e que consideram a emancipação social um “mito sem consistência” (p. 29), sua perspectiva “pós-moderna de oposição” ainda aposta nela acreditando numa pluralidade de projetos coletivos articulados, sem hierarquiza-los, isso sendo possível através de procedimentos de tradução que substituem uma teoria geral da transformação social.

transmitidos sem necessariamente nossa consciência disso. Saberes cujas informações que veiculam integram a enormidade de informação que a universidade deveria aprender a trabalhar, a tratar, a dialogar.

Oliveira (2008) explica que para Boaventura Santos o grau de democraticidade do diálogo entre os conhecimentos plurais interfere decisivamente na validação do conhecimento do novo paradigma, e lembramos que este novo conhecimento não é somente científico mas também social (BOAVENTURA SANTOS, 2002). Assim, pensamos que o ensino universitário não deve se respaldar apenas na dimensão científica do conhecimento, mas fazer o científico dialogar com os demais saberes cotidianos. A amostra de trabalhos dos alunos que trouxemos nessa comunicação demonstram essa preocupação com o diálogo com outras formas de conhecimento, com saberes do “sul global” como na alusão ao conto de Mia Couto tratando de como a África é veiculada para o resto do mundo pelo Ocidente. Também no trabalho que crítica o caráter político do saber/poder médico psiquiátrico no caso do hospício Colônia. Os saberes cotidianos e sobre a vida cotidiana também se revelam presentes no trabalho dos alunos sobre “as praças como espaços de ausências no meio urbano e o Projeto Eco-praças de Natal como emergências”.

Não sendo somente científico, mas social, o novo paradigma caminha no sentido de uma superação da dicotomia ciências naturais/ciências sociais, o que para o autor tem acontecido sobre a égide das ciências sociais, à medida que as ciências naturais se aproximam destas e estas se aproximam das humanidades

revalorizando os estudos humanísticos e a racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura. Estes elementos também foram encontrados nos trabalhos dos alunos como a alusão aos filmes “Dente canino” e “ Fahrenheit 451” e ao vídeo documentário “Severinas, as novas mulheres do sertão”, no sentido de produção de um conhecimento mais auto-biográfico na medida em que estreita a distância entre sujeito e objeto até o limite de sua superação, como requer o trabalho com obras do imaginário (GOMES, 2015). Sendo assim, pensamos que as ciências humanas em diálogo com as humanidades podem reclamar para si um certo compromisso de humanizar os saberes científicos no sentido de colocá-los a serviço da contra-hegemonia epistemológica e política, possibilitando visibilidade aos saberes subalternizados em face de interesses do mercado e do poder, e a sociologia das ausências e sociologia das emergências aparece como grande potencial de participar desse luta de modo decisivo, como uma epistemologia prática e social, assumidamente interventiva.

REFERÊNCIAS

MOURA, Ana Livia Lins Procópio de; WAINBERG, Bianca; DONATI, Luisa Galvão. **As praças como espaços de ausências no meio urbano e o Projeto Eco-Praças de Natal como emergência.** Trabalho para a Disciplina de Epistemologia das Ciências Sociais, Curso de Ciências Sociais/UFRN, 2014.

FAGNO, Danilo; MELO, Gutemberg; FREIRE, Suzanne. **O problema da cultura-língua na produção das hegemonias e invisibilidades na crônica de Mia Couto.** Trabalho para a Disciplina de Epistemologia das Ciências Sociais, Curso de Ciências Sociais/UFRN, 2014.

GOMES, Ana Laudelina Ferreira. Por que buscar articulações científico-humanísticas? In: GOMES, Ana Laudelina Ferreira (org.). **Festins de seda.** Festival Mythos-Logos e outras inventices de inspiração bachelardiana. Natal: EDUFRN, 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum. Vol. 1. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo.** Para uma nova cultura política. Vol. 4. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Adara Pereira da; VITORIANO, Jussara de Oliveira; SANTIAGO, Manuella Elias. **Invisibilidade nos hospitais psiquiátricos.** O caso de Colônia. Trabalho para a Disciplina de Epistemologia das Ciências Sociais, Curso de Ciências Sociais/UFRN, 2014.

SILVA, Roberto Rosemberg Freitas da. **As mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família através do documentário “Severinas: as novas mulheres do sertão”.** Trabalho para a Disciplina de Epistemologia das Ciências Sociais, Curso de Ciências Sociais/UFRN, 2014a.

SILVA, Maria Alice Souza Silva. **Uma crítica à razão indolente no filme “Dente canino”.** Trabalho para a Disciplina de Epistemologia das Ciências Sociais, Curso de Ciências Sociais/UFRN, 2014b.

SOUZA FILHO, Marcos Luiz; MELO, Amarilis Freitas de.
Relacionando “uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências” de Boaventura Santos, com o filme Fahrenheit 451.
Trabalho para a Disciplina de Epistemologia das Ciências Sociais,
Curso de Ciências Sociais/UFRN, 2014.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Boaventura & Educação.** Coleção
Pensadores & Educação. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ESTADO Y PARENTESCO COMO FORMAS DE ARTICULACIÓN SOCIAL EN EL ANTIGUO EGIPTO: NUEVAS INVESTIGACIONES HISTÓRICO- ANTROPOLÓGICAS SOBRE DINÁMICAS POLÍTICAS, ECONÓMICAS E IDEOLÓGICAS

**ESTADO E PARENTESCO COMO FORMAS DE ARTICULAÇÃO SOCIAL NO EGITO ANTIGO:
NOVAS PESQUISAS HISTÓRICO-ANTROPOLÓGICAS SOBRE DINÂMICAS POLÍTICAS,
ECONÔMICAS E IDEOLÓGICAS**

**STATE AND KINSHIP AS SOCIAL ARTICULATION FORMS IN ANCIENT EGYPT: NEW
HISTORICAL-ANTHROPOLOGICAL RESEARCHES ON POLITICAL, ECONOMIC AND
IDEOLOGICAL DYNAMICS**

CAMPAGNO, Marcelo (Ed.). **Estudios sobre parentesco y Estado en el Antiguo Egipto**.
Buenos Aires: IHAO-FFyL-UBA/Ediciones Del Signo, 2006. 228 páginas.

Horacio Miguel Hernan Zapata¹



Entre el creciente menú temático de las ciencias sociales se encuentran, indudablemente, las heterogéneas relaciones y conflictos que traman, conectan y oponen a los individuos y grupos que componen las sociedades, cualquiera sea el tiempo en el que se desarrollan y el espacio en el que se localizan. Son dichos vínculos los que, en el pasado y el presente, concitan la atención de los científicos sociales, generan en ellos nuevos interrogantes

y los obligan a enriquecer – cuando no multiplicar – las perspectivas de análisis para explicar y comprender, más que describir, la naturaleza y mecánica de tales vínculos. En una época en que los debates en torno a la globalización y la diversidad cultural invitan a preguntarse por las lógicas implícitas en las dinámicas de interacción de esas “otras” formaciones socioculturales, no hay duda de que el libro *Estudios sobre parentesco y Estado en el Antiguo Egipto*, una compilación

¹ Docente-investigador, Universidad Nacional del Nordeste (UNNE) / Docente-Investigador, Universidad Nacional del Chaco Austral (UNCAus) – Argentina (Email: horazapatajotinsky@hotmail.com).

del historiador Marcelo Campagno (CONICET-Universidad de Buenos Aires, Argentina) constituye un valioso aporte a dicha empresa.

Desde sus primeras páginas, este libro es presentado como un esfuerzo editorial por compaginar una serie de estudios sobre la antigua civilización egipcia que, más allá de que presenten diferencialmente reflexiones teóricas o abordajes empíricos puntuales, participan de una misma premisa analítica: reconstruir al parentesco y el Estado como dos tipos particulares de prácticas sociales que operan como dos lógicas nodales en los diversos procesos de estructuración social de esta cultura milenaria y sus zonas de contacto a lo largo de los milenios.

El lector encontrará que la caracterización de original y novedosa que efectuamos de esta compilación no es un mero halago formal por dos razones. En primer lugar, porque los autores expresan una significativa diversidad de filiaciones institucionales y preocupaciones disciplinares, en la medida que encontramos los frutos del trabajo de historiadores españoles de reconocida trayectoria junto a los avances promisorios de jóvenes investigadores, becarios y tesisistas argentinos, así como también la expresión de distintos ámbitos académicos y países con políticas científicas y tradiciones historiográficas propias. Y en segundo lugar porque la descripción y análisis de la información, desplegada por los autores en cada capítulo, recuperan las condiciones dialógicas y combinan los aportes brindados por una antropología que apunta a comprender la pluralidad de significados asignados a las relaciones de parentesco y una historia social y política recientemente transformada

y preocupada por indagar los diferentes rostros del Estado, estrategia metodológica bien formulada y coherente que debe leerse en el marco de un campo de pesquisas antiguo-orientales en Iberoamérica que ha sabido expandir y *aggiornar* sus horizontes de indagación, reflexión y debate gracias a la colaboración interdisciplinaria.

Con el objeto de presentar los lineamientos que informan el trasfondo de todas las contribuciones, el capítulo introductorio de Marcelo Campagno demuestra en términos conceptuales y empíricos la importancia que el parentesco y el Estado adquieren en el antiguo Egipto como prácticas centrales, cuyas potencias definen y estructuran los diversos ordenamientos sociales, así como también la multiplicidad de formas a través de las cuales esas lógicas de organización pueden articularse entre sí. El artículo conforma un loable esfuerzo por explicitar los aprendizajes y conclusiones alcanzadas por Campagno a lo largo de su derrotero investigativo. La importancia de este capítulo en el conjunto de la obra reside en poder especificar cómo dichas lógicas poseen una ineludible gravitación en toda la estructura sociopolítica, económica e ideológica de los antiguos egipcios, desde las comunidades aldeanas de los campesinos hasta el reservado ámbito cortesano de las elites, desde los modos de organización de la producción, intercambio y explotación del trabajo hasta el mundo de las prácticas culturales y representaciones religiosas, atravesando toda la experiencia histórica de esta civilización y sus periferias, desde el período Predinástico hasta la época del Reino Nuevo e incluso más allá.

Si bien los restantes ocho artículos que componen el libro han sido organizados siguiendo un criterio cronológico antes que temático, lo cual permite que el lector obtenga una perspectiva de largo plazo, es posible también que quien se sumerja en estas páginas alcance a percibir ciertos ejes que cruzan transversalmente la problemática general. El primer eje, integrado por los escritos de Augusto Gayubas (CONICET-Universidad de Buenos Aires, Argentina) y de Ana Isabel Navajas (Universidad Autónoma de Madrid, España), enfoca sendas investigaciones sobre la época que antecede al Estado faraónico y en la relevancia que poseyó el parentesco como criterio fundante de la unidad interna de los agrupamientos aldeanos y de sus vínculos con el exterior. De ese modo, Gayubas estudia la problemática de la guerra y su impacto en el surgimiento y consolidación de ciertas figuras de autoridad en el seno de las comunidades pre-estatales, las cuales resultaban ser compatibles con el predominio del parentesco como lógica de organización social.

Asuturno, tomando por base el examen arqueológico de la dispersión regional de un tipo de cerámicas decoradas de las fases Nagada I y II, Navajas plantea la existencia de circuitos de circulación de bienes de prestigio basados probablemente en redes de parentesco o de clientelismo entre los diversos jefes comunales del valle del Nilo. Como otra deriva conclusiva, los recorridos de ambos trabajos permiten sostener que si la práctica de la guerra subraya el carácter negativo del no-pariente y – en su concreción – afianza la propia articulación parental, las redes de intercambio configuran un contexto pacífico y mucho favorable para

que las elites comunales se vincularan entre sí mediante lazos de parentesco.

Los diversos vínculos entre prácticas parentales y estatales una vez que ha emergido y consolidado el Estado a partir del III milenio a. C. conforman el segundo eje sobre el cual gira un importante tramo de la obra, encabezados por dos excelentes trabajos de Josep Cervelló Autuori (Universidad Autónoma de Barcelona, España) y Juan Carlos Moreno García (Centre National de la Recherche Scientifique, Francia). El primer autor se dedica a identificar el rol del parentesco en la sanción ideológica de la temprana institución de la monarquía egipcia a través del análisis de las listas reales del período Dinástico Temprano, puntualizando que el principio de ancestralidad – que supone la identificación del gobernante con Horus y Osiris en tanto dioses ancestros – actuó como un principio fundante en la legitimación política y simbólica del poder real del faraón. Por su parte, el segundo autor, a partir de interrogar un conjunto polifónico de testimonios provenientes de los ámbitos palaciales y aldeanos, expone en clara oposición a lo esbozado por ciertos argumentos sobre de cuño evolucionista el papel significativo que poseyeron las familias extensas en distintas dimensiones de la vida de los integrantes de la sociedad egipcia durante el Reino Antiguo.

Avanzando en otras épocas de la historia del antiguo Egipto, dos capítulos de la pluma de Juan Ferguson (Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina) y Marcelo Campagno focalizan sus intereses en diferentes situaciones y escenarios del II milenio a.C. en los que es posible advertir otros modos de articulación del parentesco

y el Estado. En su texto, Ferguson revisa los procedimientos estatales de organización y control de los tributarios en trabajo del Reino Medio y establece que, contrariamente a la rigidez con la que ciertas investigaciones han caracterizado el sistema económico, resulta factible afirmar que el Estado egipcio construyó un tipo de economía política cimentada en diversas modalidades de gestión de la mano de obra, muchas de las cuales reconocían en los esquemas estructurados por la lógica del parentesco a sus antecedentes, como el sistema temporal de turnos de trabajo reformulado durante la Dinastía XII que el autor describe con precisión.

Si el anterior trabajo priorizaba la concreción material de la coexistencia de prácticas parentales y estatales, en el siguiente capítulo a cargo de Campagno se detiene en la dimensión simbólica, particularmente en la manera en que los antiguos egipcios construían sus relatos sobre el universo de los dioses. Para tratar esta cuestión, el egiptólogo argentino rastrea la presencia de ambas lógicas de organización social como fuerzas operantes en los procedimientos judiciales que se aplican a los dioses que transgreden las normas narrados en el relato mítico de *La contienda entre Horus y Seth* contenida en el papiro Chester Beatty I de fines del Reino Nuevo.

Finalmente, las diferentes modalidades que adquirieron las relaciones entre el Estado egipcio y las sociedades que habitaban sus periferias ocupan un lugar destacado en los últimos dos trabajos del libro. Emanuel Pfoh (CONICET-Universidad Nacional de La Plata, Argentina) recupera las consideraciones vertidas inicialmente

por el prestigioso orientalista italiano Mario Liverani en un artículo ya clásico de la historiografía del antiguo oriente y en el cual examinaba el contraste entre las percepciones políticas de egipcios y asiáticos en las cartas de El Amarna. En dicha correspondencia diplomática, los egipcios proyectaban sus relaciones con los príncipes levantinos bajo una naturaleza de dominio estrictamente estatal, en tanto estos últimos tendían a entender los vínculos con el faraón en clave de lazos de dependencia personal y no burocráticos, que Liverani calificó en su momento como “vasalláticos”, pero que según las reflexiones de Pfoh pueden ser recategorizados como relaciones de patronazgo debido a la significativa presencia de expresiones propias de la reciprocidad parental.

Sin apartarse del espacio del Levante meridional, Juan Manuel Tebes (CONICET-Universidad de Buenos Aires) desplaza su mirada hacia el mundo bíblico y presenta un artículo que versa sobre la manera en que los hebreos representan sus vínculos con los vecinos grupos transjordanos, dejando en evidencia que la percepción particular que el “autoproclamado pueblo de Dios” construyó sobre los edomitas pareciera indicar la forma específica mediante la cual la lógica del parentesco significa una situación de convivencia interétnica pacífica en aquella región a comienzos del I milenio a. C.

Como se comprueba en este volumen colectivo, la reconstrucción de los diversos aspectos que documentan la presencia y el funcionamiento de una determinada lógica de organización social en la sociedad del antiguo Egipto difícilmente puedan tener una óptica unívoca, por lo

que en cada uno de los capítulos el lector encontrará una enriquecedora vía que permite acrecentar el conocimiento de un aspecto más de la dinámica que asumió la vida social, política, económica y cultural de una sociedad antigua.

En suma, la compilación *Estudios sobre parentesco y Estado en el Antiguo Egipto* efectúa un importante aporte a un campo de investigación en consolidación y expansión dentro del ámbito latinoamericano, no sólo por ingresar en problemáticas poco exploradas desde una perspectiva clara de la historia y la antropología, sino también por brindar explicaciones sustanciales en torno a ciertos procesos sociohistóricos que hicieron a la conformación y la cultura de una sociedad distante espacial y temporalmente, cuyos vestigios pueden haber desaparecido bajo la arena o – en el mejor de los casos – se hallan encapsulados como objetos exóticos en las vitrinas de los museos, pero que como expresión de múltiples “vidas vividas” continúan motivando novedosas trazas historiográficas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitora: Ângela Maria Paiva Cruz
Vice-reitor: José Daniel Diniz Melo

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Profa. Maria das Graças Soares Rodrigues
Vice-diretor: Prof. Sebastião Faustino Pereira Filho

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: Alexsandro Galeno Araújo Dantas
Vice-coordenador: Orivaldo Pimentel Lopes Júnior

CRONOS – REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Editor Gerente: Orivaldo Pimentel Lopes Júnior
Editora: Josimey Costa da Silva
Auxiliar de Editoria: Winnie Carlos

ORGANIZAÇÃO DO DOSSIÊ “DIVERSIDADE DE SABERES SOBRE A AMÉRICA LATINA”:

Boaventura de Sousa Santos (Centro de Estudos Sociais - CES - Univ. Coimbra); Itamar de Moraes Nobre; Zéu Palmeira Sobrinho; Vânia de Vasconcelos Gico; Ana Carmem do Nascimento Silva (UFRN).

COMISSÃO EDITORIAL

Alexsandro Galeno Araújo Dantas
Ana Laudelina F. Gomes
Cimone Rozendo
João Bosco Araújo da Costa
José Antônio Spineli Lindoso
Josimey Costa da Silva
Orivaldo Pimentel Lopes Júnior

CONSELHO CIENTÍFICO

Amaury Cesar Moraes – USP
Boaventura de Sousa Santos – Universidade de Coimbra
Denise Machado Cardoso – UFPA
Edgar de Assis Carvalho – PUC-SP
Evaldo Vieira – USP
Jessé Souza – UFABC
João Emmanuel Evangelista – UFRN
John Lemos – New England – USA
José Manuel Pureza – Universidade de Coimbra
Maria da Conceição Almeida – UFRN
Mauro Koury – UFPB
Michel Zaidan Filho – UFPE
Teresa Sales – UNICAMP
Vincent de Gaujelac – Université Paris 7 (FRANÇA)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UFRN

Secretária: Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo
Secretária Adjunta: Ione Rodrigues Diniz Moraes
Coordenadora de Revisão: Maria da Penha Casado Alves
Supervisão Editorial: José Correia Torres Neto
Revisão Tipográfica: Letícia Torres
Projeto Gráfico: André Soares
Diagramação: Isabela Muniz Batista

A Revista *CRONOS*, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFRN, é publicada em Natal – Rio Grande do Norte, com periodicidade semestral. O propósito da *CRONOS* é que, ao contribuir com a produção e difusão de material altamente qualificado, seja uma referência entre as Ciências Sociais brasileiras, e com forte entrada na América Latina e em outros países. A cada número da revista, um dossiê temático anunciará a problemática em discussão, seguido de seções de artigos inéditos de autores inscritos num movimento transdisciplinar, e contará normalmente com uma entrevista realizada com um pensador da atualidade, uma sessão artístico-poética, e resenhas.

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Cronos: Revista do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais da UFRN,
v.1, n. 1 (jan./jun. 2000) – Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000-.

Semestral

Descrição baseada em: vol. 18, n. 2 (jul./dez., 2017)

ISSN Versão Impressa: 1518-0689 (até o volume 10: 2009)

ISSN Versão Eletrônica: 1982-5560 (a partir do volume 4: 2003)

1. Ciências Sociais – Periódico. 2. Epistemologia – Periódico. 3. Ensino – Periódico. 4. América Latina – Periódicos. 5. Educação – Periódicos. 6. Antropologia – Periódicos.

CDU 301 (05)

CDD 300.05

CRONOS – Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA
Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – CEP 59078-970
<http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/login>
E-mail: cronosppgcs@gmail.com
NATAL, RN – BRASIL

NORMAS PARA SUBMETER ARTIGOS

<https://periodicos.ufrn.br/cronos/about/submissions#authorGuidelines>

REVISÃO E ACABAMENTO

Secretaria de Educação a Distância da
UFRN – SEDIS
Maio de 2018
